

C.I.R.I.E. DEMITE-SE, ASSOCIAÇÕES PROTESTAM

Papel para Imprensa é problema grave

Se no Conselho de Ministros do próximo dia 26 não for resolvido o problema de importação do papel, a Imprensa diária e não diária corre sérios riscos a médio e mesmo a curto prazo. A não concretização das medidas de apoio à Imprensa, anunciadas por Manuel Alegre, na Televisão, no dia seis do passado mês, de Fevereiro (classificadas pelo próprio como as mais favoráveis e completas da Europa), no caso corrente, abastecimento de papel, veio provocar esta semana um conflito que opõe as Associações de Imprensa e a Comissão Interministerial para a Reestruturação da Imprensa Estatizada (CIRIE) ao Go-

verno (Ministério das Finanças, fundamentalmente). O conflito poderá envolver também as Embaixadas dos países escandinavos.

No despoletar do conflito está um despacho do subsecretário das Finanças, Eurico Nunes, ao que parece (sem conhecimento prévio do ministro responsável, Medina Carreira) dando um parecer negativo sobre o acordo negociado pela CIRIE e Associações da Imprensa diária e não diária com a Sodipel, empresa de capital estrangeiro e nacional (estatizada) que funciona como entreposto dos fabricantes de papel escandinavos para o fornecimento das empresas portu-

guesas. Refira-se que as bases do acordo previam um preço de papel que conseguia ser inferior aos 15 por cento da desvalorização do escudo — preço de papel de jornal aumentava, por quilograma, de 12\$475 para 14\$00, preço inferior aos correntes na Europa, bem como condições de pagamento muito favoráveis.

Na sequência deste despacho, membros da CIRIE pediram já a sua demissão: Lyon de Castro (presidente) que considera a decisão do subsecretário de Estado das Finanças «um disparate», Agro Ferreira (representante das administrações dos jornais) e Viana Machado (delegado do Mi-

nistério do Plano). Também Gonçalves Pereira (representante da SECS) apresentou igualmente a sua demissão, mantendo-se, entretanto, na expectativa (de qualquer forma solidário com os outros membros demissionários) após a suspensão do referido despacho que esteve na origem do conflito.

Hoje, a partir das 15 e 30, estão reunidos com o secretário de Estado da Comunicação Social (cujas intervenções têm tentado sustentar ou adiar a crise), as direcções das Associações da Imprensa diária e não diária que vão entregar uma exposição em

Continua na pág. 20

NÓ TERCEIRO ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO

C.R. faz reunião extraordinária

O Conselho da Revolução reúne em sessão extraordinária, no próximo dia 25 a partir das 9 horas da manhã, no Palácio de Belém, constando da agenda a comemoração do 25 de Abril de 1974 — revela uma nota do gabinete da Imprensa do CR, divulgada esta manhã.

Entretanto prosseguem os preparativos para as incontáveis realizações que, por todo o País, vão fazer recordar a data heróica e libertadora do nosso Povo. Assim e para além das comemorações oficiais que assentam na parada mili-

tar, de manhã, e na sessão da Assembleia da República à tarde, ambas presididas pelo general Ramalho Eanes, há a destacar as iniciativas de câmaras municipais, em todo o País, e as concentrações organizadas pela FEPU no Porto e no Parque Eduardo VII (Lisboa) pelo PS (domingo) e por uma comissão unitária dirigida por Luís Moita nas proximidades do Largo do Camões na noite de 24.

Também a Câmara Municipal de Lisboa delineou já um programa comemorativo que terá início amanhã, e que no

dia 25, pelas 12 horas, constará de uma distribuição de cinco mil balões pelas crianças na Praça do Comércio, na Alameda Afonso Henriques e na Praça do Império. Amanhã, como já ontem referimos, terá lugar a «invasão» dos quartéis pelas crianças, com programas desportivos, culturais e plásticos.

Entretanto o PCP e o MDP/CDE anunciaram já o seu apoio à concentração da FEPU marcada para o Parque Eduardo VII, durante o dia 25 de Abril.

Por outro lado, domingo à

tarde, no Coliseu dos Recreios, haverá um espectáculo comemorativo, com música e poesia e que terá a presença do general Ramalho Eanes. Este espectáculo é organizado pela Secretaria de Estado da Cultura, e terá a participação da Orquestra da Emissora Nacional e declamações por Eunice Muñoz, João d'Ávila, Lurdes Norberto, Manuela Machado e Santos Manuel.

(Págs. 4 e 6)

"RELATÓRIO DAS SEVÍCIAS"

Juristas desmontam réplica da Comissão

O chamado «Relatório das Sevícias» continua (naturalmente) a manter viva a polémica que na sequência da sua divulgação se levantou. No passado dia 9 de Março o nosso jornal revelou um texto elaborado por juristas acerca daquele documento. O texto era um rebate do relatório e das suas conclusões ressaltava a classificação de «um nada jurídico», que o relatório seria, no dizer dos especialistas. Posteriormente, a «Comissão de averiguação de violências sobre presos políticos sujeitos às autoridades militares» (responsável pelo documento em questão) elaborou e difundiu outro texto respondendo às objecções (certamente de fundo e pelo menos tecnicamente enformadas pela competência) que os juristas levantaram. Também esta resposta foi na altura (embora parcialmente) divulgada nas nossas páginas. No entanto, a resposta não foi a peça decisiva desta polémica: os juristas dizem porque, num texto que hoje publicamos na íntegra. «Haja o que houver, o certo é que ninguém, seja quem for e por que for, pode do torto fazer direito e do direito torto» — diz-se aí, num passo final. Os juristas consideram «tanto mais inquietante a persistência na tentativa (dos responsáveis pelo «Relatório das Sevícias», na sua resposta às fundamentadas objecções que lhe foram feitas) quanto se verifica num espaço e num tempo em que, por outro lado, a torto e a direito, se tem tentado fazer valer, em benefício próprio, muito do que a era contemporânea acrescentou às condições históricas da humanidade: a infrangibilidade dos Direitos do Homem e o respeito pela sua defesa e promoção». Acresce aqui a oportuna informação de que o texto que hoje divulgamos é apêndice de um livro que vai sair dentro de dias»

(Pág. 2)

COSTA GOMES

CORRIGE

PRESIDENTE DA A.R.

(Pág. 6)



OTELLO IMPEDIDO DE FALAR

(Pág. 20)

"Ensino: uma dinâmica perdida"

— último artigo de Rui Grácio (Pág. 3)

PUBLICIDADE, HOJE (Pág. 7)

"UM CRAVO QUE SE ABRIU"

Eanes foi ver filme do 25 de Abril



Uma criança e um cravo, símbolo do 25 de Abril. O filme passará na TV a partir de segunda-feira



O Presidente da República, tendo ao lado o jornalista Álvaro Guerra, assistiu esta manhã à projecção de um filme alusivo ao 25 de Abril

O Presidente da República assistiu esta manhã, na Telecine Moro, à projecção de um filme alusivo ao 25 de Abril e que a partir de segunda-feira e até 25 de Maio será apresentado na televisão.

A película, da responsabilidade da Assessoria de Divulgação da Presidência da República, tem 41 segundos. O Nuno Miguel Santos Oliveira (faz hoje um ano) é a vedeta. «Como um cravo que se abriu» começa o texto, uma criança nasce e com ela o direito à liberdade e à igualdade. Esta é a temática e a defesa fundamental do filme. O filme foi passado três vezes para o Presidente da República que se encontrava acompanhado do jornalista Álvaro Guerra.

Em seguida, foi projectado um outro filme, este muito mais longo, com base em arquivos da RTP, com texto de Álvaro Guerra e a realização de Luís Miranda. «As malhas que o Império tece» é o título genérico da película que se prevê ser passada em breve na televisão, e que faz a denúncia da guerra colonial, das «Áfricas que nunca tivemos» e de aspectos da descolonização, como o regresso dos portugueses. O «adeus até ao meu regresso» das mensagens de Natal dos soldados, as «senhoras» do Movimento Nacional Feminino

Continua na pág. 20

Juristas analisam esclarecimento da Comissão de Averiguação de Violências

Publicamos seguidamente o texto redigido pelo grupo de juristas que disseçou o chamado «Relatório das Seviçias» num pertinente documento de análise e reflexão inserto na nossa edição do passado dia 9 de Março, agora anunciado sob a forma de livro. Estas são as páginas do «Apêndice», que constitui uma resposta à réplica dos autores do mencionado «Relatório»:

«Já quase impresso este livro, foi dado a lume pela 'Comissão de Averiguação de Violências sobre Presos Sujeitos às Autoridades Militares' um esclarecimento sobre o 'Relatório das Seviçias' em que se pretende restaurar a credibilidade deste último, replicando a alguns pontos da contestação que dele fizemos.

«Observe-se que quando falamos de 'alguns pontos' não estamos a incorrer em nenhum exagero, pois o esclarecimento, além de iludir a crítica movida, em nome da lei, à composição da Comissão, a pretexto de que se trata de 'deselegantes aspectos de carácter pessoal', procura resumir as nossas objecções a quatro alíneas que não dão, nem de longe, uma ideia das mesmas.»

«Com efeito, o que se censura à Comissão não é apenas a intenção de se proceder a um inquérito a quente ou a ter-se atentado 'contra o bom nome, honra e reputação de pessoas sem que tenha havido um processo com as formalidades próprias'. É certo que aquela intenção — que claramente se afirma no 'Relatório', ao escrever-se que se desejou evitar que os 'resultados' do inquérito fossem apresentados quando a matéria a investigar já estivesse ultrapassada ou, até, esquecida por novos acontecimentos da vida nacional (repare-se bem: não só que o inquérito se fizesse a destempo, o que ainda podia ter alguma lógica, mas que os resultados do inquérito se apresentassem quando a matéria a inquirir já estivesse 'ultrapassada ou, até, esquecida', o que não tem lógica alguma, a não ser uma lógica de 'oportunidade' política...) — é certo que essa intenção, repetimos, não deixou de pesar perigosamente nas investigações que se empreenderam, mesmo que a Comissão dê agora o dito por não dito. Mas muito mais importante do que o que se quis, foi o que efectivamente se fez: as qualificações categóricas de delitos ou crimes e as responsabilizações extemporâneas de pessoas concretas ou (o que é mais grave ainda, do ponto de vista do bom nome das Forças Armadas) de estabelecimentos ou serviços militares no seu conjunto — sobre os quais o 'Relatório' levantou uma cortina, não só de suspeições, mas de verdadeiras acusações, ao contrário do que afirma ter pretendido a Comissão. Usurpando-se a competência que a este deferira o CR e que era inconfundível com qualquer espécie de poder, para decidir ou para instruir quaisquer feitos, mesmo que ao nível de uma instrução singelamente preparatória. E com uma busca tão 'severa' dos fundamentos das queixas, uma filtragem tão 'rigorosa' do respectivo conteúdo, como nos mostram eloquentemente as conclusões de C2 (relativas ao '11 de Março' na Região Militar do Norte). Os queixosos, que o ten.-cor. Galamba de Castro, no seu voto de vencido, entende que deveriam ter sido detidos na sua quase totalidade para averiguação e por suspeita de prática de crimes contra a segurança do Estado — são os mesmos cujas queixas, cartas, requerimentos e testemunhas, constituem — para lá da 'voz

corrente' — a base de que se ingeriu que no CICAP os interrogatórios se fizeram com métodos de intimidação, provocação, ameaças e insultos' (p. 5 e 8) e para o dr. Sousa Tavares também em declaração de voto, inclusivamente com violências corporais (ibid, 9) Estranha forma de 'fundamentação das denúncias' ou de preparar 'os processos que viessem a seguir-se'. Estranha forma de se darem aos suspeitos as regulares garantias de defesa — como se afirma no presente esclarecimento —, quando não se atende nem às observações do comandante, do 2.º Comando e do chefe do Estado-Maior da RMN, à opinião de dois agentes ouvidos na Polícia Judiciária, aos protestos dos visados (que 'consideraram (...) estar a ser vítimas de acusações destinadas quer a fazer esquecer a implicação dos queixosos em actividades contra-revolucionárias, quer a alcançar objectivos políticos'), para se atender exclusivamente ao conteúdo das queixas e a uma suposta 'voz corrente' no quartel veiculada por pessoas não afectas aos arguidos (cfr. p.p. 46 e segs.) E este é apenas um exemplo, entre muitos, da maneira como actuou a Comissão, que agora parece finalmente consciente da discreção que o seu papel lhe exigia, mas que não soube praticá-la na condução do inquérito e na apresentação do respectivo resultado. O seu afã em não responsabilizar quem quer que fosse é, com efeito, patente, em conclusões como as do '28 de Setembro' e as do '11 de Março':

«Todo o processo do '28 de Setembro' foi uma violência colectiva e continuada, assente num procedimento ilegal e arbitrário e no desprezo pelo direito das gentes. Neste contexto, a correspondente responsabilidade é compartilhada desde os mais altos escalões do Poder até àqueles que ordenaram ou executaram os procedimentos directos sobre as vítimas.»

«A semelhança do que sucedeu no '28 de Setembro', a responsabilidade é compartilhada desde os mais altos escalões que ordenaram os procedimentos até aos que os executaram, nestes se incluindo, em especial, a referida Comissão de Inquérito»

E, de resto, bastava em matéria de qualificações categóricas, a súmula das **Conclusões Finais**, pp. 136 e segs.: «Foram praticados dois crimes de cárcere privado... Houve centenas de prisões arbitrárias... Não foram respeitadas as imunidades... Houve tortura sistemática... Houve casos de tortura física esporádica... Foram exercidas seviçias sistemáticas... Houve casos de tortura moral... Elementos da PIDE-DGS encontram-se presos há mais de dois anos...», etc., etc.

«Declarar, depois, disto, que não se violou o direito à honra de ninguém é de uma candura perfeitamente comovedora. A honra não poderia deixar de estar em causa uma vez que, tratando-se de uma comissão de averiguação de primeiros

indícios e só de primeiros indícios, essa Comissão não procede a uma séria averiguação e, pelo contrário, extrapola da sua esfera de competência e converte os indícios grosseiramente apurados em autênticos delitos, se não em autênticos crimes, imputando-os explicitamente a determinadas pessoas ou, pior ainda, a conjuntos de cidadãos que se consideram no seu todo como virtualmente responsáveis (ver *supra*, as cits. conclusões do 28 de Setembro e do '11 de Março'). Embora o apuramento ulterior se deixe, como não pode deixar de ser, para as instâncias competentes, a Comissão não é parca em juízos extemporâneos e em acusações antecipadamente condenatórias, pelo que os processos 'que viessem a seguir-se' não teriam pouco trabalho para se libertarem dessa herança, se desejassem fazer a justiça que se impunha.»

«Por isso mesmo é que as comissões ad-hoc são hoje em dia indesejáveis, tratando-se, como neste caso, de acordo com a deliberação do CR, — de comissões 'para posterior procedimento penal ou disciplinar, a cargo dos órgãos competentes'. A sua resposta à nossa observação a 'Comissão das Seviçias' parece não entender nada daquilo que dissemos — ou então desconhecer para que é que o CR a criou. Se o CR *expressis verbis* a criou como adjuvante de processos criminais ou disciplinares a mover ulteriormente nas sedes que lhes são próprias, então, de acordo com a Constituição da República, art. 32.º e 270.º, tal comissão seria manifestamente ilegítima a partir de 25 de Abril de 1976. Art.º 32.º, n.º 4: «Toda a instrução será da competência de um juiz...». Art.º 270.º, n.º 3: «Em processo disciplinar são garantidas ao arguido a sua audiência e defesa.» E nem se diga que essas garantias essenciais se deram, inclusive, na 'Comissão das Seviçias'. Esta Comissão sabe perfeitissimamente que 'ouviu quem julgou útil ouvir' (*Generalidades* p. 6 l) e que não ouviu toda a gente (designadamente, uma pessoa que se refere cinco vezes: o alm. Rosa Coutinho), e que ninguém, que saibamos, aceitando embora um outro aspecto da materialidade, que era posta em questão, aceitou, para honra da sua dignidade de militar, as ignomínias que a Comissão veio a lançar sobre o seu nome. Lembre-se, por exemplo, o protesto dos arguidos no famigerado e já citado episódio do CICAP. Deste modo, a Comissão, enquanto legítima na época em que foi constituída, não pode, com a entrada em vigor da Constituição da República, ter qualquer préstimo como 'fundamentação de denúncias'. Não pode porque o trabalho que produziu é um acervo de atropelos às regras mínimas de legalidade e de defesa, constituindo, como vimos, verdadeiras usurpações de competência instrutória e de competência decisória. Não pode, porque independentemente disso, as finalidades que com ela prosseguia o CR são inseparáveis dos procedimentos disciplinares ou criminais que a Constituição da República controla hoje com rigor. Por isso se escreveu que o 'Relatório das Seviçias' constitui actualmente um verdadeiro 'nada jurídico sobre o qual não se funda legitimamente qualquer crédito'.

«Resta ainda falar da insinuação de que, ao censurarmos o alargamento dos delitos possíveis com base em interpretações subjectivas da lei militar, sobre prazos de prisão preventiva e sobre a admissão da providência da **habeas corpus** (em contraste, respectivamente, com a jurisprudência constante do STM e a jurisprudência constante do STJ), manifestaríamos um oportunismo ou relativismo de conceitos, no que concerne à liberdade e à dignidade do homem, que levanta ideologicamente muitas dúvidas. O vazo moralista da Comissão é confrangedor quando, como neste caso, confunde um dos princípios de toda a incriminação — e que nós nos limitamos singelamente a evocar — com desinteresse pelo progresso do direito constituido. (Não é altura para exibirmos galões de antiguidade e seriedade durante a luta antifascista. Mas cremos que ninguém de mente limpa poderá

recusar-nos um longo e activo empenho na defesa consequente dos direitos do cidadão — que, de resto, do nosso ponto de vista, se reforça com as conquistas revolucionárias mais ou menos piedosas, e, pior ainda, com acções de qualquer ordem que procurem deter ou destruir a Revolução...).

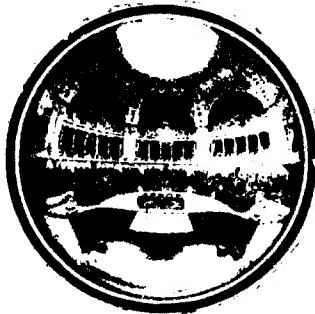
«Finalmente buscam aos componentes da Comissão encontrar o conforto que tão visivelmente lhes falta no voto de congratulação, 'além do mais', pela publicação do 'Relatório das Seviçias', que 117 dos deputados à Assembleia da República aprovaram durante o período antes da ordem do dia da sessão de 9 de Dezembro de 1976.

«A existência, a inteireza, a corência da justiça não se medem pelo número de quem exprima a vontade política de assumir uma sua versão. Pelo contrário: a própria iniciativa da moção aprovada, e a sua aprovação, naquelas circuns-

tâncias em que as deliberações da Assembleia se revelam mais à mercê da tática política e mais despidas de eficácia e sentido jurídico, só agravaram a situação daqueles que, injustamente e sem defesa, assim foram expostos no pelourinho para obter um desenlace que não pode deixar de repugnar à consciência jurídica do nosso tempo.

«Haja o que houver, o certo é que ninguém, seja quem for e por que for, pode do torto fazer direito e do direito torto por essas ou por outras vias de facto.

«E é tanto mais inquietante a persistência na tentativa quanto se verifica num espaço e num tempo em que, por outro lado, a torto e a direito, se tem tentado fazer valer, em benefício próprio, muito do que a era contemporânea acrescentou às conquistas históricas da humanidade: a infrangibilidade dos Direitos do Homem e o respeito pela sua defesa e promoção.»



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Competência de Barreto:

"Cem mil contos

de pescas perdidas"

Frota de 33 arrastões praticamente paralisada, 3000 toneladas de peixe branco não capturado, dois meses de inactividade e 100.000 contos de pescas perdidas, eis o lamentável e incrível balanço apontado por Alda Nogueira (P.C.P.) relativamente à frota portuguesa do alto, que opera nas costas da Mauritânia.

«O Governo — prosseguiu aquela deputada — sabia que o Acordo de Pesca, ao abrigo do qual os nossos arrastões operavam na Mauritânia, expirava no dia 28 de Fevereiro. Sabia disso há um ano, ao assinar tal acordo. No entanto, quando chegou o momento de negociar novo acordo, o Governo mostrou-se surpreendentemente impreparado, o que levou a que o dia 28 de Fevereiro chegasse (e passasse...) sem que o novo acordo estivesse assinado.»

Contou ainda Alda Nogueira que uma delegação da Mauritânia veio a Lisboa nessa data e foi-se embora de mãos vazias. Um mês depois uma delegação portuguesa, foi aquele país assinar o acordo. Sabe-se entretanto, referiu a deputada, que passou mais um mês e a frota continua paralisada.

O mais grave porém — e que não abona nada em favor da tão propagandeada eficiência de António Barreto, ministro responsável das pescas — é o facto de se ter decidido reduzir o número de arrastões no pesqueiro, que passará para 25,

«sabendo-se desde já que todos os navios de armadores privados serão subsidiados pelo Estado, mas que, da frota das empresas nacionalizadas, pelo menos 5 unida-

des não pescarão. Subsídio o Governo os privados, enquanto limita a actividade de empresas nacionalizadas».

Enquanto isto, o Governo ameaça já rever os contratos de trabalho do pessoal do mar, liquidando conquistas obtidas após 25 de Abril, nada avançando quanto a um plano coerente e organizado para o sector. Ao contrário, e Alda Nogueira também o denunciou, o Governo tem vindo a sanear técnicos progressistas (Mário Ruivo e Ulpiano Nascimento, por exemplo) que já 'apresentaram as causas da crise e tornaram públicas as medidas necessárias para a vencer', culminando com o «desmantelamento da Administração Pesqueira, montada após o 25 de Abril».

Daqui se vê, com meridiana clareza, até onde chega a eficiência, competência, democraticidade, constitucionalidade, etc. do Ministério dirigido por António Barreto.

GONELHA CONTRA TRABALHADORES

Antes também da ordem do dia, Aires Rodrigues, lembrou, a propósito de um voto de protesto contra o despedimento de 46 trabalhadores pela multinacional Marriott, que «os despedimentos são contrários a uma política de recuperação económica e provocam um clima de instabilidade social

propício a todas as aventuras contra a democracia». Lembrou também que a situação financeira da empresa não implicava diminuição de pessoal; que foram admitidos eventuais enquanto eram despedidos trabalhadores com 12 e mais anos de casa e denunciou a invasão da GNR ordenada pelo ministro Gonelha, e que levou à prisão e julgamento de trabalhadores.

O protesto teria somente o apoio dos deputados do PCP. Aliás, Severiano Falcão (PCP) já antealemente denunciara no hemiciclo tais situações responsabilizando nomeadamente o Ministério do Trabalho. Salgado Zenha, ao considerar, irritado, pela intervenção de Aires Rodrigues, que os dois deputados independentes (incluindo Carmelinda Pereira) praticam uma «subversão conswnte à Assembleia da República» ou que têm actuação «inconstitucional» recebeu de Aires Rodrigues a resposta de que os dois deputados se limitaram simplesmente a «cumprir o Programa do Partido Socialista» pelo qual foram eleitos.

Na ordem do dia iniciou-se a discussão do diploma acerca das medidas de apoio à Marinha Mercante. Foi ainda concedida «ordem de prioridade e urgência» para a discussão e votação de uma proposta de diploma sobre as penas de prisão aplicadas por tribunais comuns a militares.

post-scriptum

Autoridade e violência

Esta nota pretende ser um alerta, uma chamada de atenção para o perigo que representa para a democracia, a utilização sistemática, indiscriminada e incontrolada da violência por parte das autoridades policiais. O Estado de Direito que desejamos ver instalado neste país é incompatível com excessos por parte das autoridades.

O alarmismo, tendenciosamente cultivado, o argumento tantas vezes repetido, até por pessoas que pareciam ter bom senso como o apolítico ministro da Justiça, tudo pretende justificar. Cuidado. As corporações policiais ainda estão muito próximas do fascismo. Ainda têm pouco tempo de vivência democrática. Confunde-se com facilidade autoridade com violência, firmeza com brutalidade.

Vem a propósito recordar a brandura no tratamento dos bombistas. Foram tratados com punhos de renda. Já o mesmo não dirão os trabalhadores que sigam o programa do PS onde se defende a greve com ocupação em quaisquer circunstâncias. Aos democratas distraídos convém lembrar o provérbio «quando vires as barbas do teu vizinho a arder põe as tuas de molho».

Urge mentalizar as forças que dispõem da força para respeitarem escrupulosamente o artigo 272 da Constituição:

«1. A Polícia tem por função defender a legalidade democrática e os direitos dos cidadãos.

«2. As medidas de Polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário.

«3. A prevenção de crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado, só pode fazer-se com observância das regras gerais sobre Polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.»

A continuar, este crescendo de violência só servirá para desprestigiar as autoridades democráticas.

Ao Presidente da República, ao ministro da Administração Interna se pedem imediatas providências. A violência criminosa não pode justificar a violência policial. Justamente porque uns servem a lei e outros a desrespeitam, a sua conduta tem de ser diferente. Quem semeia violência, quem provoca alarmismo, acabará por recolher tempestades. Numa sociedade democrática a política tem de respeitar a lei, designadamente, o princípio constitucional que manda reduzir o uso da força ao estritamente necessário. Há perigosos sintomas de que a barreira está a ser ultrapassada. Senhores deputados, senhor provedor de Justiça, senhor procurador-geral da República cumpram os vossos deveres. Alertem já os órgãos do Poder para o perigo que correm os direitos e liberdades individuais. Façam parar a tendência do Governo para resolver pela força os problemas políticos.

J. Monsarve
LISBOA

Má lembrança

Foi com bastante mágoa que ao passar pela Marriot vi um grande aparato policial e logo me apercebi que era para reprimir os trabalhadores, pois tem sido essa ultimamente a política deste Governo. Aquilo fez-me lembrar uma greve em que eu também estive envolvido em 1969, reprimida da mesma maneira pelo Marcelo Caetano.

José Lino Pinho Madruga
SANTA IRIA DA AZOIA

Maus exemplos

25 de Abril. Fim de um regime opressor com 48 anos de vigência. Executado na prática por um restrito número de militares, apoiado de imediato por larga margem de cidadãos. Tem agora o seu terceiro aniversário.

Porém, as comemorações do «25 de Abril» que deveriam ser de cunho apertadíssimo, não o vão ser. O Partido Socialista — que é o partido do Governo — é, até à data em que estas linhas são escritas, o único partido que vai, oficialmente, isoladamente, comemorar o derrube do fascismo. Com duas agravantes. Primeira: que a pretexto desta data se vá, simultaneamente, fazer uma manifestação «espontânea» de apoio ao Governo e de comemoração do «25 de Abril». Segunda: que a CML organize, unicamente no comício do PS, um «fogo-de-artifício». A isto, não deve ser estranho o facto de o presidente da CML ser militante do PS.

Esperemos que mais ninguém (partidariamente) siga este mau exemplo vindo de cima.

L.M.E.G.R.
LISBOA

DÊ-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 320272

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.

ENSINO: UMA DINÂMICA PERDIDA

3. A VOCAÇÃO DOS PARTIDOS E OS TRUNFOS DO PARTIDO DO GOVERNO

RUI GRÁCIO

Do primário ao superior, há cerca de milhão e meio de alunos, não direi integrados mas ao menos inscritos, no sistema educativo português. Que futuro os espera? Que projecto de vida se lhes oferece? A resposta a estas perguntas não se encontra apenas no sistema de ensino que os abriga, mas na configuração que for tendo, nas linhas de força que movimentarem o sistema social global.

Consinta-se a um socialista, independente mas convicto, a opinião de que a boa resposta àquelas perguntas se encontra numa gestão da comunidade nacional modelada pelo socialismo democrático, isto é, encaminhado transitivamente para o «exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras». No encaminhamento para este objectivo é enorme a responsabilidade histórica das forças políticas, dos partidos nomeadamente, que podem legitimamente reclamar-se de apoio dos trabalhadores portugueses. Se o socialismo é o novo nome da liberdade dos povos, se ele é o instrumento da libertação dos explorados e dos oprimidos, se, no presente momento histórico, ele é o futuro, então o socialismo parece a causa digna de ser abraçada pela juventude.

Uma política da juventude, da educação e da cultura inspirada nos valores do socialismo seria a melhor resposta às aspirações juvenis, manifestas ou latentes, de justiça social e de participação crítica e criadora na definição de um projecto de identidade nacional, na modelação do futuro da Pátria. É o melhor antídoto, neste terreno, contra o fascismo, contra os interesses e as forças do «regresso» e da «desforça».

O FASCISMO DE ROSTO HUMANO, E O OUTRO

Mereceu largo registo, neste Inverno, o desabafo antifascista do secretário-geral do P.S., e Primeiro-Ministro do Governo Constitucional, após ter visto uns graffiti de índole nazifascista num liceu do Porto. O desabafo, impressivo e impressionado, valeu como um alarme? Há lugar para isso, mas não para surpresa. No Outono passado, após o Verão Quente, em estabelecimentos

de ensino secundário, forças similares ou idênticas elaboravam, tarefa em que cooperavam, com zelo de classe, filhos e pais, listas de professores e alunos de esquerda, para o que desse e viesse... Estas listas de circulação discreta e aquelas inscrições de uma franqueza latrínaria são de aproximar entre si e de outros indicadores públicos da ofensiva contrademocrática e contra-socialista. O arrolamento desses indicadores está feito, ou está constantemente a fazer-se: é todo o arsenal experimentado contra o Portugal de Abril, desde a bomba e a imprensa mais fétida até, agora, à censura na informação estatal. A democracia está minada.

Não nos iludamos. Para a fracção da burguesia portuguesa (e dos seus apoios sociais e políticos «objectivos») que pretende recuperar os privilégios e o poder, a saída mais consistente é o fascismo, ou, ao menos, um regime fascizante: repressivo, de toda a maneira. A direita, conservadora ou reacçãoária, pode, de momento, não estar inteiramente cessa, mas o objectivo estratégico de recuperação, de regresso e de desforça é o mesmo, divergindo tão-só as aproximações tácticas, e os meios, e os modos. O fascismo das trevas experimentámo-lo em tempo, o de «rostro humano» conhecemo-lo agora. Em seus avatares, em suas metamorfoses, do esgar ao sorriso, violento ou envolvente, o fascismo é o mesmo, ou vai dar ao mesmo. Parece imediato e seguro que só o entendimento fraterno e o empenhamento activo das forças políticas e sociais que derrubaram o fascismo e abriram o caminho a uma transição democrática para o socialismo, só esse entendimento, esse empenhamento podem fazer frente ao tenebroso regresso. É uma responsabilidade histórica.

UMA ESTRATÉGIA HESITANTE?

Os analistas autorizados têm feito o inventário e a avaliação dos «erros» da esquerda, nestes quase três anos que vão corridos. Como seria de esperar, os juízos não são concordantes, nomeadamente quando apreciam a prática dos dois partidos que têm o apoio maioritário das massas trabalhado-

ras. Foi em algum momento o P.C.P. movido por uma estratégia de tomada do poder de inspiração «totalitária»? Pretendeu apenas tirar proveito do balanço de certos momentos do processo revolucionário para ocupar posições fortes no aparelho estatal, militar e produtivo, nas autarquias, nos sindicatos, nas organizações populares de base, na informação? Hesitou entre as duas vias, enleado, designadamente, por não querer dividir as Forças Armadas?

Seja qual for a resposta, são possíveis duas anotações. A primeira: no imediato e globalmente, o P.C.P. perdeu terreno e poder, e os seus adversários de vários quadrantes gostam de dizer que acumulou «derrotas». A segunda: mesmo nos seus «erros», como me dizia um velho socialista independente, que muito estimo, o P.C.P. tem evidenciado uma vontade funda e autêntica de querer realmente o socialismo. O que não lhe seria perdoado pelos que fogem do socialismo como o diabo da cruz, nem pelos que o erguem como bandeira sem o quererem realmente. O que viria, a prazo, a traduzir-se numa acumulação de «vitórias» do P.C., pela identificação crescente de massas populares e laborais com o seu projecto político.

Reconheço o carácter sumariíssimo desta análise, que deixa de lado uma multitude de variáveis. A análise política não é, porém, aqui, o meu terreno e o meu propósito. De resto interessa-me mais o P.S., a sua inspiração ideológica e política dominante, a sua estratégia, a sua prática. Para esse interesse maior haverá motivos de índole subjectiva; mais importante do que isso é todavia o facto de o P.S. deter o Poder e o uso que dele vem fazendo. Nomeadamente no sector da Educação.

A VOCAÇÃO DOS PARTIDOS

É da vocação dos partidos tentarem tomar o poder, disputá-lo, partilhá-lo, defendê-lo se o possuem. E acusar outros de abusar dele se o não possuem, ou não o possuem sem partilha, tendo por pouca a parte que lhes caiba. Não surpreende por isso se registre agora, de vários quadrantes também

a acusação feita ao P.S., que este fazia ao P.C., de se apropriar partidariamente do aparelho de Estado, da gestão do sector público, da informação, etc., e de criar, desta sorte, além do mais, um còro monócórdico de assentimento e aplauso, um corripio afilante de oportunismo carreirista, uma clientela nova de «socialistas» ligeiros que tomariam outro comboio se o poder mudar de mão. Tudo isto dissonante da biografia de tantos dirigentes do P.S., que, no passado, com determinação e coragem, assumiram responsabilidades e riscos e experimentaram a adversidade num combate desigual, arvorando a bandeira da liberdade e da democracia.

Erguendo o pendão semelhante, travaram um outro combate que disseram destinado a «salvar a Revolução». O que seria, no meu entendimento: a democracia, o socialismo, a independência nacional. Esse combate levou-os ao poder sem partilha. Eu entendi e entendo a recusa do P.S. a governar sem aliança à esquerda ou à direita. Aceitando o princípio da alternância no poder, que não deseja dividir com outrem, o P.S. admite ter de cedê-lo por obrigação constitucional. Se isso vier a acontecer, ver-se-á então se a Revolução foi salva.

À partida, bons auspícios para o P.S.: o sufrágio conferira-lhe por duas vezes a maioria dos votos, e fizera de um candidato que apoiou o mais alto magistrado da República; e os seus dirigentes alegam ser o seu «o maior partido dos trabalhadores» e o que disporia «das melhores cabeças». À partida, portanto, três trunfos consideráveis: eleitoral, laboral, cerebral... Para levar por diante um genuíno programa socialista de Governo não lhe faltariam, trunfo adicional, apoios parlamentares e extraparlamentares. Não para um programa social-democrata, aliás inadequado, creio, à solução (encargo pesadíssimo) da crise económica e financeira. De resto, em tempo, os dirigentes do P.S. costumavam sustentar, periodicamente, a «inaplicabilidade» da social-democracia.

EUA E O TERCEIRO MUNDO

DISCRIMINAÇÃO COMERCIAL

MÉXICO (CEESTEM-IPS) — Apesar da decisão do presidente Carter de recusar tanto o aumento das tarifas aduaneiras para a importação de alguns produtos como o estabelecimento do regime de quotas proposto pelo Senado, os indicadores económicos levam a crer que o Governo dos E.U.A. imporá novas restrições à entrada de produtos manufacturados do Terceiro Mundo. Com efeito, segundo dados fornecidos na primeira semana de Abril pela secretaria do Comércio, cerca de 7 milhões de trabalhadores encontram-se sem emprego e o aumento do Produto Nacional Bruto no primeiro trimestre de 1977 seria inferior a 4 por cento.

Em consequência disso o Governo norte-americano terá que tomar medidas tendentes à recuperação das empresas que absorvem grandes quantidades de mão-de-obra e que têm sido afectadas pela concorrência dos produtos importados.

Tal significa que os países do Terceiro Mundo terão de suportar novas medidas de discriminação aduaneira somadas às já existentes, pois, embora seja certo que o proteccionismo norte-americano abrange as importações em geral, tem como objectivo fundamental impedir a entrada de bens de indústria ligeira, que é precisamente o que algumas nações

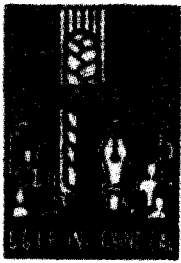
em desenvolvimento conseguiram tornar competitivo no mercado norte-americano graças ao baixo custo da sua mão-de-obra.

A primeira vista poderia parecer que os E.U.A. apenas estariam a recorrer ao direito de protecção da sua indústria e do seu nível de emprego encarecendo os produtos de importação, mas acontece que, actualmente, exigem a eliminação de todo o tipo de entraves ao comércio livre quando se trata de matérias-primas que têm de adquirir a baixo preço.

Deste modo, o Terceiro Mundo especializa-se em promover matérias-primas livres de todos os encargos nos E.U.A. e em

importar bens industriais parciais ou totalmente livres de oneração no país de destino. Por outras palavras, pratica o comércio livre cabalmente, de capitando com isso o seu próprio desenvolvimento industrial, e condiciona os seus preços de exportação às necessidades do poderoso consumidor: baixos, se se trata de equipamentos para as empresas norte-americanas, altos, se se trata de manufacturas que podem competir nesse mercado. Se assim não o fizer, corre o risco de não contar com a ajuda financeira dos organismos internacionais, que em grande medida condicionam a sua assistência à eliminação de entraves comerciais.

PUB.



**UNIÃO DOS SINDICATOS
DO DISTRITO DE SETÚBAL**

**SECRETARIADO
DA CINTURA INDUSTRIAL
DE SETÚBAL**

CONVOCATÓRIA

**ÀS DIREÇÕES SINDICAIS!
ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES!**

Camaradas:

A situação criada pela entrega das empresas intervencionadas aos antigos patrões tem provocado o protesto e a resposta firme dos trabalhadores organizados.

Neste momento os trabalhadores da A.R.B. (Auto Reconstructora do Barreiro), encontram-se paralisados contra o regresso do patrão. O Governo recusa-se sistematicamente a dialogar com os trabalhadores com vistas ao encontrar de soluções de acordo com os interesses da economia e dos trabalhadores.

A vossa presença no próximo sábado, dia 23, às 10 horas, nas instalações da A.R.B. — Sete Portais — Barreiro, para confraternizar e apoiar os trabalhadores da empresa é muito importante.

NÃO FALTES!

**A LUTA DOS TRABALHADORES DA A.R.B.
É A LUTA DOS TRABALHADORES
PORTUGUESES!
PELA DEFESA DAS GRANDES CONQUISTAS
DO 25 DE ABRIL!**

Setúbal 21 de Abril de 1977

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES ELECTRICISTAS DO CENTRO

Rua Simões de Castro, 150, 1.º — COIMBRA

CONVOCATÓRIA

Nos termos das alíneas b) e c) do artigo 31.º dos Estatutos, convoco todos os associados deste Sindicato para uma assembleia geral ordinária a realizar no dia 30 de Abril de 1977, pelas 10 horas, nas instalações do INATEL (Rua António Granjo, 6 — Coimbra), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciar e deliberar sobre o Relatório e Contas de 1976.
2. Apreciar e deliberar sobre o Orçamento de 1977, proposto pela direcção.

Coimbra, 15 de Abril de 1977.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

José Luís Pascoal Soares

**Aumente as suas vendas
Distribua...**

BALÕES PUBLICITARIOS
Fábrica Nacional: LATEX-DOURO, LDA.
R. Central Francos, 779/783
Telef. 65370 — PORTO

**1001
VIAGENS "IT"**

(Tarifas reduzidas de avião)

PEÇA A RESPECTIVA BROCHURA

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu

fundada em 1946

LISBOA: Av. da Liberdade, 10C • Telef. 371341
PORTO: Av. dos Aliados, 207 • Telef. 379 21
COIMBRA: Rua da Sota 2 • Telef. 270142
FARO: Rua Cons. Bivar 65 • Telef. 25035 6

contribuições e impostos

- MOD.2 DA CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL: DETERMINAÇÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL, PREENCHIMENTO DA NOVA DECLARAÇÃO N.2, AMORTIZAÇÕES, PROVISÕES, MAIS E MENOS VALIAS, ETC. POR DR. H. QUINTINO FERREIRA
- GUIA FISCAL EM FOLHAS SOLTAS-EDIÇÃO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
- PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE
- QUADRO (mapa) DE CONTAS DO PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE
- CÓDIGOS FISCAIS ACTUALIZADOS (12.11.76)
- LEI GERAL DO TRABALHO ACTUALIZADA

distribuidor:



Rei dos Livros

Rua da Conceição, 1-23 - Tel. 36 95 45 Lisboa-2

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

Crianças de Lisboa vão ter cinco mil balões grátis

• PCP e MDP/CDE tomam posição

Ultimam-se os preparativos para as comemorações do 25 de Abril marcadas no próprio dia da passagem do 3.º aniversário da Revolução, por duas iniciativas oficiais: o desfile que, na manhã daquele dia, decorrerá na Avenida da Liberdade e a sessão da Assembleia da República marcada para o fim da tarde. A ambas, presidirá o general Ramalho Eanes que, na ocasião, proferirá dois discursos.

Entretanto, multiplicam-se as iniciativas populares, surgidas, sobretudo, da decisão de órgãos autárquicos, de Norte a Sul do País, e as quais constituirão a verdadeira tónica destas comemorações. Em Lisboa, após o desfile militar do dia 25, a FEPU convocou, para as 13 horas, no Parque Eduardo VII, um grande convívio popular. A par destas realizações, muitas centenas de

moções de apoio ao espírito do 25 de Abril e de protesto contra a política governamental vêm sendo aprovadas por comissões de trabalhadores e organizações populares.

Para além disto, o 25 de Abril será também uma grande festa para os mais novos. Os quartéis abrirão as suas portas às crianças na manhã do dia 23 e, na capital, a Câmara Municipal delineou um programa comemorativo que lhes é também dedicado. Na manhã do dia 25, pelas 12 horas, cinco mil balões serão distribuídos às crianças na Praça do Comércio, na Praça do Império e na Alameda Afonso Henriques. Exposições de desenhos infantis, teatro infantil e várias festas destinadas às crianças decorrerão ainda um pouco por toda a parte, contemplando os mais novos — «o futuro de Portugal», como destacava

ontem uma nota do E.M.G.F.A.

Durante a manhã de amanhã, dia 23, por determinação do M.E.I.C., não haverá actividades lectivas nas escolas primárias e preparatórias, sendo substituídas pela organização, em locais públicos, de actividades livres de expressão onde as crianças realizem trabalhos de desenho e moldagem sem subordinação temática.

A Secretaria de Estado da Cultura patrocinará, entretanto, na tarde do dia 24, pelas 16 horas, no Coliseu dos Recreios, um festival em que serão apresentadas obras de compositores portugueses e poesia de autores nacionais.

P.C.P. APOIA CONCENTRAÇÃO DA F.E.P.U.

Em comunicado divulgado esta madrugada, o P.C.P. «apela aos militantes e simpatizantes, aos trabalhadores e a todos os democratas para que por todo o País comemorem o 25 de Abril com iniciativas que constituam um factor de reforço e alargamento da unidade popular, de democracia e antifascista» e declara o seu apoio à concentração-festa convocada pela Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da FEPU para segunda-feira, no Parque Eduardo VII.

«O P.C.P.» — adianta também o referido comunicado — «alerta os trabalhadores e todos os democratas para a conveniência de não se deixarem envolver em manifestações ou

actos comemorativos previstos para certos pontos de Lisboa que, eventualmente, possam realizar-se com uma intenção de contraposição às cerimónias oficiais, possam vir a assumir carácter provocatório ou tendam a consagrar divisões entre militares de sentimentos democráticos».

Uma saudação especial é ainda dirigida por aquele partido ao «M.F.A. e às Forças Armadas e aos militares de Abril, a quem cabe o mérito histórico de haver aberto o caminho para o fim da guerra colonial e a conquista das liberdades».

M.D.P./C.D.E.

«O MDP/CDE chama a atenção e repudia todas as manobras provocatórias reaccionárias que possam contribuir para a desestabilização do regime democrático», afirma-se num comunicado do Secretariado Nacional do Movimento Democrático Português, ontem distribuído.

«A comemoração do 25 de Abril deverá transformar-se numa grande manifestação de alegria e reflectir igualmente a decisão firme e consequente do povo português em alcançar a meta que traçou da construção da democracia e do socialismo» — prossegue o mesmo comunicado que remata afirmando que «a comemoração do 25 de Abril deve constituir um momento concreto da cooperação cada vez mais vasta entre as forças democráticas, o que é hoje uma exigência da própria sobrevivência da democracia».

PSICOLOGIA (PORTO)

Ministro recebe hoje Comissão de Alunos

PORTO, 22 — O ministro Sottomayor Cardia antecipou para esta tarde a entrevista que estava marcada para a próxima semana com a Comissão de Alunos do curso de Psicologia.

Conforme temos noticiado os estudantes encetaram há dias várias formas de luta contra uma decisão do M.E.I.C., que impõe a reavaliação dos 208 alunos do 2.º ano e novas pré-inscrições para o 1.º. Em

documento ontem entregue ao ministro pelo presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras reafirma-se validade das avaliações feitas no ano transacto e sugere-se ao Ministério que os 408 alunos já inscritos no curso sejam admitidos.

Ontem em RGA foi marcada para a próxima quarta-feira uma manifestação «pelo direito ao ensino» e «não à selecção, não ao numerus clausus».

Artes plásticas

TEMÁTICA ALENTEJANA

Na Galeria de Arte do Casinó Estoril é inaugurada hoje às 22 horas, uma exposição de pintura, desenho, gravura e faiança de temática alentejana, que estará aberta até 11 de Maio, podendo ser visitada todos os dias das 15 às 24 horas. O certame é constituído por mais de uma centena de trabalhos, grande parte dos quais inéditos, de Dórdio Gomes, Ribeiro de Pavia, Lima de Freitas, Júlio Resende, Nikias Scapinakis, Rogério Ribeiro, Espiga, Cipriano Dourado, Aníbal Alcino, Azinhal Abelho, Alberto Cutileiro e Xico Pereira.

O EROTISMO NA ARTE

A exposição «O Erotismo na Arte Moderna Portuguesa», que foi interdita na Junta de Turismo da Costa do Sol, é

inaugurada hoje, às 22 horas, na Sociedade Nacional de Belas Artes (à Rua Barata Salgueiro, 36).

LIMA DE FREITAS NO ESTORIL

Intitulada «Ao número e a Alameda Negreiros», é inaugurada amanhã, às 17 e 30, no salão da Junta de Turismo da Costa do Sol, no Estoril, uma exposição do pintor Lima de Freitas, que pode ser visitada todos os dias das 10 às 20 horas.

PINTURA DE STELLA DE BRITO

Na Galeria de Arte «Gioconda» (à Rua António Augusto de Aguiar, 40), foi ontem inaugurada uma exposição de pintura de Stella de Brito, que está aberta todos os dias das 10 às 22 horas, até ao próximo dia 3 de Maio.

MÁRIO SOARES NOS EUA

Apoio do Consórcio pode ser tratado em Paris no próximo mês

Sob os auspícios dos Estados Unidos, poderá realizar-se no próximo mês de Maio em Paris uma reunião internacional para discutir a questão do auxílio económico a Portugal. A informação é da ANOP, cita «fonte bem informada», mas não parece tão segura como isso. Efectivamente, do encontro entre o Primeiro-Ministro português e o presidente Carter, que teve lugar ontem em Washington, não resultou tanto, parece, como o optimismo da comitiva portuguesa (a que certamente a agência se refere, «na fonte bem informada» que cita), e do comunicado saído no final não constam alguns pontos que poderiam fundar e enformar tal optimismo — que, todavia, parece subsistir. O principal desses pontos seria precisamente o empréstimo. Quanto a tal, o comunicado é omissivo: também aí não se fala da anunciada (sob-reserva, e embora) reunião em Paris (ou, acrescente-se, em Oslo).

Diz a ANOP, que os Estados Unidos convidaram para esta anunciada reunião os países interessados em participarem no consórcio internacional que

irá fazer o empréstimo — de um milhão e quinhentos mil milhões de dólares, lembra-se. O comunicado final não só não fala disto, mas também é omissivo quanto, a por exemplo, a receptividade do Presidente Carter a um convite do general Ramalho Eanes (de que Soares foi portador) para visitar Portugal. O comunicado, aliás, as agências classificam-no de lacónico, considerando o certo formalismo dos seus termos, muito breves.

Falando do empréstimo e da possível reunião para o decidir, a ANOP garante que não está em causa a participação norte-americana no consórcio que o vai subscrever; certo, os E. U. A. entrarão com 40 por cento, e esta parte já está assegurada. Mais, a administração norte-americana, pensa pô-la em prática já para o ano que vem, caso as negociações para o consórcio falhem. E os restantes 60 por cento com que outros países contactados (Japão, RFA, Inglaterra, França) poderão ou não entrar. No segundo caso (não), há uma «alternativa»: a percentagem, caindo acima dos 40

por cento norte-americanos — poderá ser processada através do Fundo Monetário Internacional e de outras organizações internacionais — avança a agência, antes de dizer que «os Estados Unidos têm sido os grandes arautos desta ajuda económica a Portugal, mas os alemães federais e os japoneses têm posto algumas dificuldades técnicas à sua execução».

Lembra-se, entretanto, — lembra a ANOP, aliás — as mensagens que a Casa Branca enviou oportunamente a Tóquio, Bona, Londres e Paris, sugerindo a «conjugação de esforços» para a efectivação do auxílio. Entretanto, outros países, como a Venezuela e o Canadá, por exemplo, mostraram-se interessados em colaborar e há notícias de contactos entre a Casa Branca (via embaixadas) e os respectivos Governos para esse fim.

Entretanto, num telegrama expedido ontem de Madrid pelo correspondente da ANOP na capital espanhola dava conta de afirmações do banqueiro alemão Reinhold Stoessel, que poderão fazer alguma luz sobre as perspectivas não muito claras que se entreabrem a custo para a necessidade que

Lisboa tem dependentemente do auxílio em questão. «Creio que uma ajuda do tipo «Plano Marshall» dos países desenvolvidos para Espanha e Portugal não seria bem interpretada — disse Stoessel, director do Dresdner Bank. Para este influente banqueiro alemão, «numa óptica internacional, é inadequada uma ajuda específica aos países da Península Ibérica». Falando da RFA: «a economia alemã nas últimas décadas — disse — tem sido a estabilidade monetária».

A visita de Mário Soares aos Estados Unidos termina hoje. Soares e a comitiva (Vitor Constâncio e Medeiros Ferreira, entre outros) regressam amanhã a Lisboa.

CARTER VEM A PORTUGAL?

Entretanto, e embora do comunicado emitido no final do encontro Carter-Soares isso não conste, elementos da comitiva portuguesa que acompanha o Primeiro-Ministro português na sua visita disseram aos jornalistas que o presidente dos EUA aceitou o convite que lhe foi dirigido pelo general Ramalho Eanes para visitar Portugal. Não se fala de datas.

Assinados ontem Protocolos de cooperação com URSS e Checoslováquia

Foram concluídas em Lisboa as conversações que desde o passado dia 14 vinham decorrendo com uma delegação da União Soviética, integradas na actividade da Comissão Mista para a Cooperação Económica, Científica e Técnica, formada em 1976.

A troca de visitas entre técnicos dos dois países e o possível avanço no campo da cooperação energética constituem os aspectos mais concretos destas conversações, na opinião do novo embaixador de Portugal em Moscovo, Magalhães Cruz, que chefiou a delegação portuguesa.

O protocolo ontem assinado refere-se ainda à transformação de pirites e outros minérios, à agricultura, ao melhoramento de solos e à produção florestal, à investigação e à realização de exposições de livros e fotografias e de semanas cinematográficas.

«Tivemos agora oportunidade de ampliar as nossas relações de cooperação com os portugueses de visitar algumas das instituições científicas de Portugal e creio que tudo isto irá contribuir para o desenvolvimento da cooperação e para o progresso dos dois Estados, nos espírito da conferência de Helsínquia» — afirmou, por seu turno, o dirigente da delegação soviética,

Kovaliev, vice-presidente do Comité Estatal para a Ciência e a Técnica da URSS.

CHECOSLOVÁQUIA

Ontem também foi assinado um novo protocolo de cooperação com a Checoslováquia, após conversações entre as duas partes que decorreram em Lisboa entre 19 e 21 deste mês.

Falando na última sessão destas conversações, o secretário de Estado do Comércio Externo, António Celeste, preconizou o alargamento das trocas comerciais a novos produtos e a cooperação luso-checoslovaca em terceiros mercados, afirmando-se ainda satisfeito com os resultados obtidos os quais, no entanto, podem ser ainda conduzidos para metas mais produtivas.

Por seu turno o chefe da delegação checa, vice-ministro Jakolev Jakubec, considerou o protocolo como «mais um passo em frente no desenvolvimento das relações entre os dois países», acrescentando que «não devemos estar só muito satisfeitos com os resultados obtidos mas, sobretudo, avaliar a possibilidade de nos anos mais próximos conseguirmos trocas comerciais e cooperação técnica muito mais satisfatórias».

Vasco Gonçalves explica entrevista ao "Monde"

A propósito de uma série de reportagens que Marcel Niedergang está a publicar em «Le Monde», subordinada ao tema «Portugal debruça-se sobre a sua Revolução», e nomeadamente sobre a primeira, intitulada «Depois dos capitães, os coronéis», o general Vasco Gonçalves emitiu a seguinte opinião:

«O sr. Marcel Niedergang teve comigo uma longa conversa informal sobre o processo revolucionário desencadeado em Portugal a partir de 25 de Abril de 1974, e durante a qual não foi tomado qualquer apontamento escrito».

«Em itálico estão como que transcrições de frases minhas, de um modo geral de acordo com o que afirmel. Contudo, estão desligadas do largo contexto em que se inseriam e de outras afirmações que são seu complemento indispensável, que com as primeiras formam um todo, e sem cujo conhecimento o pensamento é, objectivamente, alterado».

O «Diário de Lisboa» dará começo à publicação das mencionadas reportagens em próxima edição.

Provedor de Justiça na preparação da Conferência sobre "Apartheid"

O dr. José Magalhães Godinho, provedor da Justiça em exercício, foi eleito por unanimidade presidente da 2.ª Reunião Preparatória Internacional da Conferência Mundial contra o «Apartheid», Racismo, e Colonialismo na África Austral, que se realizará no nosso país de 16

a 19 de Junho próximo.

A citada reunião terá lugar no próximo fim-de-semana em Lisboa e nela participa cerca de meia centena de delegações estrangeiras, representantes mais de vinte organismos internacionais.

Acordo de Rádio luso-búlgaro

Um acordo de permuta de programas musicais, culturais e recreativos foi assinado em Sófia entre a Radiodifusão Portuguesa e a sua congénere da Bulgária. Nos termos deste acordo as duas estações emisoras obrigam-se a transmitir, no dia das respectivas festas nacionais, programas especialmente dedicados ao outro país.

Para a assinatura do protocolo deslocou-se a Sófia uma delegação da Radiodifusão Portuguesa composta pelo major João Figueiredo, presidente da Comissão Administrativa,

Igrejas Caserio, director de Programas e José Ramos Mateus delegado da Comissão de Trabalhadores.

"Karaté" foi preso pela G.N.R.

PORTO, 22 — A GNR de Vila do Conde, capturou naquela vila, na freguesia de Arvore, um frágil cadastrado que andava a monte e era há muito procurado pelas autoridades.

Trata-se de Joaquim de Sousa Ferreira, de 24 anos, natural de Santo Tirso, também conhecido pelas alcunhas «Karaté» e «Professor».

CORTA-UNHAS PARA ROUBAR «MINIS»

Três jovens, membros duma quadrilha que se dedica ao furto de «minis» usando um pequeno corta-unhas para accionar os motores, foram presos pelos guardas dum carro patrulha perto do Hospital de Santa Maria, depois duma animada perseguição que só terminou quando os guardas dispararam para o ar.



TOYOTA
das 5

Não é uma réplica ao tradicional "chá das 5". Nada disso. O "Toyota das 5" não foi criado por mera questão de requinte. Nem por simples mania das... grandezas. O "Toyota das 5" é resultado do sentido prático, cómodo e funcional que sempre foi nossa preocupação. Por isso, decidimos lançar o TOYOTA COROLLA, de 5 portas. Que você vai apreciar é... preferir.

Tão certo, como 2 e 2 serem 4!... apesar das portas serem 5!

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS: SALVADOR CAETANO, S.A.R.L.
CONCESSIONÁRIOS EM TODO O PAÍS COM SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E PEÇAS

General Costa Gomes corrige Vasco da Gama Fernandes

«V. Ex.ª, para minimizar deslizes e inconfidências, ataca-me, cometendo precisamente as mesmas faltas, mas agora com várias agravantes», assim começa uma carta do general Costa Gomes dirigida a Vasco da Gama Fernandes, a propósito de afirmações feitas pelo presidente da Assembleia da República, inseridas no vespertino «A Capital» de 4 de Abril último.

Aí, e a propósito da conferência realizada no Ateneu Comercial do Porto, são transcritas as seguintes afirmações de V.G. Fernandes, relativamente ao chamado «sequestro» dos deputados constituintes em Novembro de 75: «muitos sof-

ram o sequestro, miserandos, esfomeados alguns, porque outros bem comidos. Protestei junto de Costa Gomes. Disse-me que tinha razão. Venho protestar, porque você propiciou todas as condições, para que uma massa infame, covarde, tenha encarcerado miseravelmente os representantes livremente eleitos pelo povo. O presidente flutuou...»

Na sua carta Costa Gomes, corrige:

«É falso que V. Ex.ª me tivesse dirigido o protesto a que alude a notícia;

«Mesmo que esse protesto fosse verdadeiro — o que, repito, não é — V. Ex.ª tinha obrigação de não o utilizar publica-

mente. E de mais elementar ética considerar como confidentiais as conversas que qualquer cidadão tem com o Presidente da República;

Foi o Prof. Dr. Henrique de Barros que me falou pela Assembleia Constituinte sobre o sequestro. Por variadíssimas razões, entre as quais destaco a de estar muito mais dentro da situação que V. Ex.ª foi muito comedido e sereno nas palavras que me dirigiu.

Considero essa afirmação um exagero que a prática veio plenamente confirmar. Que me conste, nenhum dos srs. Deputados foi fisicamente molestado quando, na manhã seguinte, saíram da Assembleia.

Talvez tivéssemos hoje de lamentar a perda de muitas vidas dos srs. Deputados e de trabalhadores a quem V. Ex.ª apelidou do «massa infame e covarde», caso tivesse sido seguida a solução que se pode

deduzir de algumas afirmações de V. Ex.ª sobre este assunto.

Lamento que V. Ex.ª, na preparação dos seus improvisos, não tenha relido o discurso do Sr. Prof. Henrique de Barros no dia da promulgação da Constituição e não tenha pedido à RTP para projectar algumas sessões da A.R. a que V. Ex.ª presidiu. Estou certo que teria modificado o seu incisivo estilo crítico.

Para finalizar, desejo declarar ao Sr. Dr. que não solicitei à Imprensa a publicação desta carta. Continuo persuadido de que é conveniente preservar o prestígio de algumas das poucas personalidades que desempenham ou desempenharam funções importantes na Revolução iniciada em 25 de Abril. Não me inibirei, porém, de dar conhecimento desta carta a alguns dos meus amigos.»

“Jornada de festa e de luta” Grande marcha por Lisboa na véspera do 25 de Abril

Um grande desfile em Lisboa, na noite de 24 de Abril, será o prato forte das comemorações populares do 25 de Abril promovidas por uma comissão unitária presidida por Luís Moita e da qual fazem parte ex-militares, deficientes das Forças Armadas, e membros de organizações populares e ainda intelectuais revolucionários.

O programa, divulgado esta manhã numa conferência de imprensa convocada para o efeito, preencherá parte da tarde de 24 de Abril e toda a noite. O centro da realização será o Largo Camões, onde será montada uma exposição fotográfica e documental, ao ar livre, recordando o 25 de Abril e as lutas populares que se lhe seguiram. Simultaneamente será difundida música gravada. Após as 18 horas circulará no local uma banda de música dum socieade recreativa da Amadora, com o objectivo de transformar o Largo Camões num ponto de atracção popular. Também no Largo Camões será fabricada uma enorme bandeira nacional, a ser usada na manifestação da noite.

Depois das 21 horas, num misto de comício e espectáculo cénico, evocar-se-á o regime fascista e a jornada libertadora do 25 de Abril. A denúncia da repressão, da guerra colonial, do absurdo da ideologia fascista preencherá o tempo dedicado à evocação do fascismo. Depois de se cantar o hino do 25 de Abril — Grândola — o jornalista Joaquim Furtado repetirá a leitura do primeiro comunicado do M.F.A. divulgado

ao país, tal como fez há três anos, dos estúdios do R.C.P. — «A Emissora da Liberdade».

Serão nessa altura convidados a subir ao estrado onde se desenrola o espectáculo os militares presentes que tenham participado no Movimento dos Capitães, ao que usará da palavra um ex-militar.

As comemorações prosseguirão na Rua António Maria Cardoso, onde durante a tarde é pintado um mural, com o desceramento duma lápide de homenagem às quatro vítimas da PIDE, assassina das janelas da polícia política no dia 25 à tarde.

Depois da passagem pelas proximidades do Largo do Carmo, inacessível aos manifestantes devido à lei que proíbe concentrações perto de instalações militares, e pela antiga sede da Comissão de Censura, os manifestantes seguirão para o Rádio Clube Português, onde terminará a manifestação.

Segundo palavras de Luís Moita, não estão previstas nenhuma comemoração para o dia 25 para evitar duplicações com as comemorações oficiais.

Também durante a Conferência de Imprensa, Jorge Abegão revelou que para além dum apelo geral, lançado a todos os militares de Abril, para participarem nas realizações, tinha sido dirigido um único convite individual — ao major Otelo, na qualidade de chefe militar — do movimento. Segundo revelou aquele ex-militar, Otelo não deu nenhuma resposta: «A sua resposta será a sua presença ou ausência».

Juiz quis saber filiação política de testemunha

Sem que os órgãos da Informação tenham sido informados da sua realização iniciou-se ontem no 2.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, presidido pelo coronel Ferreira Coelho e tendo como auditor o juiz Barata, o julgamento de quatro indivíduos acusados de «transporte e detenção de armas»: Joaquim Centeio Maria (ex-elemento destacado da «segurança» do Partido Socialista), José Domingos Gago Ferreira, José Carlos Graça de Macedo e Joaquim Vicente Jesus.

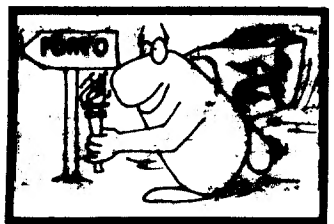
No decorrer da primeira audiência, que se prolongou das 14 e 30 até à 1 da madrugada, foram chamados a depor dois elementos da Polícia Judiciária (inspector Melo Alves e agente Duarte Silva) que, invocando imperativos de segredo profissional, se recusaram a divulgar a identidade de um indivíduo cuja colaboração foi muito positiva para o desenrolar das investigações. Na sequência do diálogo com o agente Duarte

Silva, o juiz Barata pretendeu mesmo saber qual a sua filiação partidária, no que naturalmente não foi atendido.

URAP fala sobre repressão fascista

Promovida por um grupo de antifascistas, efectua-se hoje, às 21 e 30, no Teatro Gil Vicente, em Cascais, uma sessão pública subordinada ao tema «Repressão fascista e o 25 de Abril».

São oradores membros da URAP: Levy Baptista, Maria da Graça Marques Pinto e Manuel Alpedrinha.



SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

3.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL. UNIDOS DERROTAMOS O FASCISMO EM BARIL DE 1974

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul lembra todos os trabalhadores seus associados e população em geral que no próximo dia 25 se comemora o 3.º aniversário da jornada histórica do 25 de Abril de 1974, quando os capitães do MFA lançaram a acção militar que, prontamente apoiada pelo povo português, iria derrotar o regime odioso que nos oprimiu durante quase 50 anos.

O significado histórico desta data é imenso:

Derrubado o Governo de Tomás e Caetano, o povo português, os soldados e os marinheiros, apoiados pelos oficiais progressistas do MFA, lançou-se na luta pela conquista de muitos dos seus mais profundos anseios.

O fim da guerra colonial e da exploração e opressão dos povos das colónias;

A expulsão dos fascistas dos Sindicatos e o direito à greve;

As liberdades políticas e destruição da PIDE, da censura, a libertação dos presos políticos.

Foi o povo português, os soldados e os marinheiros que fizeram do 25 de Abril a jornada libertadora que ele constituiu.

Quando o povo saiu para a rua exigir o fim da guerra e independência para as colónias, quando os operários pararam as fábricas e exigiram melhores salários, quando os trabalhadores do campo lançaram a Reforma Agrária, quando os moradores dos bairros pobres se organizaram para lutarem por casas decentes, o 25 de Abril começou a ganhar a sua verdadeira face, não apenas uma mudança de regime, mas sim um processo que mostrou a cada passo que só o povo organizado, tomando o seu destino nas suas próprias mãos, poderia construir uma nova sociedade. Foi a força do movimento popular que impôs o avanço da Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário, foi essa força que conseguiu lançar aqui e ali os alicerces do Poder dos Trabalhadores.

O 25 DE ABRIL ESTÁ VIVO!

Unidos teremos de estar em Abril de 1977, na luta contra a recuperação capitalista e o imperialismo.

Se hoje três anos após o 25 de Abril, o povo português não viu profundamente alteradas as suas condições de vida, se centenas de milhares de famílias estão sem trabalho e sem pão, se o custo de vida aumenta e se torna incompatível para quem trabalha, se milhares de famílias ainda vivem em barracas A CULPA NÃO É DO 25 DE ABRIL, NEM DAS LUTAS DOS TRABALHADORES.

Isto acontece porque cada vez mais quem manda no nosso país são os mesmos que já antes mandavam. São os imperialistas, são os capitalistas que recuperam o seu poder e as empresas que abandonaram, são os pides e bombistas assassinos que são soltos e conspiram em segurança.

O caminho que o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul aponta é um caminho longo e difícil, é o caminho da resistência e da luta, o único caminho que os revolucionários podem apontar às massas populares.

Terá que ser um caminho de Unidade Popular. Unidade dos Explorados que nasce e se reforça nos Sindicatos, nas Cooperativas, nas Associações de Moradores, unidade que é a mais importante barreira contra o avanço dos inimigos do povo, dos exploradores.

Unindo a classe operária e o povo trabalhador, desmascarando a política da burguesia e seus partidos, bem como a dos conciliadores, estaremos de novo no caminho que o 25 de Abril aponta: O CAMINHO DO PODER DOS TRABALHADORES, O CAMINHO DO SOCIALISMO.

O Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul apoia activamente todas as comemorações populares e unitárias do 25 de Abril, que se venham a realizar.

FAÇAMOS DO 25 DE ABRIL UM DIA DE FESTA E DE LUTA!

PIDES E BOMBISTAS PARA A PRISÃO!

PELA DEFESA DOS SINDICATOS E DOS ÓRGÃOS POPULARES DE BASE! A LUTA CONTINUA!

UNIDOS E ORGANIZADOS, VENCEREMOS!

Pª Direcção

JOAQUIM M.F. VENANCIO

“Pioneiros” acusam MAP de ilegalidades

PORTO, 22 — «Depois de várias manobras a CAP está prestes a conseguir os seus objectivos: o Ministério da Agricultura faz-lhe a vontade e decreta «Os Pioneiros» dos Cortiços — lê-se num co-

municado «ao povo português» difundido pela cooperativa.

Denunciando o procedimento do MAP, consideram-no «escandaloso, imoral, ilegal, anticonstitucional, antidemocrático e contra o 25 de Abril» e acrescentam: «Escandaloso porque são elementos do Governo socialista a fazer o frete aos ricos proprietários locais da CAP que não querem a cooperativa, porque ela é um exemplo que não lhes interessa».

«Imoral porque é destruir o trabalho esforçado de todos nós, há muitos meses sem receber salários, para produzirmos mais e melhor.

«Ilegal porque não há nenhuma lei no país que permita ao Governo dissolver uma cooperativa legalmente constituída.

Anticonstitucional porque viola os artigos, 61, 84, 98, 100 e afinal todo o espírito da Constituição da República Portuguesa.

Antidemocrático porque atenta contra a decisão tomada democraticamente pelo povo de Cortiços de entregar as terras que estavam subaproveitadas à cooperativa.

«Conta o 25 de Abril, porque prejudica gravemente a subsistência económica dos pequenos agricultores, trabalhadores e retornados que constituem a cooperativa e contraria o espírito de libertação do povo das cadeias do fascismo, da opressão e da miséria».

Por fim é feito um apelo aos trabalhadores para que apoiem a luta contra a destruição da cooperativa.

Democratas promovem comício contra fascismo

PORTO, 22 — Um grupo de democratas desta cidade promove amanhã, pelas 21 e 30, no Pavilhão do Académico, um comício «contra o perigo do fascismo».

Num apelo endereçado ao povo do Porto, aqueles democratas afirmam: «Quase três anos decorridos sobre o 25 de Abril e um ano após a promul-

gação da Constituição democráticas, o país vem assistindo a um reagrupar de forças fascistas que tentam aniquilar as conquistas do povo português e pôr em causa as liberdades (...); é perante esta ameaça que aquele grupo de democratas se propõe levar a efeito um conjunto de acções que denunciem a actividade das forças fascistas».

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA PESSOA

PUBLICIDADE, HOJE.

O DIÁRIO DE LISBOA entende que a Publicidade bem utilizada, é uma actividade necessária e útil e considera que as campanhas de publicidade devem ser entreques a boas Agências onde verdadeiros profissionais aceitam e impõem as regras de qualidade e utilidade social que o DIÁRIO DE LISBOA exige e defende.

PUBLICIDADE, HOJE — é mais uma iniciativa do DIÁRIO DE LISBOA, com o objectivo de contribuir para a valorização e dignificação do sector da Publicidade.

A página 7 de hoje é da responsabilidade da Agência FLUMEN

RETIRE DA SOMBRA OS SEUS PRODUTOS!

Acredite-nos. Não deixe ficar na sombra o que tiver para comunicar. Acredite-nos. O público não escolhe produtos que ignora, nem utiliza serviços, sem saber quais as vantagens que estes lhe trazem. Comunicar, transmitir, informar — é o dever de todo o empresário ou gestor; dever a que o público tem direito.

Mas qual a melhor forma de fazer?

Recorrendo à publicidade. Naturalmente.

E, na técnica publicitária tudo depende, em última análise, do produto ou serviço a publicitar, do consumidor a que se destina e, sobretudo, da sociedade que nos envolve.

Porque nós bem sabemos que a técnica publicitária é uma arma de dois gumes: não a podemos pôr em dúvida a sua utilidade social e a sua necessidade, sentida essencialmente pelo consumidor.

Eis o que a Flumen pensa sobre a publicidade em geral.

Mas a Flumen, o que é? Que pode ela fazer?

Que pode oferecer-lhes? A partida, a Flumen é uma agência de publicidade de «serviços completos». — «Serviços completos»? Isto diz-lhe alguma coisa? No fundo, o

conceito é bem simples. Significa que estamos preparados para criarmos, veicularmos e testarmos uma campanha publicitária de cima a baixo, do princípio ao fim.

A Flumen conta com todos os departamentos essenciais duma agência eficiente. Eficiência é o que à partida lhe podemos oferecer. Contamos com um departamento de contacto, elo de ligação agência - cliente - agência, que orienta e canaliza todos os dados iniciais.

Esses dados serão posteriormente analisados e «tecnicamente transformados» nos nossos departamentos criativos e de compra de espaço. Porquê nestes dois departamentos? Porque, em equipa, trabalhamos mais e melhor os nossos conceitos criativos. Porque, em equipa, orientamo-los mais objectivamente para este ou aquele veículo, seja rádio, imprensa, televisão, ponto de venda, ou qualquer outro tipo de sugestão que tenhamos a fazer, e que mais convenha ao binómio produto/consumidor.

Testar as campanhas a iniciar ou em curso, as suas motivações e credibilidade — outro dos nossos serviços. Estúdio gráfico, laboratório fotográfico, controlo de concorrência são outros tantos serviços que a Flumen presta. Todos os departamentos citados se interligam formando um todo chamado FLUMEN.

Por tudo isto, acredite-nos.

Tire do «anonimato» os seus produtos ou serviços. Faça-lhes publicidade dentro de uma forma socialmente útil, criteriosamente veiculada, honestamente concebida. Faça-lhes publicidade dentro da técnica e do método FLUMEN. Venha ver o que nós somos. Contacte-nos.

FLUMEN AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, S.A.R.L. · R. NOGUEIRA E SOUSA, 8 R/C · TELS. 48653 / 48670 · LISBOA · 1

PUBLICIDADE, HOJE. A PÁGINA DE HOJE É DA RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA FLUMEN.

PUB

VIVA O 25 DE ABRIL

A CGTP-IN saúda a data gloriosa de 25 de Abril de 1974, saúda todos os heróicos e patrióticos militares que, nessa data, sob o comando dos «Capitães de Abril», iniciaram uma das mais belas páginas da história da nossa Pátria pois que, guiados pelos ideais da paz, da liberdade, da democracia, progresso e da justiça social, souberam cumprir o seu dever de cidadãos e de militares, derrubando o regime fascista que, durante 48 anos, oprimia e explorava o Povo a que pertencem e a cujos anseios devem obediência.

«O Povo Unido Jamais Será Vencido» foi a palavra de ordem que percorreu Portugal. A unidade é condição necessária para a vitória. E foi em unidade que os trabalhadores e outras camadas sociais não monopolistas deram as mãos ao Movimento das Forças Armadas na concretização do seu Programa, clara e expressamente antimonopolista e antilatifundista que visava favorecer as camadas sociais mais desfavorecidas.

Ao 25 de Abril se deve o fim das guerras coloniais, o uso das liberdades fundamentais, o restabelecimento das instituições democráticas, a existência da Constituição que, consagrando as grandes conquistas revolucionárias do Povo português — a Reforma Agrária, as Nacionalizações e o Controlo Operário —, «tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do Poder pelas classes trabalhadoras».

O Movimento Sindical Unitário que, desde a primeira hora, se encontra identificado com o espírito do 25 de Abril, tendo participado activamente nas grandes transformações económico-sociais, de carácter democrático, operadas no nosso país, sente-se com legitimidade para afirmar:

— Não é possível atacar o 25 de Abril e estar com a Paz, a Liberdade, a Democracia, o Progresso e a Justiça Social.

— Não é possível estar com o 25 de Abril e estar contra a Constituição.

— Não é possível estar com o 25 de Abril e estar com os monopólios e os latifúndios.

A participação dos trabalhadores nas comemorações do 25 de Abril só pode ter o significado de que eles não abdicam na sua decisão de construir o futuro que Abril abriu, constituindo também a garantia de que as comemorações decorrerão dentro do espírito progressista que norteou o «Movimento dos Capitães».

VIVA O 25 DE ABRIL!

VIVA A UNIDADE DO POVO PORTUGUÊS!

VIVA PORTUGAL!

Lisboa, 21.4.77

O SECRETARIADO DA CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL

Retornados: seis por cento da população

Alto-comissário prevê 30 mil postos de trabalho

Num encontro com representantes das Embaixadas e Imprensa, o alto-comissário para os Desalojados, tenente-coronel Gonçalves Ribeiro, apresentou ontem um balanço geral da actividade do departamento a que preside, tendo informado que o número de 500 mil desalojados recentemente recenseados corresponde a seis por cento da população portuguesa. Recorda-se, a propósito, que por altura da independência da Argélia os regressados representavam apenas dois terços da população.

O apoio internacional aos desalojados eleva-se a três milhões de contos com relevo para as contribuições da Noruega, Holanda, Bélgica, Canadá, e Estados Unidos. Este auxílio externo é contudo uma parte reduzida das verbas sabendo-se que, no sector de crédito, a Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados dispõe de uma verba de dois milhões de contos, além de idêntica verba a ser atribuída pelas instituições de crédito nomais. Está prevista a criação de 25 a 30 mil novos postos de trabalho que ficarão a abranger mais de cem mil pessoas.

No capítulo da habitação prevê-se um programa de construções a realizar até 1980 que exigirá o dispêndio de 22 milhões de contos para alojar 60 mil famílias. Até 30 de Setembro deverá terminar a utilização de hotéis e outros estabelecimentos com fins lucrativos, passando 27.300 desalojados para instalações próprias e outros 27.400 para instalações directamente administradas pelo Estado.

Em apenas treze semanas de funcionamento da Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados, foram apresentados pedidos de concessão de créditos que se elevam a 2778 mil contos. Os financiamentos oferecidos no mesmo período ascenderam a 532 mil contos, sendo 228 mil por intermédio da banca e 304 mil através do Commissariado. O sistema de crédito é estabelecido com isenção de juros enquanto durarem os empréstimos bancários pedidos ao abrigo das disposições habituais e três por cento ao ano depois.

O dr. Mesquita Gonçalves informou que cerca de dez mil desalojados que não têm a nacionalidade portuguesa devem regressar à sua terra de origem ou emigrar para outros países, uma vez que se trata de uma população de refugiados a qual o país não tem de fornecer condições idênticas aos desalojados portugueses. Segundo o recenseamento, 46 mil desalojados estão candidatos a emigrar, incluindo-se neste número os que desejam regressar à África. Até Dezembro de 76 deixaram o país 12 mil retornados dos quais 94 por cento com destino ao Brasil, EUA, Canadá, África do Sul, e Venezuela. Sabe-se igualmente que 1300 timorenses deverão transferir-se proximamente para a Austrália.

Pesca no mar alto paralisada por falta de 80 mil contos

Realiza-se na próxima terça-feira, pelas 17 horas, no refeitório da Docapesca, um plenário de trabalhadores das empresas ligadas à pesca no alto, Cabo Branco, Mauritânia, cujo motivo principal se liga ao facto de 34 navios da frota do Cabo Branco se encontrarem paralisados, de há dois meses a esta parte, apesar do acordo de pesca entre os governos da Mauritânia e de Portugal se ter efectuado há já perto de um mês.

Com efeito, o acordo prevê que, para Portugal possa pescar nas águas territoriais da Mauritânia uma tonelagem de arqueação bruta da ordem de dez mil toneladas, é necessário que o Governo português deposite num banco americano 80.000 contos (200 dólares por tonelada) valor correspondente às taxas exigidas pela Mauri-

tânia para que a frota portuguesa ali possa actuar. Visto o Governo português não ter até ao momento depositado aquela soma, a frota pesqueira continua paralisada e os trabalhadores ligados ao sector, acada dia mais a braços com graves problemas materiais, pois os salários que entretanto têm vindo a receber (três mil escudos) são, obviamente, insuficientes.

Rendeiros do Baixo Mondego exigem cumprimento da lei

Antes do 25 de Abril os rendeiros estavam sujeitos a serem expulsos da terra que amanhavam, em qualquer altura, sem qualquer segurança nomeadamente quanto a indemnizações das benfeitorias realizadas nas terras que cultivavam, afirma-se no caderno reivindicativo aprovado pelos agricultores do Baixo Mondego numa reunião que teve lugar em Coimbra.

Os agricultores rendeiros manifestam a sua preocupação pelo facto de ser intenção do Governo revogar o Decreto-Lei 201/75, de 15 de Abril, que define o Arrendamento Rural. E entendem que o Governo deve informar e esclarecer as organizações da lavoura e os agricultores sobre o assunto. No documento salienta-se ainda que cerca de 60 por cento das explorações agrícolas do Baixo Mondego estão sujeitas ao regime de Arrendamento Rural e, por isso, a lei em vigor veio beneficiar os rendeiros na medida em que melhoraram as suas condições de vida, sendo já visíveis os resultados dos investimentos efectuados pelos rendeiros nas explorações agrícolas.

Os agricultores do Baixo Mondego depois de referirem a situação em que viviam antes da entrada em vigor da Lei do Arrendamento Rural lembram ao Governo o Art.º 104 da

Constituição que diz que na definição e execução da Reforma Agrária «deve ser assegurada a participação dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores através das suas organizações próprias».

No caderno reivindicativo os rendeiros formulam algumas exigências sobretudo relacionadas a «não alteração da lei» e sugerem ao Governo que «os agricultores e a opinião pública sejam esclarecidos sobre tudo o que se tenciona fazer no âmbito da política agrícola a fim de repor a estabilidade e segurança entre os rendeiros e os pequenos e médios agricultores».

Situação no Shaba

Mobutu prepara assalto final

Segundo telegrama procedente de Kinshasa, forças conjuntas do Zaire lançaram uma ofensiva contra os elementos que actuam na Província de Shaba, e preparam-se para o assalto final.

O avanço das tropas governamentais inclui o reforço de unidades de guerreiros pigmeus, que transportam armas venenosas.

Segundo a agência noticiosa AZAP, as forças do presidente Mobutu abandonam agora as suas armas.

Ainda de acordo com informações procedentes de Kinshasa, as forças aliadas avançaram para a localidade de Kapanga, perto da fronteira de Angola, na parte setentrional do território de seis mil quilómetros quadrados em poder dos elementos adversários de Mobutu.

Outra coluna avança, entretanto, para Mutshatsha, à beira do Caminho de Ferro de Benguela, no sul da região em revolta, uns cem quilómetros a Ocidente do centro mineiro de Kolwezi. Julga-se, no entanto, que os elementos contrários a Mobutu poderão retroceder para o mato e a partir daí manter indefinidamente uma luta de guerrilhas.

Em Roma, o general Nathaniel M'Bumba, presidente da Frente de Libertação Nacional do Congo (FLNC), classificou como «puro e simples genocídio» a política seguida pe-

lo «Imperialismo e o seu serventuário Mobutu» no sul do Zaire.

Mobutu, inteiramente de acordo com o jogo das potências ocidentais (a CEE, por exemplo, está interessada nos minérios do Zaire) e dos Estados Unidos, teria afirmado, segundo M'Bumba, que «não preciso da população. Preciso de do solo e do subsolo».

Samora vai à Noruega

O presidente Samora Machel, de Moçambique, visita a Noruega de 27 a 29 deste mês, a convite do primeiro-ministro norueguês, Odvar Nordli, anunciou o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Oslo.

Jornada unitária em defesa da democracia

— PCP apela à participação no 1.º de Maio

«Os trabalhadores portugueses vão celebrar o 1.º de Maio num momento em que as conquistas da Revolução estão submetidas a uma grave ofensiva, em que os direitos e liberdades conquistadas são objecto de crescentes violações e medidas restritivas, em que o agravamento da situação económica e financeira e as actividades reacçãoárias projectam sobre o regime democrático perigos consideráveis», lembra o Comité Central do Partido Comunista Português, em documento agora distribuído no qual se apela à participação da classe operária e de todos os trabalhadores nas jornadas comemorativas do Dia do Trabalhador organizadas pelo Movimento Sindical.

Para o PCP as comemorações do 1.º de Maio devem constituir «uma grandiosa jornada unitária que marque a firme determinação popular de defender a democracia portuguesa das ameaças da reacção, de a manter no rumo do socialismo, como consagra a Constituição», com vista ao

«desmascaramento de novas manobras divisionistas, pelo reforço da sua unidade, pela consolidação das suas estruturas de classe e do seu movimento sindical unitário, que constituem fortes barreiras ao avanço da reacção e sólida garantia da defesa dos interesses populares e nacionais».

Ainda de acordo com o documento do CC do PCP, o 1.º de Maio deverá revestir a forma de luta «em defesa das liberdades, das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo operário, pela recuperação económica contra a recuperação capitalista, pela defesa e aplicação da Constituição, por uma solução democrática e patriótica para os graves problemas nacionais, assente na intervenção determinante dos trabalhadores e das massas populares».

O PCP, caracterizando a situação actual, aponta diversos aspectos que definem «uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, que é contrária aos interesses e aspirações dos trabalhadores, compromete a resolução

efectiva dos graves problemas nacionais e que, a prosseguir, significaria novas, amargas e insustentáveis dificuldades para o nosso povo e perigos mortais para a democracia portuguesa».

Entre esses aspectos o comunicado salienta o vertiginoso aumento do custo de vida, o congelamento virtual da contratação colectiva, a intensificação dos despedimentos, o crescimento do desemprego, a entrega de empresas intervenções ao patronato que as arruinou, «a ofensiva de golpes, abusos e ilegalidades contra a Reforma Agrária, a humilhante dependência do imperialismo, a numerosa legislação antioperária, a vaga impune de agressões e violências do patronato reacçãoário contra trabalhadores em luta, os projectos de indemnizar largamente agrários e monopolistas à custa dos dinheiros públicos, a impunidade de que gozam conspiradores activos e bombistas confessos, as perseguições e afastamento de trabalhadores progressistas de empresas e do aparelho de Estado, o sistemático desprezo pela vontade e opinião de quem trabalha».

COMÉRCIO DO PORTO

Segundo uma moção aprovada pelos delegados do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Porto, as comemorações do 1.º de Maio constituirão «um vigoroso impulso na luta e reflexão contra o desemprego e os despedimentos, contra o aumento escandaloso dos preços dos produtos indispensáveis, contra o congelamento dos salários, contra as reformas e pensões de miséria, numa palavra contra a recuperação capitalista».

«A afirmação inequívoca da vontade dos trabalhadores em defenderem as conquistas do 25 de Abril e a aplicação integral e sem demagogias da Constituição da República», é outro objectivo assinalado na moção em que também se apela para que na rua se mostre «a nossa força organizada e a nossa firme determinação».

Noutra moção aqueles trabalhadores reivindicaram o direito constitucional ao tempo de antena.

CONCERTO

Obras de Luís de Freitas Branco, Fernando Lopes Graça e Beethoven serão executadas pelo Quarteto de Lisboa durante um concerto a efectuar na terça-feira em Alhandra, inte-

grado na semana das comemorações do 1.º de Maio.

O espectáculo é promovido pela comissão organizadora das comemorações da zona de Lisboa e Setúbal. Serão interpretadas as peças «Quarteto», de Luís de Freitas Branco, «14 Anotações», de Fernando Lopes Graça, e «quarteto, opus 18, n.º 2» de Beethoven. O concerto inicia-se pelas 21 horas, na sala da Euterpe Alhandrense.

BAILE DA JUVENTUDE

Está marcado para a tarde de sábado, dia 30, o Baile da Juventude, cujo programa completo será oportunamente divulgado. Local do evento: salão de festas da Empresa Lusitano-Italiana, em Cabo Ruivo.

E.I.P. Salários em atraso na origem da greve

Uma grande parte dos trabalhadores da Electricidade Industrial Portuguesa (E.I.P.) concentraram-se ontem junto às instalações da empresa, na Rua Castilho, procurando pressionar a administração para que obtivesse uma solução para os atrasos de pagamentos salariais que se verificam em relação a 50 por cento dos subsídios de férias e 13.º mês do ano passado, salários de Fevereiro e Março do ano corrente e, ainda, subsídios de deslocação, horas extraordinárias e ajudas de custo desde Setembro.

Nessa concentração ficou decidido que se iniciaria hoje uma greve com duração até quarta-feira, após o que se serão estudadas novas formas de luta, que poderão incluir outras concentrações. Alguns sectores não ligados à produção não tinham, esta manhã, aderido à greve e não participaram, sequer, na concentração de ontem.

A E.I.P. empresa que se dedica ao fabrico de postes de alta tensão, subestações e transformadores, encontra-se na presente situação em consequência, segundo um comunicado de administração ontem emitido, da dificuldade na liquidação de dívidas por parte da principal cliente, a E.D.P., Electricidade de Portugal. No entanto, a situação é agravada, actualmente, pela falta de encomendas e pelo elevado montante das dívidas, num total de dezenas de milhares de contos.

Sindicato dos Electricistas contesta despedimentos na Siemens

O Sindicato dos Electricistas do Sul contestou junto do secretário de Estado da População e Emprego o processo em curso neste departamento do Governo, movido pela Administração da Siemens para despedir colectivamente 113 trabalhadores. A contestação refere-se especialmente a 5 trabalhadores da Electro aos quais foi comunicada a decisão de despedimento no passado dia 1.

No texto, o Sindicato chama a atenção do eng.º Tito de Moraes para os vícios e irregulari-

dades do processo. Salienta que na Divisão de Electrónica, a Siemens comunicou apenas à SEPE o número de trabalhadores a despedir sem os identificar, fazendo-o mais tarde, a 14 de Março, dando assim cumprimento ao Decreto-Lei n.º 372-A/75 de 16 de Julho.

A maioria dos trabalhadores abrangidos pelo despedimento não foi informada por escrito, individualmente, da decisão da Administração, à excepção das cinco trabalhadoras referidas.

MARRIOT

Paralisações continuam sem solução à vista

As paralisações que os trabalhadores da Marriott de Portugal têm vindo a cumprir, ao ritmo de duas por dia, num total de seis horas, continuaram ontem, ainda com a mesma adesão do dia anterior — cem por cento — e deverão manter-se hoje.

Esta posição que nos foi comunicada esta manhã por um elemento da Comissão de Trabalhadores daquela firma deve-se ao facto de se manter sem alteração a ordem de despedimento de 37 trabalhadores, decidida pela administração daquela multinacional e que o ministro do Trabalho sancionou em despacho datado de 11 do corrente.

Neste momento, tanto a Comissão de Trabalhadores como o Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, que está ligado à questão surgida naquela empresa de abastecimento de refeições a aviões comerciais,

aguardam que sejam satisfeitos pedidos de entrevistas que foram feitos na Presidência da República, Gabinete do primeiro-ministro e Ministério do Trabalho.

Entretanto, o mesmo elemento da C.T. da Marriott desmentiu-nos que estivesse previsto qualquer encontro entre os representantes dos trabalhadores e a administração da Marriott, notícia que divulgámos ontem. A publicação dessa notícia, que nos tinha sido confirmada por um elemento do Sindicato da Hotelaria, ficou a dever-se a «um lapso».

A questão dos despedimentos nesta empresa e a intervenção policial que ali se registou na segunda-feira foi ontem levada à Assembleia da República, com uma proposta dos deputados independentes Carmelinda Pereira e Aires Rodrigues que, no entanto, foi rejeitada (ver pág. 2)

Decisões no Totta consideradas ilegais

A Comissão de Delegados e a Comissão de Trabalhadores do Banco Totta & Açores, mandatados pelo plenário de trabalhadores daquele banco, promoveram esta manhã uma conferência de imprensa em que consideraram ilegal a decisão governamental de diminuição de salários e reposição de retroactivos.

Em comunicado aos órgãos da Comunicação Social presentes, os promotores da conferência de imprensa sintetizam o processo. Em Setembro de 75, foi negociado entre os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e os ministérios do Trabalho e das Finanças uma adenda ao CCT — «Nivelamento das condições laborais do sector bancário», que deveria entrar em vigor em 1/10/75. Esta adenda estabelecia nos seus capítulos VIII e IX as retribuições mínimas e máximas, com o objectivo de consagrar e manter um leque salarial justificável. Alguns Conselhos de Gestão protelaram a aplicação destas normas enquanto outros nem sequer o aplicaram. Um despacho do ministro das Finanças, de 15/7/76, determinou que os Conselhos de Gestão das Instituições de Crédito deveriam manter inalteradas as condições do nivelamento referidas no capítulo IX. Havendo, mesmo assim, fugas no cumprimento do despacho, a Secretaria de Estado do Tesouro, em 26/10/76, determinou «que não poderiam ser consideradas quaisquer reivindicações que implicassem alteração ao CCT e seus anexos (protocolo e nivelamento) que não fossem veiculados através dos sindicatos...».

No entanto, em 10/12/76, o Ministério das Finanças, contrariando o estabelecido pela SET em Outubro anterior, sem consultar os sindicatos, determina «a reposição das retribuições máximas, Cap. IX do Nivelamento».

em que se encontravam em 30/9/75». A determinação im-

plicou o pagamento de retroactivos no montante de largas dezenas de milhares de contos em toda a Banca.

O Conselho de Gestão do BTA decide, depois de fazer um levantamento dos vencimentos líquidos e ilíquidos praticados na Banca nacionalizada, pagar aos quadros os retroactivos de 76 e repor os vencimentos mensais iguais a 30/9/75, bem como estabelecer uma tabela de mínimos ilíquidos para todas as letras do CCT «(...) para que resultassem com referência a 1/1/76, valores líquidos iguais aos fixados no Capítulo VIII do Nivelamento».

Mês e meio depois, quando os trabalhadores do BTA tinham recebido todos os retroactivos de 1976 e o vencimento de Março de 77, o Conselho de Gestão foi informado de um despacho do secretário de Estado do Tesouro, de 23/3/77, que mandava suspender os aumentos das tabelas mínimas do BTA, devendo os montantes recebidos como retroactivos serem considerados adiantamentos e levados em conta no processamento das melhorias salariais que fossem devidas, quando no novo CCT, não se pondo em causa o capítulo IX do Nivelamento, respeitante a remunerações máximas.

O Conselho de Gestão assumiu perante a SET a defesa dos aumentos no BTA, alegando que o despacho não era aplicável àquele banco. O Ministério das Finanças reafirmou a sua posição por despacho de 5/4/77, dando instruções ao Conselho de Gestão do BTA para que suspendesse a tabela em vigor e aplicasse de imediato a tabela que vigorava em Dezembro de 1975.

Perante a reacção firme dos trabalhadores do BTA, o Conselho de Ministros anulou as deliberações do ajustamento salarial e pagamento de retroactivos autorizados pelo Conselho de Gestão do BTA e executados já aos trabalhadores, exonerando mesmo todos os membros do Conselho de Gestão.

APESAR DA REPRESSÃO

Petrogal comemora primeiro aniversário

Os trabalhadores da Petrogal — empresa pública resultante da fusão das empresas nacionalizadas do sector do petróleo — comemoram amanhã e depois de amanhã, em Sacavém o primeiro aniversário da empresa, com jornadas de convívio, desportivas e culturais.

Organizadas pela Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal, as jornadas são dedicadas aos trabalhadores e seus familiares, contando com a colaboração de trabalhadores de outras empresas para o preenchimento do programa. Deste constam, entre outras manifestações, provas de atletismo, jogos de futebol, canto livre, grupos de dança e banda, danças folclóricas, cinema, variedades e teatro para crianças.

REPRESSÃO

O Ministério da Indústria e Tecnologia, não cedendo à vontade dos trabalhadores de terem afastado do Conselho Geral da Petrogal o dr. Cabral Basto. Simultaneamente, apareceram na empresa dois comunicados do C. G. (em que se nota o «estilo inconfundível» do dr. Cabral Basto — segundo a Comissão Central de Trabalhadores) em que transparece a in-

sistência em entrar em conflito com os trabalhadores. Relativamente àquele membro do Conselho Geral a C. C. T. tomou conhecimento de um telex enviado por outro funcionário da empresa, dr. Rodrigues Pereira, a Cabral Basto, pedindo-lhe um lugar de dactilografia para a filha. O referido membro do CG alegou que o emissor do telex, não se encontra no seu juízo perfeito, mas entretanto invocou a proposta da denúncia do telex, várias leis, decretos e códigos.

Ainda no domínio dos telexes a CTT teve conhecimento de um outro, dirigido ao eng.º Casais Ribeiro, em que um indivíduo da Sonap de Macala (Moçambique) diz estar à vossa disposição imediata», deduzindo-se que para efeitos de admissão em Sines.

Por último, no comunicado em que divulga estes casos, a CCT da Petrogal, manifesta a sua intenção de ajudar na resolução dos problemas relacionados com os prejuízos desta empresa pública, pretendendo contactar as outras CT's para analisar a questão.

No entanto, afirma que o C. G. manipulando o assunto, aproveitou o pretexto para limitar ainda mais o exercício do «controlo de gestão».

INDUSTRIA AUTOMÓVEL: MUITO PIOR DO QUE SE PENSA

O colapso em qu

Se forem postas em vigor as medidas recentemente tomadas pelo Governo quanto à classificação e definição dos veículos mistos automóveis, as quais determinariam taxas de tal modo exorbitantes que os preços actuais, em grande número dos casos, sofreriam aumentos quase de 100 por cento, a indústria automóvel portuguesa e as principais indústrias subsidiárias desta serão de tal modo afectadas que a falência será provavelmente inevitável para muitas delas, arrastando para o desemprego dezenas de milhares de trabalhadores.

Desta vez a «sabotagem económica» não é dos empresários, é do poder, e deriva da sua «miopia fiscal», de uma lógica medieval de cobrador de impostos que parece ter presidido à legislação fiscal que nos últimos anos os vários responsáveis produziram para este sector.

Os aumentos de preços provocados por esta medida, que entrará em vigor em Julho próximo, são de tal ordem que a capacidade de aquisição do público atinge o seu ponto de ruptura, isto é, os preços afastam-se da capacidade financeira do comprador médio que utiliza o automóvel como meio de transporte a que qualquer trabalhador tem direito.

DESTRUIÇÃO EM CADEIA

Com os aumentos previstos os níveis de vendas descem de tal modo que tornam impossível a sobrevivência de fábricas de montagem e de componentes. A sua queda arrastará a de muitas outras empresas ligadas directamente ao sector, e bem assim de revendedores, retalhistas, etc.

As condições da indústria e do comércio automóvel eram

já difíceis. Muitos fabricantes de componentes e acessórios já só conseguiam sobreviver através dos adiantamentos que algumas das fábricas de montagem ainda eram capazes de lhes proporcionar.

Ao contrário das outras vezes em que, mesmo sofrendo graves ofensivas do fisco, o sector automóvel ainda encontrou possibilidades de sobrevivência parcial (dizemos parcial porque grande número de marcas se encontra em estado de falência técnica), desta vez parece não haver mesmo saída. Tudo tem o seu limite.

Uma exposição feita em Novembro último ao Governo pela Associação dos Industriais de Montagem e pela Associação do Comércio Automóvel de Portugal rememora a certo passo as medidas que nos últimos dois anos e meio foram tomadas com o objectivo de provocar, directa ou indirectamente a contenção das importações do sector automóvel. Dizem a A.I.M.A. e a A.C.A.P.:

«Em Maio de 1974 foram congelados os preços de bens e serviços, mantendo-se essa situação até quase ao final do ano. Como, entretanto, os custos salariais aumentaram extraordinariamente e não pude-

ram ser repercutidos nos preços, o sector automóvel foi drasticamente descapitalizado.

«Em Agosto de 1974 a gasolina «super», que representa cerca de 2/3 do consumo global deste combustível, vê o seu preço ser elevado para 12\$50 o litro.

«Em Dezembro de 1974 foram sensivelmente aumentadas as taxas do imposto sobre a venda de veículos automóveis, o que fez com que o preço de venda ao público fosse agravado em mais de 50 por cento. Mais de meio milhão de contos de «stocks» ficaram imobilizados por impossibilidade de venda, o que só em meados de 1976 viria a ser corrigido, mas já sem evitar os elevadíssimos custos financeiros de tal situação.

«Em Março de 1975 foram agravados os impostos de circulação e compensação.

«Em Abril de 1975 as instruções emanadas do Banco de Portugal fixaram novo regime de vendas a prestações de viaturas automóveis, dificultando-as consideravelmente e provocando quebras de margens de comercialização.

«No mesmo mês é drasticamente vedado o crédito às importações através de aceites

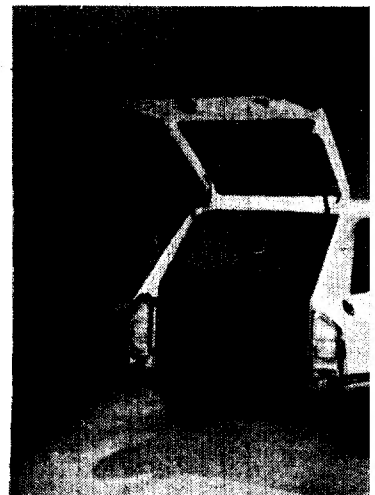
bancários.

«Com efeito, a partir de Junho, ainda de 1975, é imposta a sobretaxa de 20 por cento sobre as importações abrangendo os veículos automóveis, ficando o imposto sobre a venda de veículos a incidir sobre o preço de venda acrescido da referida taxa; em virtude de problemas de ordem administrativa, fica-se longas semanas

vam divisas ao País e criavam postos de trabalho definitivos, os responsáveis decidiram, a partir da década de 60, limitar a importação de viaturas, obrigando assim à instalação de fábricas de montagem. A decisão foi contestada na altura pela grande maioria dos importadores, mas era o tempo em que a demagogia política se sobrepunha a todas as regras ele-

mes erros de estrutura, a indústria automóvel estava de tal modo integrada no tecido económico do País que atacá-la de uma forma primária era provocar doenças graves numa zona muito ampla da economia nacional e do trabalho.

Não é com novos erros que se corrigem estruturas deficientes, mas através de medidas de fundo, correctamente



Três mistos sob a alçada das taxas: Fiat 127, Renault 5 e Break GS. Foram concebidas como mistas, qualquer alteração. Será o bom «design» de qualquer deles, ou seja, o talento de quem os projectou tributar?

PUB



COOPERATIVAS DE EMBALAGENS

UNIÃO OPERÁRIA, SCARL

II ANIVERSÁRIO

O dia 22 de Abril de 1977, marca a data em que a UNOP perfaz 2 anos de existência.

Se 2 anos de vida dum empresa é nada na perspectiva dum existência que se pretende seja infundável é, no entanto, um marco suficientemente forte para não deixar qualquer dúvida quanto à natureza do seu empreendimento.

Com efeito, a prova de que ele foi desprovido de intenções de oportunismo fica feita. O seu 2.º aniversário revela a firme determinação com que foi criado no sentido não dum vida efêmera ao sabor de conveniências momentâneas mas numa perspectiva dum horizonte muito mais amplo, sem limites de tempo, capaz de enfrentar dificuldades e reveses como até aqui, mas vocacionalmente orientado ao êxito, sem o qual compromete a sua continuidade.

Efectivamente ultrapassadas todas as adversidades, consumindo todo o esforço, devotando todo um amor à causa e com inteiro espírito de renúncia construímos e erguemos orgulhosa e altivamente a UNOP.

E com serena convicção que se deve registar o contributo que a UNOP, nestes 2 anos, tem prestado ao nosso País, não só no campo Industrial como também no campo técnico, Comercial e Social, e ainda criando novos postos de trabalho.

Situados num sector de actividades complexas de problemas mas de capital importância, a UNOP orgulha-se de ter correspondido as mais difíceis, árduas e impossíveis exigências e actualização no mercado nacional de técnicas e inovações que, competem com as mais avançadas internacionalmente.

A nossa trajectória de 2 anos, com todas as suas realizações, não teria sido possível sem o esforço, a dedicação, o apoio, a colaboração de todos: todos aqueles que conosco conviveram. São os clientes, são os colaboradores, são os fornecedores, os amigos que, todos juntos, fizeram a realidade que hoje é, a UNOP.

A todos aqueles cuja colaboração tem honrado esta casa e fez digna do apreço do público, a todos aqueles por qualquer forma, têm contribuído para que a UNOP celebre em 1977 os seus 2 anos de existência e que de uma forma ou outra, estejam vinculados à nossa Cooperativa, dirige a Direcção em nome de toda a Organização o mais profundo e sincero dos agradecimentos e os desejos bem amigos e fraternos para que continuem a contar com a nossa amizade e o desejo de bem e melhor servir. Para isso, a todas as dificuldades, falsas profecias ou boicotes, respondemos com trabalho, amizade, estudo e dedicação.

Com plena confiança no futuro do nosso País, no da UNOP e querendo ajudar a erquer cada vez mais alto este nosso Portugal, as mais profundas e cordiais saudações amigas.

Ao Dispor
A DIRECÇÃO

sem dispor de preços e sem se poder vender.

«Já em 1976, em 28 de Janeiro, voltou a ser aumentado o imposto sobre veículos automóveis.

«Em Janeiro a gasolina «super» viu o seu preço elevado para 17\$50 e o gasóleo para 6\$00 o litro (aumento de 50 por cento).

Em Outubro foi o imposto de compensação também aumentado de 50 por cento, passando nos veículos ligeiros para 18 contos/ano.

«Entretanto, a sobretaxa sobre importações de automóveis foi elevada para 30 por cento.»

Nesta exposição as duas associações citavam que, «por se ter registado nos últimos três anos um acréscimo na massa salarial de mais de 100 por cento relativamente ao sector de montagem, se se tiver em conta que os «encargos com o pessoal» representam cerca de 80 por cento dos custos de montagem, facilmente se aceita que, neste momento, se encontram em situação de falência técnica cerca de 62 por cento das linhas de montagem».

Poderá haver da parte de algumas firmas certas interpretações tendentes a defender os seus interesses, mas não é preciso ser perito para verificar que a situação é de facto dramática e que uma política económica inconsequente e demagógica não serve nem trabalhadores nem industriais, porque gera um caos sobre o qual nada se poderá construir no futuro.

CORRIGIR ERROS COM MAIS ERROS

Todos sabemos que a indústria automóvel em Portugal era, do ponto de vista estrutural, uma aberração só possível de conceber pelo provincianismo e tacañez dos governantes de então.

Pensando que desenvolviam o sector, que criavam uma indústria automóvel, que poupa-

mentares da economia. Ainda está para se saber quantos milhões se fizeram sair em divisas para construir estas mini-fábricas.

Em poucos anos Portugal viu-se com 22 marcas diferentes, montando uma infinidade de modelos. Os índices de produção eram baixíssimos. Vinte unidades por dia eram já um caso raro. Isto diz das possibilidades e perspectivas de tais indústrias.

Tudo ou quase tudo estava errado no sector automóvel. Apesar do baixo índice de motorização do País, possuíamos um parque automóvel riquíssimo. Abundavam os carros de luxo e de grande cilindrada. Era preciso fazer qualquer coisa, dar um sentido social, tanto quanto possível, ao automóvel.

Mas os Governos (todos) entenderam que o automóvel de-

elaboradas, que, assegurando as necessárias etapas de transição, se caracterizem no entanto, desde o início, por uma direcção bem definida.

Em determinada altura foi criada uma Comissão para o Sector Automóvel que era suposto ir tratar de reverter o sector. Esperavam-se sugestões para medidas de fundo, medidas inovadoras, estudadas e definidas em conjunto pelo Governo, industriais e representantes dos trabalhadores. Em vez disso, surgiram medidas desarticuladas, decididas à «queima-roupa» sem que uns e outros fossem ouvidos, excepto no caso da contingência das importações. E mesmo nisto tratou-se mais da comunicação aos interessados de um facto consumado do que de obter deles um parecer de natureza técnica. To-

OS MISTOS NO MERCADO NACIONAL

No final de Fevereiro de 1977 as vendas de veículos mistos correspondiam a cerca de 80 por cento, distribuindo-se pelas seguintes marcas: Mazda, 92 por cento; GM, 93,8; Chrysler, 74,4; Volkswagen, 83,8; BLMC, 26,9; Fiat, 89,4; Ford, 61; Peugeot, 94,3; Toyota, 63,1; Mercedes, 50; Datsun, 74,3; Citroën, 100; Audi, 100; Honda, 89,3; Renault, 99,4.

via continuar a ser a «vaca leiteira» das finanças do País. Nunca compreenderam que era um sector económico importante, que dava trabalho de forma directa ou indirecta a centenas de milhares de pessoas. Para moralizar este sector eram precisas medidas globais e de aplicação rigorosamente planificada.

Imposto sobre imposto, taxa sobre taxa, directa ou indirectamente, sobre carregaram-no até à asfixia.

Não se deram conta de que, apesar de todos os seus enor-

mam-se, assim, de um dia para o outro, decisões de alcance imediato, gravíssimas, sem que os trabalhadores, os industriais e todos quantos de um modo mais directo estejam ligados ao sector automóvel tenham sido ouvidos.

Mas no fundo que medidas se tomam em relação à indústria automóvel? Para já sugar ainda mais a «vacca», já quase física de tanto lhe terem tirado, sobrecarregada de taxas e impostos, com os mais diversos argumentos da estratégia fiscal tecnoburocrata.

Quatro rodas

AUGUSTO VILELA

O GOLPE FINAL

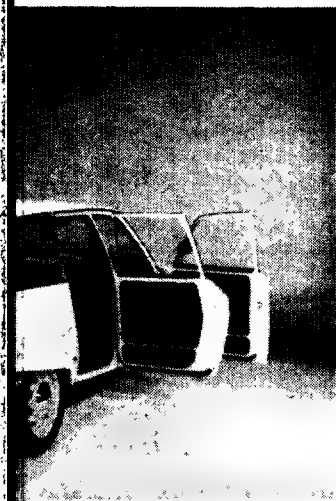
Toda esta derrocada, que se avizinha se rapidamente não se imprimir uma nova orientação ao sector, foi precipitada de há um mês e meio para cá com três medidas consecutivas e desconexas, apesar dos seus efeitos multiplicadores: contingenteamento com diminuição drástica da produção auto-

veículos que tinham em «stock», tiveram de transformar automóveis em carinhas alterando profundamente a tração e dando origem, de facto, a um veículo bastante diferente daquele que fora concebido pelo construtor.

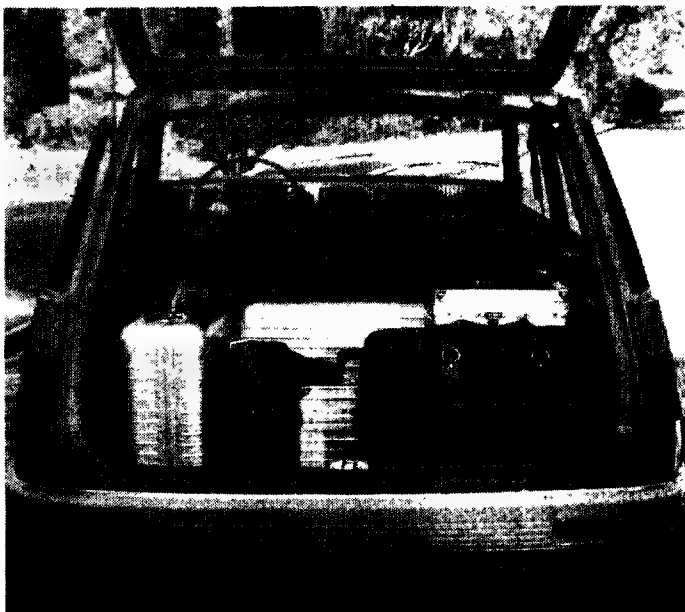
Passando por cima de tudo, sem uma discussão ampla do problema, uma misteriosa comissão, que não conseguimos

das numerosas fábricas de como subsidiárias das montadoras, que se desenvolveram como subsidiárias das montagens? Que faz o Governo das fábricas de montagem que ficam inactivas? Que faz a maquinaria? As instalações? Já tem planos de reconversão? Quais?

Quanto vai o Governo despendendo para criar um número



pelo construtor e não sofreram que o fisco português pretende



móvel para cerca de 50 por cento do previsível; desvalorização do escudo poucas semanas depois; e, finalmente, uma nova definição de veículo misto, quando se sabe que os veículos mistos representam cerca de 80 por cento da produção de automóveis nacional.

Esta última medida visa aparentemente fazer alinhar os mistos pelos restantes 20 por cento, ou seja, alinhar a maioria pela minoria, o que se nos afigura insólito.

O Governo convenceu-se (ou foi convencido) de que era preciso «moralizar» o mercado automóvel, porque a classificação de veículo misto era «mal definida», e tirando partido da anterior classificação, algumas marcas (nomeadamente a Citroën, Renault e Fiat) conseguiram ver aplicado aos seus veículos o imposto de apenas 15 por cento, através de pequenas alterações como a introdução de uma porta atrás.

Trata-se de uma análise reveladora de um certo desconhecimento do que é a indústria automóvel. É que estas três marcas citadas são daquelas cujos modelos são comercializados sem qualquer alteração estrutural. Trata-se de veículos de 3 e 5 portas cuja concepção técnica obedeceu a solicitações muito concretas dos mercados internacionais e representam a resposta dos construtores a essas solicitações. E tanto é assim que a Citroën, por exemplo, para o GS, que é o seu modelo mais significativo, tem duas versões: a Berlina e o Break. Quanto à Renault e à Fiat, também não consta que tenham deformado os seus modelos de base para os fazer encaixar na legislação portuguesa. O mesmo não poderá dizer-se em relação a algumas outras marcas, que agora até poderão ser favorecidas pelas novas normas. Houve marcas que, em determinada altura da crise, para conseguirem vender os

saber por quem é constituída, apesar dos numerosos esforços empreendidos junto de várias entidades, elaborou uma nova definição que outros responsáveis se preparavam para fazer entrar já em vigor, mas finalmente foi transferida para Julho, depois de ter sido anunciado que entram em vigor no dia 1 de Abril.

Esta comissão pretende que apenas sejam considerados mistos os veículos cujo porta-bagagens tenha de comprimento pelo menos 40 por cento da distância entre eixos da viatura, além de outros pormenores de somenos importância.

E AGORA COMO É?

Não se discute o dever que o Governo tem de procurar uma legislação correcta que impeça as fugas fraudulentas ao fisco, mas neste caso não se trata, na generalidade, de fugas e é inaceitável que se tomem decisões de tamanha repercussão num dos sectores mais importantes da economia nacional sem perspectivar as consequências que delas vão resultar, sobretudo porque o que se afigura ilógico são as taxas sobre os veículos de passageiros, taxas que levaram à sua quase completa eliminação.

Mas vejamos: o Governo decide estabelecer novas definições de veículo misto.

Esta nova definição vai abranger a grande percentagem dos veículos montados em Portugal.

Onerados pelas exorbitantes taxas a que ficam agora sujeitos os veículos mistos (ou que até agora eram considerados mistos), baixarão as vendas para volumes insuficientes para manterem as empresas.

Sem facturação, as empresas não têm outro recurso senão fechar as portas.

Que faz o Governo aos trabalhadores que ficam desempregados? Que planos tem para absorção dessa mão-de-obra especializada? Que faz

equivalente de postos de trabalho? Quanto tempo levará a consegui-lo?

Mesmo vendo as coisas pela óptica dos cobradores de impostos, será que o aumento de tributação agora conseguida vai ser compensado pela enorme diminuição dos veículos a tributar?

Que consequências terão estas medidas na inflação, sabendo que os transportes são uma componente importante na formação dos preços da quase totalidade dos produtos e serviços?

QUEM FAZ SAÍR DIVISAS?

Podem dizer-nos que tudo estará muito certo, mas o importante é reduzir a saída de divisas. Mas será de facto o automóvel o grande esbanjador das divisas do País? Ou, pelo contrário, não será antes uma das importações de maior volume de valor acrescentado determina na economia nacional, embora numa estrutura que todos reconhecem errada? O facto é que temos uma indústria automóvel em funcionamento. Que dela dependem dezenas de milhares de pessoas. E que a matéria-prima dessa indústria são automóveis em CKD. São automóveis por montar. Sem eles essa indústria para e com ela outras indústrias que lhe são subsidiárias. E parando forja-se desemprego.

Acontece mesmo que o automóvel nem sequer representa um volume de importações muito grande em relação ao conjunto, não ultrapassando 4 por cento. Com um pouco de imaginação talvez fosse possível arranjar no sector automóvel exportações que atenuassem a diferença.

Qual a solução?

Claro que não há soluções óptimas para problemas deste tipo, mas há alternativas capazes de se aproximarem dessas soluções. Uma vasta corrente

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DESDE 1973

	Dyane	Fiat 127	Mini 1000	R5
Dezembro/73	66.990\$00	70.624\$00	64.818\$00	84.986\$00
Dezembro/74	75.850\$00	75.120\$00	70.570\$00	91.967\$00
Dezembro/75	104.790\$00	102.003\$00	90.362\$00	116.918\$00
Dezembro/76	128.585\$00	126.435\$00	123.838\$00	148.421\$00
Março/77	156.120\$00	160.335\$00	165.000\$00	188.185\$00
Julho/77 (?)	230.860\$00	236.159\$00		294.550\$20

Este mapa apresenta a evolução dos preços desde 1973 e uma previsão do que serão em Julho próximo. No caso do Fiat 127 os preços referidos são os do modelo de 3 portas.

de pessoas ligadas ao sector entende que a verdadeira fabricação de automóveis é uma medida pela qual tem de passar a resolução desta crise. Evidentemente que, ao contrário do que aconteceu com as montagens, não vamos construir 22 fábricas de automóveis. O bom senso aconselha a que se opte por um ou dois projectos que sejam viáveis e cujos produtos correspondam às características do mercado interno, mas tendo sempre em vista uma produção

competitiva, em termos de números, de modo a tornar possível a exportação e recolher as naturais consequências ao nível da balança de pagamentos.

Uma solução deste tipo já poderia assegurar não só a sobrevivência das fábricas de componentes e acessórios como até o seu desenvolvimento para exportação.

Neste momento, o Governo aprecia projectos deste tipo que lhe foram entregues, mas

impõe-se que, sem prejuízo de uma opção correcta, as decisões não fiquem anos e anos sepultadas nas comissões encarregadas de dar os seus pareceres. E que na decisão pese também o «comportamento» dos vários construtores nos países onde têm trabalhado. Uma opção que envolva dependências de tipo neocolonialista não serve os interesses da economia nacional e dos trabalhadores portugueses. Ao «dossier» técnico há que juntar o «currículo» do construtor.

PUB

COMUNICADO

AOS TRABALHADORES DOS SECTORES

DE: ARMAZENISTAS DE MATERIAIS

DE CONSTRUÇÃO, AÇOS, TUBOS, FERROS, METAIS, FERRAMENTAS,

FERRAGENS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS

Passados mais de sete meses desde a data de apresentação da proposta de C.C.T. para estes sectores, continua sem se negociar uma única cláusula! O boicote das Associações Patronais começou logo na primeira cláusula sobre o âmbito do CCT, pois pretendem que a sectores predominantemente ARMAZENISTAS se aplique o CCT do comércio retalhista de Lisboa. O argumento de que algumas empresas deste distrito já se regem por aquele Contrato, não sendo de modo algum determinante, apenas visa encobrir uma recusa de negociar um CCT autónomo para sectores com uma estrutura e dimensão substancialmente diferentes das que caracterizam o sector de retalho, onde predomina a pequena empresa.

Posto o problema ao Ministério do Trabalho, ficou este de elaborar um despacho, para o que solicitou uma contraproposta concreta das Associações Patronais até ao pretérito dia 12, o que até hoje não aconteceu, o que tem feito arrastar injustificadamente este processo. Os trabalhadores não estão mais dispostos a esperar pela resposta dos patrões e exigem que o Ministério do Trabalho se pronuncie muito concreta e definitivamente sobre a questão levantada até ao próximo dia 27.

Caso contrário, efectuar-se-ão plenários gerais de trabalhadores onde se adoptarão as formas de luta mais convenientes!

CONTRA O BOICOTE PATRONAL!
EM FRENTE COM O C.C.T.!

A COMISSÃO SINDICAL NEGOCIADORA

Evite o encandeamento.

Vele pela sua segurança e pela dos outros.



circular e viver.



ADRIÁTICO

SOCIEDADE DE ADMINISTRAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A.R.L.

Sede em Lisboa

RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS

Do exercício de 1976

RELATÓRIO

Senhores Accionistas:

Em conformidade com as disposições legais e os estatutos, vimos submeter ao vosso exame e apreciação as contas de gerência respeitantes ao exercício de 1976.

Ao Conselho Fiscal significamos o nosso reconhecimento pela dedicação com que desempenharam as suas funções.

Propomos que o prejuízo verificado de Esc. 31.590\$60, acrescido do prejuízo anterior, transite para conta nova.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 1977

Os Administradores

Paul Ströh — Presidente
Hans Ströh
Rolf Horn

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

ACTIVO

Propriedades	13.583.669\$00
Caixa	129\$70
Devedores Gerais	166.734\$80
LUCROS E PERDAS	
Saldo	123.204\$90
Prejuízo exercício	31.590\$60
	154.795\$50
	13.905.329\$00

PASSIVO

Capital	203.000\$00
Credores Gerais	13.702.329\$00
	13.905.329\$00

O Técnico de contas
Os Administradores

a) Paul Ströh — Presidente
Hans Ströh
Rolf Horn

DESENVOLVIMENTO DA CONTA LUCROS E PERDAS

DÉBITO

Saldo de 1975	123.204\$90
Encargos Gerais	31.590\$60
	154.795\$50

O Técnico de contas

s Administradores

Paul Ströh — Presidente
Hans Ströh
Rolf Horn

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas:

Pela atenta análise que efectuamos, podemos concluir que a contabilidade, a conta de Lucros e Perdas e o relatório do Conselho de Administração satisfazem as disposições legais e estatutárias, pelo que somos de

PARECER

1.º — Que aproveis o Relatório, Balanço e Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1976;

2.º — Que ao saldo da conta de Lucros e Perdas se dê o destino proposto pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 15 de Março de 1977

NOTARIADO PORTUGUES

Cartório Notarial de Oeiras

Certifico, que por escritura de 21 de Abril de 1976, lavrada de fls. 148 a fls. 149, do livro de notas para escrituras diversas n.º B-600, deste Cartório, Luís Maria Ferreira da Silva, cedeu a quota de 300.000\$00, que possuía na sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada sob a firma «CLEMENTE PÓRCIO, LIMITADA», com sede na Rua da Cruz dos Poiais, n.º 8, em Lisboa, a Brizida Moreira Lameiro Pórcio, apartando-se assim, da referida sociedade e renunciando expressamente à gerência. Por esta mesma escritura, foi nomeada gerente a partir de hoje a sócia Brizida Moreira Lameiro Pórcio, e, alterada a redacção do artigo 4.º, do pacto social que passou a ser a seguinte:

Art.º 4.º — A gerência dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral, compete a ambos os sócios que ficam desde já nomeados gerentes, sendo necessário e suficiente a intervenção do sócio Clemente Pórcio, para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos e para a representar em juízo e fora dele, activa e passivamente. Está conforme e original, no quapadado há em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

CARTÓRIO NOTARIAL DE OEIRAS: aos vinte e oito de Junho de mil novecentos e setenta e seis.

O Ajudante,
José Coelho Monserrate,

NOTARIADO PORTUGUES

DÉCIMO SEXTO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

Notário — Lic. Fernando Lopes Correia Semedo
Avenida Almirante Reis,
N.º 104 — 1.º

«LEPORFER — SOCIEDADE DE COMÉRCIO DE JAUAS METÁLICAS PARA CUNICULTURA, LD.ª»

Faço público que por escritura de seis do corrente, exarada de folhas oito, verso, a folhas dez, do livro D CEN-TO QUARENTA E DOIS, das notas deste cartório, foi constituída entre WAL-DEMAR FERNANDES e SUZETE HELENA CARDOSO FERNANDES, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se rege pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação de LEPORFER — SOCIEDADE DE COMÉRCIO DE JAUAS METÁLICAS PARA CUNICULTURA, LIMITADA. Terá a sua sede em Lisboa, na Rua da Cruz dos Poiais, número oito, primeiro andar, direito, durará por tempo indeterminado a partir de hoje.

SEGUNDO

A sociedade tem por objecto a comercialização de jaulas metálicas para cunicultura e equipamento para pecuária, ou qualquer outra actividade que os sócios convençiem explorar.

TERCEIRO

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de CINQUENTA MIL ESCUDOS e corresponde à soma das quotas dos sócios que são as seguintes: — Waldemar Fernandes, vinte e cinco mil escudos; e Suzette Helena Cardoso Fernandes, vinte e cinco mil escudos.

QUARTO

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo ou fora dele, activa e passivamente, ficam, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado e constar de acta, a cargo do primeiro outorgante Waldemar Fernandes, sendo necessária e bastante a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos.

QUINTO

Assembleia Geral, a qual compete a ela a iniciativa e a superintendência em todas as suas actividades.

SEXTO

A cessão de quotas é livremente permitida entre sócios. A cessão a favor de estranhos depende do consentimento da própria sociedade dos restantes sócios.

SÉTIMO

A sociedade não se dissolve por morte ou interdição de qualquer sócio, cabendo aos herdeiros do sócio falecido indicar um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa, no primeiro caso, no segundo caso, intervirá o representante legal do interdicto.

OITAVO

As Assembleias gerais, para os casos em que a Lei não exija outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas com a antecedência mínima de oito dias.

Está conforme, nada havendo que modifique, condicione ou restrinja a parte transcrita.

Lisboa, aos nove de Agosto de mil novecentos e setenta e seis.

O 3.º Ajudante,
(Maria Casimira Almendra)



COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA DE ALVIDE
CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os associados para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar em 23/4/77, pelas 15 horas, na Sociedade de Alvide, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Ponto da situação.
- 2 — Eleição dos Corpos Gerentes.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Carlos Alberto de Almeida

“ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO A INFANCIA DA AJUDA”

17.º CARTÓRIO

NOTARIAL DE LISBOA

RUA

ALEXANDRE HERCULANO,

29- 1.º E

Notário

Lic. António Manuel

Gonçalves Saldanha

1. Certifico para fins de publicação que por escritura deste Cartório de 8 de Abril corrente lavrada de fls. 5 a fls. 6 v.º do livro n.º 70-H foi constituída a sociedade em epígrafe que adoptou o pacto constante dos seguintes artigos:

ESTATUTOS

Primeiro — A associação tem o nome de «ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO A INFANCIA DA AJUDA» e a sede na Calçada da Ajuda números trinta e três, trinta e cinco e trinta e sete, freguesia da Ajuda.

SEGUNDO — Tem por fim a promoção dos sócios, através de funcionamento de uma creche (berçário), infantário, jardim infantil, apoio escolar, escola primária e assistência médica, e ainda a acção recreativa e cultural, visando a sua formação humana e integral, encontrando-se aberta a pessoas de ambos os sexos.

TERCEIRO — São órgãos da Associação: a assembleia geral a direcção e o conselho fiscal, podendo ser criadas secções para coadjuvar a Direcção.

QUARTO — Internamente a Assembleia Geral, é soberana e perante ela responde a Direcção, cuja actividade está sujeita permanentemente à inspecção do Conselho Fiscal.

QUINTO — A Associação é representada por toda a Direcção cujo presidente tem função coordenadora e a ela compete a iniciativa e a superintendência em todas as suas actividades.

SEXTO — A composição e o funcionamento dos órgãos da Associação serão estabelecidos em regulamento a aprovar pela ASSEMBLEIA GERAL DOS SÓCIOS.

SÉTIMO — Constituem património da Associação a receita das quotas e das taxas cobradas pelos serviços prestados e, mediante deliberação da Assembleia Geral, qualquer bens adquiridos por doação, deixa testamentária ou a título oneroso.

OITAVO — A Associação durará por tempo ilimitado, mas no caso de se dissolver pelos motivos constantes da Lei reverterá o seu património a favor de estruturas populares, cuja acção se tem ligado à infância, e que sejam necessitadas.

2.º Mais certifico que a presente fotocópia que se contém em duas folhas vai conforme ao original assim como a parte certificada e nada contém em contrário do que fica certificado e fotocopiado achando-se na escritura devidamente ressalvadas as entrelinhas e as rasuras.

Lisboa e Décimo Sétimo Cartório — Notarial 20 de Abril de 1976.

O Ajudante do Cartório
(Mário Valente Guerreiro)

NOTARIADO PORTUGUES

Décimo Sexto Cartório Notarial de Lisboa

Notário — Lic. Fernando Lopes Correia Semedo

Avenida Almirante Reis,
N.º 104 — 1.º

«CLEMENTE PÓRCIO, LIMITADA»

Faço público que por escritura de dezanove de Dezembro de mil novecentos e setenta e cinco, exarada de folhas onze, verso, a folhas treze, verso, do livro E CENTO E VINTE E NOVE, das notas deste Cartório, Eng.º Carlos Pires da Silva dividiu a quota do valor nominal de duzentos e cinco mil escudos que possuía na sociedade em epígrafe, em duas novas quotas, sendo uma de cento e quarenta e cinco mil escudos que cedeu a Clemente Pórcio e outra de cinquenta mil escudos que cedeu a Brizida Moreira Lameiro Pórcio; e Carlos Pereira Rebelo e Manuel Virgílio da Mow Rebelo cedaram também as quotas que na mesma sociedade possuíam à referida Brizida Moreira Lameiro Pórcio, respectivamente, de duzentos mil escudos, e cinquenta mil escudos, apartaram-se da sociedade e renunciaram à gerência. Pela mesma escritura foi resolvido unificar as quotas da sócia Brizida Moreira Lameiro Pórcio e ainda alterados os artigos «terceiro» e «quarto» do respectivo pacto aos quais foi dada a nova redacção:

TERCEIRO

O capital social é de SEISCENTOS MIL ESCUDOS, está inteiramente realizado em dinheiro e outros valores conforme escrituração e está dividido em duas quotas iguais, uma de cada sócio.

QUARTO

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica a pertencer ao sócio Clemente Pórcio, sendo necessária e bastante a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos.

Parágrafo primeiro: mantém-se. Parágrafo segundo: mantém-se. Está conforme, nada havendo que modifique, condicione ou restrinja a parte transcrita.

Lisboa, aos seis de Abril de mil novecentos e setenta e sete.

O 2.º Ajudante,
(José Manuel de Sousa)

NOTARIADO PORTUGUES

Avenida Almirante Reis,
N.º 104 — 1.º

Notário — Lic. Fernando Lopes Correia Semedo

«LEPORFER — SOCIEDADE DE COMÉRCIO DE JAUAS METÁLICAS PARA CUNICULTURA, LD.ª»

Faço público que por escritura de catorze do corrente, exarada de folhas cinquenta e uma, verso, a folhas cinquenta e três, do livro E CENTO TRINTA E CINCO, das notas deste cartório, WALDEMAR FERNANDES cedeu a quota do valor nominal de vinte e cinco mil escudos que possuía na sociedade em epígrafe a CLEMENTE PÓRCIO e SUZETE HELENA CARDOSO FERNANDES cedeu também a quota do valor nominal de vinte e cinco mil escudos que na mesma sociedade possuía a FRANCISCO JOSÉ FERREIRA FIGUEIREDO apartaram-se da sociedade, tendo ainda o de cedente Waldemar renunciado à gerência.

Ainda pela mesma escritura foram alterados os artigos «terceiro» e «quarto» do pacto social os quais passaram a ter a seguinte redacção:

TERCEIRO

O capital social é de CINQUENTA MIL ESCUDOS, integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes: — Clemente Pórcio, vinte e cinco mil escudos; e Francisco José Ferreira Figueiredo, vinte e cinco mil escudos;

QUARTO

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo ou fora dele, activa e passivamente, ficam, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme constar de acta, a cargo dos dois gerentes. Porém, para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos é necessária e bastante a assinatura dos dois gerentes ou seus representantes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: — A sociedade poderá constituir mandatários nos termos e para os efeitos do artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: — Os sócios poderão delegar, mediante procuração, os respectivos poderes, mesmo em pessoas estranhas à sociedade.

Está conforme, nada havendo que modifique, condicione ou restrinja a parte transcrita.

Lisboa, aos vinte e um de Outubro de mil novecentos e setenta e seis.

O 2.º Ajudante,
(José Manuel de Sousa)

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

É DITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Palmela em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP-Sul), a que se refere o processo 8/58 963, arquivo 45, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Palmela, de uma linha aérea a 15 kV, com 1095 metros, do apoio n.º 9 da linha mista LI 15-34 S. Sebastião-Azeitão para o posto de transformação n.º 15-2-013 Aires, constituída por 3 troços: — Um troço já existente entre os apoios n.º 2 e n.º 7, com 468 metros, pertencente à RA 06-6-4-2 Vargem; um troço a construir entre o apoio de derivação e o apoio n.º 2, com 192 metros; um troço a construir entre os apoios n.º 7 e o posto de transformação, com 435 metros.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repatrição de Licenciamento, em 3 de Fevereiro de 1977.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

NOTARIADO PORTUGUES

Décimo Sexto Cartório

Notarial de Lisboa

Notário — Lic. Fernando

Lopes Correia Semedo

Avenida Almirante Reis,

N.º 104 — 1.º

«CLEMENTE PÓRCIO, LIMITADA»

Faço público que por escritura de trinta de Dezembro de mil novecentos e setenta e cinco, exarada de folhas vinte e folhas vinte e uma do livro D CEN-TO TRINTA E SETE, das notas deste cartório, Brizida Moreira Lameiro Pórcio cedeu a quota do valor nominal de trezentos mil escudos que possuía na sociedade em epígrafe a Luís Maria Ferreira da Silva, apartando-se da sociedade.

Pela mesma escritura foi alterado o corpo do artigo «quarto» do pacto social o qual passou a ter a seguinte redacção:

QUARTO

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica a pertencer a ambos os sócios, sendo necessária e bastante a assinatura dos dois, para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos.

Está conforme, nada havendo que modifique, condicione ou restrinja a parte transcrita.

Lisboa, aos seis de Abril de mil novecentos e setenta e sete.

O 2.º Ajudante
(José Manuel de Sousa)

APÓS TIROTEIO DE QUE RESULTOU UM MORTO

Encerrada por tempo indefinido a Universidade de Roma

A Universidade de Roma voltou a ser encerrada por tempo indefinido, depois dum tiroteio que ontem se registou entre estudantes e as forças da ordem, tiroteio do qual resultou a morte dum guarda e ferimentos graves em dois. Uma jornalista americana ficou também ferida. O tiroteio verificou-se quando a polícia irrompeu pela cidade universitária para expulsar os estudantes que ocupavam três edifícios.

A polícia atribui os incidentes a grupos de extrema-esquerda que se encontram à margem de todos os partidos políticos e que já no início de Fevereiro puseram a Universidade de Roma em pé de guerra. Recorde-se que um dirigente do PCI, Lucio Lama, teve de sair da Universidade, por

ter sido alvo de tentativas de agressão de estudantes extremistas quando tentava dialogar com os universitários e demonstrar-lhes as atitudes de violência política.

A ocupação dos três edifícios, agora evacuados pela polícia, foi uma medida de protesto contra a lei de reforma do ensino, que os estudantes acusam de prejudicar ainda mais o acesso das classes desfavorecidas ao ensino superior, sem resolver sequer os verdadeiros problemas da Universidade: falta de espaço, instalações inadequadas e falta de emprego para os que se licenciaram.

A UPI/ANOP escreve que, ao abaterem o polícia Passamonti, os estudantes comentaram: «O nosso camarada Francesco

Russo foi vingado». O jovem Russo havia sido morto no mês passado por fogo da polícia na Universidade de Bolonha.

O ministro do Interior, Francesco Cossiga, afirmou ontem no Parlamento que autorizara a polícia a efectuar buscas a casas de estudantes e a instalações escolares, tendo sido detidas 15 pessoas.

Toda a imprensa condena vigorosamente os incidentes. Para o «Avanti» (órgão do Partido Socialista) tal acontecimento prova que a Itália entrou novamente numa «espiral que lembra a estratégia de tensão». No mesmo sentido se pronuncia o órgão do PCI, «L'Unità», que considera ter havido «premeditação» no que aconteceu na Universidade. O jornal do DC «Il Popolo» pergunta se «os grupos minoritários podem pôr

de joelhos uma sociedade democrática».

Um grupo de quatro mil estudantes, reunidos ontem à noite na Faculdade de Arquitectura de Roma, qualificou de «provação» contra o movimento estudantil os acontecimentos na Universidade.

Todas as forças políticas italianas condenaram os acontecimentos no decurso dum debate improvisado na Câmara dos Deputados. Sindicalistas romanos convocaram, por sua vez, um comício em apoio da lei e ordem e anunciaram uma paralisação de trabalho de 15 minutos para exprimir a sua solidariedade com a polícia.

Esta tarde todos os partidos políticos representados no Parlamento se concentrarão em Roma, a fim de protestarem contra a violência desencadeada pelos extremistas.

INGLATERRA: NOVO DIRIGENTE SINDICAL

Moss Evans, um galês de 51 anos, foi eleito ontem para suceder a Jack Jones como secretário-geral do Sindicato britânico dos Transportes, o mais importante do país.

Nas eleições, com a participação de dois milhões de filiados no Sindicato, Moss Evans obteve 46,5 por cento dos votos, bastantes mais que John Cousins, filho de um ex-secretário-geral do sindicato.

Moss Evans passará a ocupar o cargo, quando Jack Jones se retirar em Março de 1978.

O posto tem grande importância, tanto a nível estritamente sindical como político, já que a influência do sindicato é grande em praticamente todos os ramos da indústria britânica.

Evans tem a reputação de ser um dos melhores negociadores no movimento sindical, embora lhe falte demonstrar a sua habilidade política, como fez Jack Jones, considerado o arquetipo do «contrato social» ou acordo de limitação de aumentos salariais com o governo.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

LONDRES 1 SEMANA

FÉRIAS OU NEGÓCIOS

Partidas aos Domingos

ABRIL	3, 10, 17, 24
MAIO	1, 8, 15, 22, 29
JUNHO	5, 12, 19, 26

Preços excepcionais desde 3950\$

abreu

fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 150 - Telef. 371341
PORTO Av. dos Aliados, 207 - Telef. 37921
COIMBRA Rua de S. João, 2 - Telef. 2701/2
PARO Rua Cons. Brás, 65 - Telef. 25036/6

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

Trabalhadores turcos "desaparecem" na RFA

O Governo Civil e a Polícia de Munique abriram inquéritos para estabelecer se trabalhadores turcos entrados ilegalmente na RFA foram «eliminados» por colegas que os fizeram desaparecer sob o betão de diversos bairros e nomeadamente nos cabocos do estádio Olímpico de Munique. Um porta voz do Governo Civil fez esta revelação, ontem precisando que a iniciativa das autoridades tinha sido motivada por revelações feitas ao quotidiano de Munique «Abendzeitung» por um intermediário alemão especializado no fornecimento de mão-de-obra ilegal. Segundo este, os trabalhadores clandestinos fizeram «desaparecer», segundo métodos dos «gangs» americanos, certos colegas vítimas de acidentes.

Segundo o intermediário, que tem 33 anos, mas cuja identidade o jornal não revelou, «muitos» turcos teriam sido sepultados sob as obras olímpicas de Munique

antes dos jogos de 1972. Nesse ano, um turco chamado Ibrahim Selmon, que voltou clandestinamente à RFA, depois de ter sido expulso emparedado nas fundações da Central Nuclear de Biblis, no Heisse. Finalmente, um dos seus compatriotas, de nome Ahmed Kosisic, teria sido «eliminado» da mesma forma, em 1974, na decurso de obras na auto-estrada Colónia-Olpe.

O intermediário assegurou ao «Abendzeitung» que nos meios dos trabalhadores imigrantes clandestinos imperam hábitos particularmente brutais, que «vão até ao assassinato». Acrescentou que fugiu para o estrangeiro há alguns anos para escapar às acções que teriam valido o seu tráfico, mas que decidiu, finalmente, colocar-se ao dispor da Justiça. Contudo, o Ministério Público de Munique esclareceu que ninguém se tinha apresentado ainda a este serviço em relação com o caso referido.

EUA PODERÃO SUGERIR

Missões diplomáticas especiais em Washington e Havana

Os Estados Unidos poderão sugerir a Cuba a criação de missões diplomáticas especiais nas respectivas capitais, segundo afirmou ontem, à noite o Departamento de Estado.

As «secções de interesse» especiais seriam estabelecidas nas embaixadas, que tratam presentemente das questões de cada um dos países em Washington e em Havana, e ficariam a cargo de diplomatas norte-americanos e cubanos.

Os dois países cubaram as relações diplomáticas em 1961. A embaixada Suíça representa os interesses norte-americanos na capital cubana, e os assuntos cubanos são tratados em Washington pela embaixada checoslovaca.

O informador do Departamento de Estado, Hodding Carter, declarou que a criação de tais secções era uma das inúmeras possibilidades a serem estudadas por funcio-

nários norte-americanos.

Acrescentou, porém, que a hipótese não fora sugerida, até agora, ao governo do presidente Fidel Castro.

Enquanto isto Fidel encontrou-se pela segunda vez em outros tantos dias com negociantes do Estado norte-americano de Minnesota, com quem estivera hora e meia na véspera, mostrando aparentemente o desejo de efectuar trocas comerciais com os Estados Unidos.

Desta vez, Fidel Castro convidou 14 dos 52 negociantes para um encontro no seu gabinete. Durante os dez minutos em que a imprensa pôde estar presente, nada se revelou de novo.

Os delegados do Minnesota — que se têm repetidamente manifestado contra o embargo norte-americano a Cuba — regressam hoje aos Estados Unidos.

Lei marcial no Paquistão

Três das principais cidades do Paquistão estão hoje sob lei marcial e o recolher obrigatório total, após o primeiro-ministro Zulfikar Ali Bhutto ter recorrido ao exército para dominar os conflitos movidos pela sua permanência na chefia do Governo, conflitos estes que já mataram mais de 200 pessoas. Assim, respondendo à campanha desencadeada pela oposição, que o acusa de ter falsificado as eleições que lhe garantiram a permanência no poder e exige a sua demissão imediata, Ali Bhutto enviou tropas para Karachi, Lahore e Hyderabad. Esta é a primeira vez, em cinco anos, que o Paquistão vive sob a lei marcial.

Entretanto, a Aliança Nacional Paquistanesa — ANP — a coligação oposicionista, convocou para hoje uma greve nacional em apoio às suas exigências quanto à realização de novas eleições. Contudo, os efeitos combinados da lei marcial e do recolher obrigatório total estão a prejudicar a iniciativa nas três cidades mencionadas, que contam, ao todo, com sete milhões de habitan-

tes. Soldados fortemente armados patrulham as ruas e avisam as pessoas que dispararão se alguém sair de casa. As primeiras notícias recebidas dão conta que a greve estava a ser cumprida noutras cidades e vilas do país, embora Bhutto tenha advertido a oposição que estenderá a lei marcial a outras localidades, caso seja «necessário», por causa da agitação.

BANGLA DESH — NOVO PRESIDENTE

O administrador-chefe da lei marcial no Bangla Desh, general Ziaur Rahman, tornou-se ontem o sétimo presidente do Bangla Desh na sequência da demissão, por razões de saúde, de Mohammed Sayem, que assumira o cargo em 1975, após uma sucessão de golpes de Estado. Hoje à noite fará, pela televisão, uma comunicação ao país. Uma mensagem oficial, divulgada pela rádio logo depois do seu juramento como presidente da república, anunciava a libertação de 11 presos políticos.

Enquanto isto, o presidente James Carter aparecerá hoje mais uma vez perante as câmaras da TV para uma conferência de imprensa durante a qual insistirá com a opinião pública para que esta adopte o programa de energia que ele ontem apresentou.

A Bolsa de Valores de Nova Iorque reagiu ontem negativamente ao programa de Carter, que mereceu do economista Milton Friedman uma condenação veemente, declarando que a sua aplicação levaria a um desastre. A aplicação será, contudo, demorada pois os observadores esperam que os trabalhos da Comissão Especial «ad hoc» ontem eleita na Câmara dos Representantes (muito pouco receptiva aliás ao programa) só concluem o seu trabalho no Outono.

No plano externo, os especialistas soviéticos são da opinião de que as reservas dos EUA em hidrocarbonetos são deliberadamente subestimadas pelas grandes companhias petrolíferas que alimentam o mito do esgotamento das reservas para terem maiores rendimentos comerciais.

Por outro lado, enquanto os EUA bloqueiam um carregamento de urânio enriquecido destinado ao Japão, o chanceler da RFA, Helmut Schmidt, afirmou que o seu governo rejeitará os apelos dos EUA para deixar de vender tecnologia atómica especializada, a não ser que todos os outros exportadores de matéria nuclear aceitem restrições semelhantes.

Por fim, enquanto Carter pensa que o seu país é o «faro» dos direitos humanos.

A organização norte-americana «associação das Nações Unidas», em comunicado ontem divulgado, sugeriu que o Governo dos Estados Unidos divulgasse relatórios sobre a situação dos direitos humanos em todos os países a que presta auxílio militar ou económico, directamente ou através de organismos internacionais. «Como questão de princípio, não devia ser concedida assistência aos países que persistem na violação dos direitos humanos» diz o documento.

Morreu mais um dos irmãos Marx

Gummo Marx, um dos elementos do grupo de comediantes dos irmãos Marx, nos seus primeiros dias, faleceu hoje num hospital de Palm Spings, na Califórnia. Tinha 84 anos.

Gummo retirou-se dos palcos para gerir os negócios do grupo quando os quatro irmãos — Goucho, Chico, Harpo e Zeppo — começaram a aparecer em filmes.

O seu falecimento ocorre quando se trava uma azeda disputa legal em Los Angeles sobre a gestão dos negócios de Goucho, com 86 anos, o irmão mais velho. Um juiz nomeará hoje um administrador de emergência para gerir a fortuna do famoso comediante, retirando-a da alçada de meses Erin Fleming, de 37 anos, a

companheira do artista, que é acusada de o maltratar e dominar.

Zeppo Marx, é o único outro irmão agora sobrevivente. Confirmou a morte de Gummo, observando: «Creio que o seu coração parou».

Chico faleceu em 1961 e Harpo em 1964.

Filhos de imigrantes alemães, os Marx foram levados para o mundo do espectáculo pela mãe, que criou com eles um acto de variedades, em 1904.

Gummo era um dos elementos do grupo conhecido como «os quatro rouxinóis», mas abandonou os palcos quando foi mobilizado para a Primeira Guerra Mundial. O seu verdadeiro nome era Milton.

PUB

E. D. P.

ELECTRICIDADE DE PORTUGAL

Empresa Pública

Redes das Ex-Companhias Reunidas Gás e Electricidade

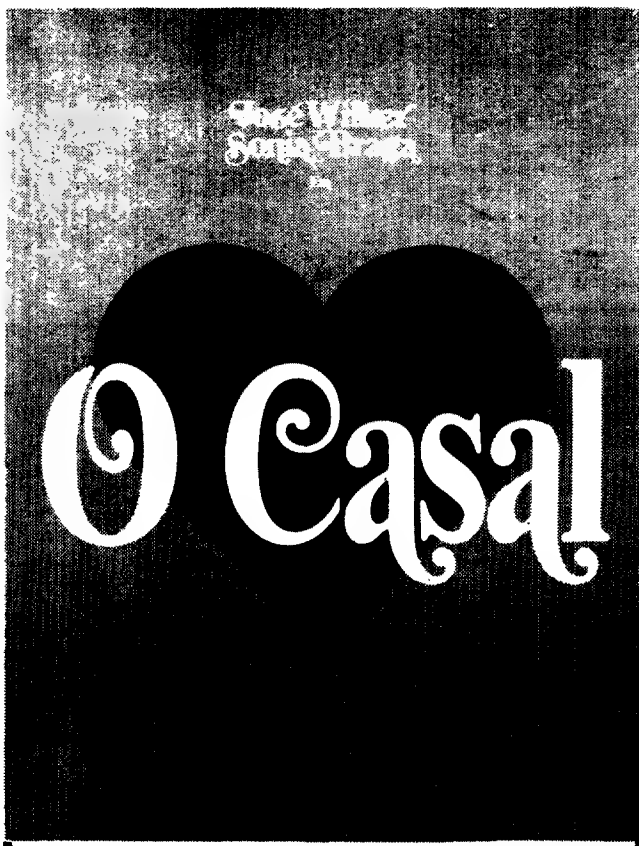
AVISO AOS CONSUMIDORES

A nossa rede de distribuição de energia eléctrica, para melhor satisfação dos consumidores, requer frequentes trabalhos de ampliação e conservação.

No próximo domingo, teremos de interromper a corrente para trabalhos indispensáveis, nos seguintes Sectores e Zonas apenas durante as horas indicadas:

- 8.º Sector — Concelho de Lisboa: Rua Fernão Lopes 1 a 25, Av. Casal Ribeiro 59, Rua Latino Coelho 2 a 16. (Das 8 às 12 horas).
- 1.ª Zona — Concelho de Oeiras — Leão, Lameiras de Porto Salvo. (Das 8 às 14 horas).
- 2.ª Zona — Concelho de Cascais — TIRES: Bairro da Lagarteira, Terras Queimadas e imediações. (Das 8 às 15 horas).
- 3.ª Zona — Concelho de Sintra — Alto do Machado (Belas).
- Montelavar — Bolimbra — Sabugo (Das 8 às 14 horas).
- 4.ª Zona — Concelho de Mafra: Paz (Das 8 às 15 horas).
- 5.ª Zona — Concelho de Vila Franca: Bragadas. (Das 8 às 15 horas).
- 6.ª Zona — Concelho de Azambuja: Azambuja (Das 8 às 14 horas).
- 7.ª Zona — Concelho de Alenquer — ALENQUER: Rua Sacadura Cabral Av. Eng. Duarte Pacheco, Rua Miguel Bombarda, Rua das Guerras.
- Rua António Maria Jelles e imediações. (Das 8 às 14 horas).
- 8.ª Zona — Concelho de Torres Vedras: Bordinheira, Moçafaneira, Armeiros, Pedra, Freira, Aboboreira, Casal Fernandinho. (Das 8 às 15 horas).
- Filiteira, Dois Portos, Runa, Matacães. (Das 8 às 14 horas).

O ARRANQUE DO NOVO CINEMA BRASILEIRO



HOJE às 21.45 h ESTREIA no SATELITE

NO MERCADO COMUM DO RISO
A MAIS BARATA DAS GARGALHADAS

A PARÓDIA

UMA REVISTA DE PAPO CHEIO

ADOCQUE teatro

TODAS AS NOITES
DUAS SESSÕES: 20.30 e 22.30
«MATINEES» AOS DOMINGOS:
às 16 horas

ANABELA • ERMELINDA • HENRIQUE VIANA • MAGDA • NICHOLSON

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

FICHA:
Realização: Martin Scorsese (USA 1975)
Argumento: Paul Schrader
Fotografia (Panavision a cores): Michel Chapman
Cenários: Charles Rosen
Música: Bernard Heermann (canções: «Late for the sky» de Jackson Browne; «Hold my close» letra de Keith Addis, música de B. Hermann, cantada por Georgie (Oobie) Mackern.
Montagem: Tom Rolfe, Melvin Shapiro
Interpretação: Robert De Niro (Travis Bickle), Cybill Shepherd (Betsy), Jodie Foster (Iris), Peter Boyle (Wizard), Albert Brooks (Tom), Leonard Harris (Palantine), Harvey Keitel (Sport), Martin Scorsese (o passageiro que espia a mulher), etc.
Distribuição em Portugal: Columbia-Warner
Cinemas: Mundial e Quarteiro - sala 2

"Taxi Driver" de Martin Scorsese

Classificação: Interdito a menores de 18 anos
Duração: 113 minutos

O regresso a um certo clima de «filme negro» por parte de alguns (dos melhores) realizadores que operam nos Estados Unidos (como Polanski ou Penn), é um procedimento que se não explica só pelo revivalismo em moda. Sobretudo se pensarmos que esse regresso traz consigo uma amargura e uma violência que ultrapassam em muito aquilo que a «série B» fez há uns bons trinta e tal anos. E é ainda a inquietação mais evidente aquilo que estes filmes traduzem.

Taxi driver será, talvez, um exemplo privilegiado desse cinema. Privilegiado não só porque retoma, com um invulgar impulso poético, a imensa noite americana, mas porque (nos) recusa, quer um desfecho (em qualquer sentido) quer, mesmo, uma moral; em suma, porque recusa o apaziguamento.

É sobre a neurose, sobre a coexistência de universos conflituais, que este filme ancora. Travis, nocturno «Taxi driver», fundido com o interior passivo do seu automóvel feito cabina de observação, por um lado, e o espaço «lá fora» feito de milhares de pessoas e de factos que lhe são alheios mas o enquadram, limitam, produzem e justificam, por outro.

Travis não é aquilo que se chame um herói (nem anti), antes um simples revelador, um exemplar estatístico da «maioria silenciosa», um homem da multidão. E se é a um processo particular e individual que assistimos, ele serve para nos mostrar uma tendência, uma forte probabilidade de esse processo se alargar à multidão.

Vogando numa existência onde todas as coisas trazem



Jodie Foster e Robert De Niro, duas pedras angulares do inquietante filme de Scorsese.

já consigo a marca do desperdício e do lixo, onde tudo se degrada inelutavelmente, onde a demagogia política é a única alternância, Travis vai canalizar a sua imensa repulsa, a sua náusea constante, para um processo de violência que lhe sirva de imoladora redenção. «Limpar» a cidade e consumir-se nesse acto. A lógica de um desesperado, a génese de um comportamento nazi sob a bandeira de uma purificação irresistível.

Scorsese ao mergulhar-nos neste pesadelo feérico e doente, escolhe porém, uma via que evita toda a possível identificação com o protagonista. Usa, para isso, um clima de um irrealismo fantasmático (com a utilização do interior do automóvel de uma forma espantosamente rica: o mundo está, através de espelhos e vidros, desfocado, impreciso, em movimento) pontado por uma música centrada nos instrumentos de sopro, tensa e acariante (derradeiro trabalho de Bernard Heermann, um dos mais célebres compositores cinematográficos americanos, nomeadamente em filmes de Hitchcock, Walsh, Ray, King, Mankiewicz, Truffaut...); por outro lado, a narração na primeira pessoa (um texto claramente nevrótico que uma câmara hiper-realista explora

não raro sobre o próprio grafismo) e uma direcção de actores extremamente «física» e nada «psicológica», fazem com que o filme deslize sem dar ao espectador hipótese de colar a um carácter qualquer em presença, obrigando-o a um movimento obsessivo que revela a sua face artificial não poucas vezes e culmina no movimento de câmara (com um impenável ângulo) sobre o cenário do massacre.

Não seria honesto encerrar este texto sem falar dos actores. Antes dos mais dos «secundários», uma antiga qualidade do filme americano, onde nomes pouco conhecidos do grande público como Peter Boyle, Albert Brooks, Norman Matlock ou Harvey Keitel, asseguram muita da coesão que Taxi driver tem. De notar, como curiosidade, o pequeno «apontamento» do próprio Scorsese num passageiro que vigia a mulher infiel e planeia liquidá-la. O centro das atenções vai, porém, para Jodie Foster, uma jovem actriz de treze anos que se afirma personalidade daquelas que se impõem no espaço de qualquer cena que preencham. Robert De Niro é um protagonista justo. Num filme como este, a justeza é mais do que uma simples constatação.



MARIA VITÓRIA



SALVADOR e IVONE SILVA (Não acons. a men. 18 anos)

HENRIQUE SANTANA

HOJE EM 2 SESSÕES às 20.30 e 22.45 h

• ESTREIA DE NÚMEROS NOVOS •

ACTUALIZADA! REMODELADA! QUASE NOVA! A SENSACIONAL REVISTA

UM GRANDE E POPULAR ELENCO!



LYGIA TELLES

CARLOS GONÇALVES
HERMAN JOSÉ
IGOR SAMPAIO
LUÍS MÁRIO
ODETE ANTUNES
LINA MORGADO

Gina Marques • Miguel Falcão • Vanda Lima • Ana Maria • Maria Quintela



UM ÉXITO HÁ 7 MESES NO CARTAZI

teatro do bairro alto

R. Tenente Raúl Cascais 1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

OS CUMINOS

APRESENTAM

«Matinée Mágica»

Antonino Solmer
Marília Gama
Sérgio Godinho
Teresa Madruga

Últimas representações
Maiores de 18 anos
Todos os dias às 21.30 h. 2.ª feira: dia de descanso
Pub. patrocinada pela S.E.C.

A BARRACA

R. Alexandre Herculano, 70
«BARRACA CONTRA TIRADENTES»
M/13 anos
ENCENADOR: Augusto Goul
elenco: «A Barraca»
Dias úteis: 21h15
Folga: 2.ª feira
MATINEES:
SAB: 16h00
DOM: 18h00



Cineastas debatem problemas do cinema nacional

F.A.P.I.R. apoia união de cineastas

A Frente dos Artistas Populares e Intelectuais Revolucionários (FAPIR) apoia a ideia de uma união dos cineastas no sentido de conjugarem os seus esforços para que prossiga a ideia da criação de uma distribuidora de cinema mista como alternativa para a grave situação criada à volta da divulgação do cinema nacional, em particular, e do cinema culturalmente válido em geral.

ma recente mesa-redonda sobre «Problemas do Cinema Nacional», em que participaram os cineastas Rui Simões, António Cunha Telles, António Macedo, João Matos Silva, Luís Rocha, José Torres e Alberto Seixas Santos, e os moderadores Alves Costa, João Bénard da Costa e Eduardo Prado Coelho. Na reunião foram ainda focados problemas relativos à produção e às relações dos cineastas com o Instituto Português de Cinema.

A questão foi levantada nu-

Canal da Crítica

DE USTINOV, O PEQUENO, À DIOR O GRANDE

Por MARIO CASTRIM

A RTP, em questões de anticomunismo, também sabe dar homem por si. Carrega num botão e salta a BBC e salta Ustinov, o homem das mil gravatas, meu Deus, a facilidade com que este homem muda de gravata, e salta do forno mais uma empada de peste podre para empobrecer os pobres portugueses.

Para se fazer a desmontagem de cada uma das emissões desta «Europa no Século XX» o Diário de Lisboa inteiro não bastava. Nas colunas necessariamente breves desta crónica pouco mais é possível além da indignação. Com que a RTP pouco se importa, calha bem, isto não é crítica, isto é política, é sectarismo, porque torna, porque deixa... Ou seja: a RTP emite programas de indole francamente política e depois gostaria que a crítica ficasse a fazer serenatas à Lua. Belo negócio...

Negócio, isto é, cumplicidade. Nessa armadilha só uma crítica... cúmplice se deixará cair.

ALDRABAR, MENTIR OFENDER

Em três direcções se orienta esta produção conjunta da BBC e da Televisão alemã: primeira, na aldrabice pura e simples; segunda, na omissão que é mentira programada no silêncio; na ofensa pura e simples, no arriar a canastra, o que para um «gentleman» está mesmo apropriado. Isto quando se trata de atacar a União Soviética, vale tudo, querem lá saber das gentilezas...

Vejamos: é falso que os deslocados da guerra nazi se tenham recusado a regressar aos países de Leste, com receio das represálias. Regressaram

a seus países de origem todos os que o desejaram fazer. Não quiseram regressar os colaboradores, evidentemente. A esses esperava-os o justo castigo como é lógico.

Parece que a BBC e a sua comadre alemã acham isso reprovável. Compreende-se, se nos lembrarmos que na Alemanha Federal os criminosos de guerra, os servidores mais devotados do nazismo continuaram a respirar livremente. Pois se alguns até chegaram a ocupar cargos importantes no aparelho de Estado «democrático»...

Perdoai, «irmãos», perdoai...

A HISTÓRIA ENSINA

É verdade que os Estados Unidos ofereceram a extensão do plano Marshall à União Soviética, depois da guerra, e que esta recusou.

Nessa recusa está a sua grandeza. Destruída quase totalmente pela guerra, imposta pelo nazismo; depois de contribuir mais do que qualquer país para a salvação da Humanidade; com as suas fontes de abastecimento completamente esgotadas — não seria nada do outro mundo aceitar auxílio de um país em nada, prática e comparativamente, atacado pela guerra.

Por que não aceitou então? Porque o plano Marshall adiantava condições políticas. Só quem as aceitasse, receberia a manteiga, o leite, a pastilha elástica, as máquinas caça-fumos, os gémeos americanos de primeira necessidade. Aqui está.

Que sucede, 30 anos depois da desarmamentação? Sucedem os países submetidos aos americanos, estão mergulhados na crise. Sucedem que os países

mais confiantes nos seus povos, desconhecem o desemprego, a inflação galopante, a miséria.

A História ensina, a BBC/RTP deturpa.

FALSO COMO JUDAS

É falso que a responsabilidade da divisão da Alemanha caiba aos soviéticos. O primeiro grande passo para dicotomizar a Alemanha foi a reunião numa só das três zonas ocidentais, o que motivou o protesto da U. R. S. S.

É falso que na Checoslováquia tenha havido «golpe de Estado». Foram os trabalhadores, ajudados pelas Forças Armadas, que arrancaram o leme das mãos da burguesia.

É falso que a Inglaterra e os Estados Unidos tivessem agido na Grécia após intervenção dos países vizinhos. A luta desenvolveu-se entre as forças desses países e os guerrilheiros gregos que, depois de expulsarem os nazis, desejaram expulsar o capitalismo. Os guerrilheiros gregos foram esmagados por forças imensamente superiores inglesas e americanas. A provar que o imperialismo não se mete nos assuntos internos doutros países.

A lista continuaria, quase sem fim. Cada enxada, cada minhoca. A mentira é o negócio deles.

O CHARUTO DA GUERRA-FRIA

Por outro lado, é curioso verificar como certos aspectos são ou omitidos ou simplesmente diminuídos.

Assim, o fabrico da primeira bomba atómica soviética, logo seguido da bomba nuclear, é referido por acaso, ao correr da pena, como se fosse um assunto sem importância...

Assim, os terríveis malefícios das bombas atómicas são passados a correr — sto numa altura em que eles já eram conhecidos na prática.

Assim, ao falar da guerra-fria, Ustinov, o gravatinha, esquece-se de dizer quem a lançou quem a provocou — e

porquê. Esqueceu-se de dizer que a guerra-fria foi uma campanha a nível internacional orquestrada pelos Estados Unidos y sus muchachos para esconder e diminuir as conquistas, a influência material e moral dos países socialistas. A referência ao tenebroso discurso de Fulton, em que Churchill, pregava uma guerra urgente contra a União Soviética porque, mais tarde, podia ser tarde demais — foi elogiosa, imaginem! O que demonstra que, nestas coisas de guerra-fria, a campanha está longe de acabar.

Como se prova por esta série anglo-germânica...

DIOR, O GRANDE

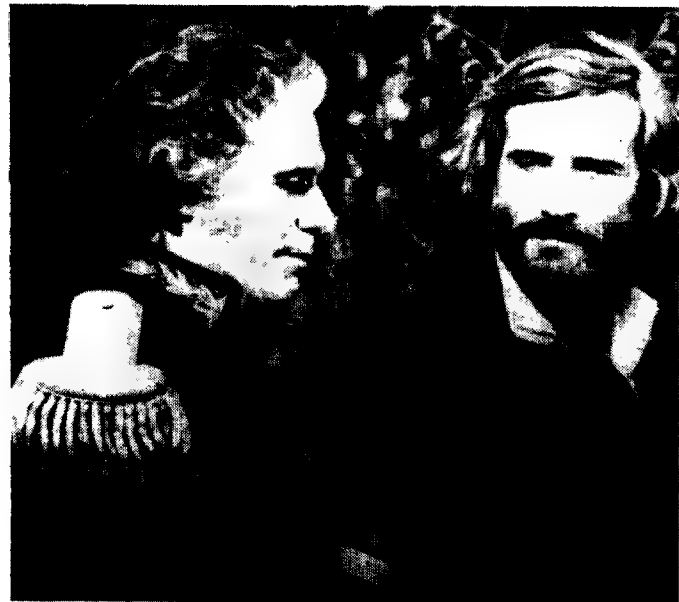
No seu afã propagandístico, o gravatinha Ustinov atinge e ultrapassa as fronteiras do ridículo.

Nos países socialistas vai tudo mal, aquilo é uma «tirania» tramada. Sofrem que eu sei lá. E na Inglaterra? Na Inglaterra, é certo que os impostos eram elevadíssimos (coitados dos ricos...) e aumentou o interesse pelas artes, o teatro, era uma maravilha, a música upa, upa — e o espírito novo esse então florescia que era uma beleza.

Certo, não havia aquecimento, o pão estava racionado, dias verdadeiramente terríveis. Mas, ah!, de repente... De repente, ah! — de repente solta-se o grito da redenção, da esperança, da confiança nos altos designios da Economia. da Alegria, do Futuro! E sabem os leitores quem soltou esse grito, quem lançou as bases para a recuperação do equilíbrio e da felicidade? Advinhem, vá... Dou-lhe uma... Dou-lhe duas... Não, não foi esse, que disparate! Dou-lhe três... Pois fiquem sabendo que foi Dior, Christian Dior, o grande caçador da moda feminina, o organizador das passagens de modelos para deslumbramento de toda a Humanidade...

Para aqui. Tenho de parar. Vai-me dar uma coisa. Vá, com certeza. Um homem não é de pau. Aqui deixo o testemunho: corte as goelas à televisão reaccionária. Para mártir, basto eu.

Hoje



O Jovem Garibaldi

PROGRAMA

1.º Período

13.30 Ciclo preparatório TV
18.05 Fecho.

2.º Período

18.30 Abertura e Magia do ver.
18.55 Abre-te Sésamo.
19.50 Momento Desportivo — A história de um cavalo de corrida.
20.30 Telejornal
21.00 Grazioso — Os bailarinos solistas da Ópera de Berlim dançam o Divertimento em fá maior KV 251, de Mozart. Coreografia de Ursula Dathe.
21.40 Jovem Garibaldi — Intérpretes: Maurizio Merli, Rejan Medeiros, Francisco Rabal, Claudio Cassinelli. Realização: Franco Rossi.
23.00 Fecho.

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

II PROGRAMA

21.02 Banyon — Policial. 12.º episódio. «A Senhora Assassina». Intérpretes: Robert Foster, Richard Jaeckel, Joan Blondell. Realizador: Reza Badiyi.
21.50 O Cavalo — Um programa da Arca.
22.15 Telejornal.
22.50 Fecho.

O ARRANQUE DO NOVO CINEMA BRASILEIRO

Um amor revolucionário
vivido com sensualidade, humor e extravagância
no tempo do Brasil Colonial.

JARBAS BARBOSA apresenta
XICA DA SILVA

com:
Zezé Motta
Walmor Chagas
Altair Lima
Elke Maravilha
Stepan Nercessian
Rodolfo Arena
José Wilker



HOJE estreia
às 21.15 h., no

MONUMENTAL

Não acons. a menores 13 anos

OS 12 TRABALHOS DE «ASTERIX»

Dias 23, 24 e 25 de Abril
às 11 horas da manhã, no



Tel. 571363 - 574313

... Claro!

Sessões para crianças (e não só)

PUB.

COMUNA

TEATRO DE PESQUISA - CENTRO CULTURAL

DIARIAMENTE ÀS 21.30 H.

“GIOCONDA PERDEU O SORRISO...”
— CRIAÇÃO DO GRUPO TEATRO FRANCÊS —

TYLENCHUS - DE TOULOUSE

DOMINGO-MATINÉE ÀS 18 H - PREÇO ÚNICO - 40\$00

----- SÓ ATÉ 30 DE ABRIL -----

PRAÇA DE ESPANHA - METRO PALHAVA - T. 762624

Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período: 14.00: Abertura e Retrospectiva... Balanço das competições desportivas da semana; 14.25: Ida e volta; 14.55: O Homem e a música; 16.00: Depois da tempestade; 10.º episódio; 16.30: O Povo e a música; 17.00: Diagnóstico; 18.00: Os Segredos do Mar Vermelho... 6.º episódio «A Desforra»; 18.30: A Bota das sete léguas; 19.00: Animação; 19.30: Um homem, uma época; 20.30: Telejornal; 21.05: Programa musical; 22.00: Orion; 23.00: Fecho.

II PROGRAMA

21.00: Abertura e animação; 21.30: Cinemateca; 22.30: Telejornal; 23.00: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Belenenses: ser sócio custa mais caro

Perto de duas centenas de associados do Belenenses, reunidos em assembleia geral, bateram o mau momento financeiro do seu emblema, concordando que se impõe o imediato aumento do preço das quotas. Para uma despesa mensal fixa, da ordem dos 900 contos, a contrapartida de receita habitual é de perto de 350 contos. Daí o contínuo avolumar de um défice que torna difícil o comando do leme, pela direcção que, presidida por Agostinho Carolas, tem coragem para herdar um fardo bem pesado.

No decorrer da assembleia da noite passada, uma grande figura belenense (o dr. juiz Gouveia da Veiga) contou coisas verdadeiramente inacredita-

táveis, que bem reflectem o estado em que se encontra o Belenenses. Basta citar (por exemplo) que para o «team» de futebol dos «azuis» se confrontar com o «onde» do Montijo, no jogo do campeonato nacional, teve de solicitar material dos montijenses, pois não o possuía em termos e modos de bom uso...

Ao mesmo tempo, os jogadores abandonam o Restelo. Melo vai para Guimarães, Figueiredo e Cardoso, embarcam também para o Norte, Gonzales debate-se com uma proposta do Sporting e há vários contratos a terminarem validade: para os revalidar, é necessário bastante dinheiro.

Perante este panorama, os associados do Belenenses con-

cordaram com o aumento da quotização, já a partir de Maio: cerca de 35 escudos mais, em cada mês, para os sócios com idade superior aos 18 anos. Também foi unânime a aceitação do pagamento do «13.º mês» e de bilhete para todos os espectáculos desportivos em que participe o Belenenses, para além dos sócios desempregados ficarem com a quotização em suspenso, sem qualquer perda das regalias estatutárias.

Ficou em estudo, também, o eventual reatamento das relações de amizade com o Sporting, interrompidas há largos anos. E, durante o dia de hoje, enquanto se procede ao acto eleitoral (votação da lista única para a gerência «azul») haverá, certamente, ensejo para troca de impressões sobre o próximo abraço ao clube de Alvalade.

Eusébio: futebol a retalho

Na 3.ª-feira, em Paris, um grupo de jogadores portugueses, comandados por Eusébio, actua perante uma plateia quase integralmente constituída por emigrantes. Nesse «onze» estarão integrados Zézinho (Braga), Norton de Matos (que vai trocar o Atlético pelo Belenenses), os alcantarenses Azevedo, Franque e Mário Wilson e, também, o estorilista Eurico.

ATITUDE

O congresso da Federação dos Sindicatos Escoceses decidiu, por unanimidade, pedir a suspensão do anunciado encontro de futebol entre as seleções do Chile e da Escócia, programado para o mês de Junho próximo, em Santiago.

O refugiado chileno Pedro Cornejo dirigiu-se aos congressistas, pedindo a suspensão do jogo, que deveria realizar-se no estádio de Santiago, usado como campo de concentração durante os dias do golpe de estado do general Pinochet contra o governo socialista de Salvador Allende. A moção aprovada pede que a Federação de Sindicatos dirija-se ao governo britânico, para que ordene à Federação Escocesa de Futebol que desista de realizar o encontro.

BRAGA

O defesa Sabu e o dianteiro Lito, ambos ao serviço do Vitória de Setúbal, estão nas vitórias imediatas do Sporting de Braga.

GUIMARÃES

Peres Bandeira foi convidado para a vaga que Fernando Caiado (futuramente no Boavista) deixará no Guimarães. Todavia, o técnico das turmas de juniores não deseja afastar-se de Lisboa, em função do seu emprego num estabelecimento escolar da capital.

PROTESTO

A turma do Nápoles, eliminada (4.ª-feira à noite) da «Taça das Taças», pelo Anderlecht, apresentará um protesto oficial à União Europeia de Futebol, contra o árbitro da partida, o inglês Matthewson.

O Nápoles pedirá que Matthewson não torne a ser designado para arbitrar jogos que venha a disputar, recordando

(a propósito) que, em Outubro de 1975, no final do encontro Torpedo de Moscovo-Nápoles, já tinha enviado uma «carta de protesto cortês» contra o mesmo árbitro.

Comentando o desenrolar do jogo com o Anderlecht, o treinador do Nápoles (Bruno Pesaola) frisou: «Sem exagero, posso afirmar que Matthewson foi desonesto e que, sem velharia, foi incompetente».

PRECAUÇÃO

Os «torcedores» de dois clubes de futebol ingleses (Manchester United e Leeds United) serão metidos numa «gaiola de aço», na próxima meia-final da «Taça de Inglaterra», que oporá as duas turmas, amanhã em Sheffield.

Uma brigada de soldados

trabalhou denodadamente, durante 15 dias, na construção, de duas grades de aço galvanizado, com três metros de altura, que terá custado a bagatela de 6.000 libras esterlinas.

«Não tomamos esta medida contra os simpatizantes do Manchester United», declarou Eric England, secretário do clube de Sheffield Wednesday, que empresta o seu terreno de Hillsborough para o jogo. «Há três anos que pensamos neste sistema para impedir a invasão do campo pela assistência», acrescentou England. «Terá sido ela, aliás, a culpada deste dispositivo, que vai, infelizmente, ser copiado pela certa por número cada vez maior de estádios».

Era legítimo que a primazia coubesse a Sheffield, centro tradicional dos aços especiais.

PORTUGAL

ATLETISMO

Disputam-se amanhã à tarde e no domingo de manhã, no Estádio Nacional, os campeonatos de Portugal de 10.000 metros e de estafetas. Simultaneamente com os campeonatos, terá lugar um estágio de três dias, para o qual foram convidados vários atletas de Lisboa e da província.

OLIMPISMO

Tomou posse a nova comissão executiva do Comité Olímpico Português, para a XXII Olimpíada que terá lugar em 1980, em Moscovo.

No acto de posse, o director-geral dos desportos, Rodolfo Begonha, leu uma mensagem do secretário de Estado da Juventude e Desportos, dr. Joaquim de Sousa, em que se afirma que o governo português, de acordo com aquilo que subscreveu na última reunião do Conselho da Europa, garantirá toda a independência aos organismos não estatais.

Em seguida, usou da palavra o brigadeiro Sales Grade, novo presidente da comissão empoadada para afirmar que a actividade do órgão a que presi-

de procurará ir ao encontro das intenções das federações do desporto amador. «O nosso programa é o programa das federações», concluiu.

ORIENTAL

Esta noite, assembleia geral do Oriental, para se tentar encontrar o novo elenco directivo da colectividade.

ANGRA

Uma equipa de atletismo do Sporting, integrada de Carlos Lopes, deverá deslocar-se a esta cidade em Junho, informa o «Correio dos Açores», que acrescenta que a deslocação à Terceira dos atletas leoninos foi conseguida pelo presidente da Associação dos Desportos de Angra do Heroísmo na sua recente viagem a Lisboa. Segundo o mesmo jornal, deslocar-se-ão também àquela ilha a equipa feminina de basquetebol do CIF, campeã nacional da modalidade. O CIF efectuará uma série de jogos, de 7 a 12 de Junho. Por seu turno, a equipa de andebol de sete do Campo de Ourique estará em Angra de 28 de Junho a 4 de Julho.

HÓQUEI PATINADO

Oeiras recebe o Sporting

Os dois potentados do hóquei patinado defrontam-se esta noite, num jogo que (prevê-se) facilmente esgotará a lotação do recinto oeirense: a Associação Desportiva de Oeiras recebe o Sporting, num embate que poderá ser sensacional, técnica e taticamente, já que se colocam em duelo as duas formações portuguesas com presença em cotejos europeus.

Éis o calendário completo desta jornada do nacional hoquista: Académico-Académica de Espinho, Oliveirense-Aguias, Riba de Ave-Infante de Sagres, F.C. Porto-Sanjoanense e Carvalhos-Valongo (todos na zona Norte e a partir das 21 e 30), Sotto Mayor-Académica da Amadora, Salesiana-Cuf, Benfica-Campo de Ourique, Estremoz-Paço de Arcos e o já citado Oeiras-Sporting (no sul, pelas 22 horas).

Entretanto, o Estremoz-Cuf (da 10.ª ronda do torneio) parece destinado a fazer correr mais tinta: a Federação, com vista ao perfeito esclarecimento dos motivos que impediram a realização do embate, resolveu proceder a inquérito oficial aos acontecimentos.

TRINDADE-INA TEL

1383 GRUPO de CAMPOLIDE

Às 21.30 (todas as noites — excepto ao domingo e à segunda). Domingo — tarde às 16 horas

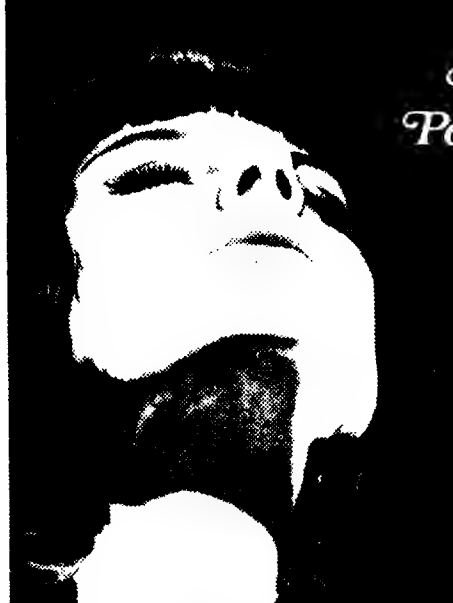
(N. acons. a m. 13)

50 por cento de desconto para os sócios do INATEL, dos Sindicatos, CCD's e CPT's

Um acontecimento no teatro português actual

um filme sueco de alto nível artístico!

Essy Persson



A mulher Sensual

um filme de Mac Alberg

FILMES OCIDENTE NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 18 ANOS

2.ª SEMANA 444 estudo

PUB

CARRIS

COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA

A CARRIS INFORMA:

AUTOCARROS

CARREIRAS N.ºs 16 e 26 — ALTERAÇÃO PROVISÓRIA DE PERCURSOS

CARREIRAS N.ºs 31, 41 e 46 — REPOSIÇÃO DE PERCURSOS

Com início na próxima sexta-feira, dia 22, concluídas as obras de S. Sebastião da Pedreira, entrará em serviço um novo esquema de circulação naquela área, esquema que não permitirá, por ora, a volta à esquerda da Avenida António Augusto de Aguiar para a Rua Marquês de Fronteira, razão por que os percursos das carreiras n.ºs 16 e 26, a partir da Praça de Espanha, terão de ser, temporariamente, desviados para os seguintes arruamentos:

— Avenida de Berna, Rua Marquês de Sá da Bandeira, Avenida Conde de Valbom e Avenida Marquês de Tomar, até à Avenida Duque d'Ávila.

Quanto aos percursos das carreiras n.ºs 31, 41 e 46 que se encontram desviados em virtude das obras já referidas, serão repostos, na mesma data, na Avenida António Augusto de Aguiar.

NOTA: — Ainda no dia 22, também, proceder-se-á a uma alteração de paragens na Avenida de Berna.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALO-MECÂNICA DO DISTRITO DE LISBOA CONVOCATÓRIA AOS DELEGADOS SINDICAIS

A Constituição no seu artigo 58.º reconhece às organizações de trabalhadores o direito de participação na elaboração de legislação de trabalho.

A participação dos trabalhadores na discussão dos diplomas legais sobre matéria de trabalho é fundamental para tornar possível uma resposta firme do Movimento Sindical às medidas anti-operárias que têm vindo a ser publicadas.

Assim convocamos os Delegados Sindicais para os seguintes

PLENÁRIOS DE ZONA

DATA	HORA	ZONA	LOCAL
26.4.77 26.4.77	20.30 h. 18.30 h.	VILA FRANCA TORRES VEDRAS	Delegação Metalúrgicos União Local
27.4.77 27.4.77	19.00 h. 20.30 h.	MAFRA LISBOA	Delegação Metalúrgicos Instituto Superior Técnico
28.4.77 28.4.77	20.30 h. 18.30 h.	EM MARTINS SACAVÉM	Delegação Metalúrgicos Delegação Metalúrgicos

Com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

- Análise e tomada de posição sobre a legislação de trabalho em discussão na Assembleia da República
 - Projecto de Lei n.º 42/1 (Associações Sindicais).
 - Projecto de Lei n.º 41/1 e propostas de Lei n.ºs 56/1 e 60/1 referentes a empresas em auto gestão.
- Informações
 - CCTV da Metalurgia e Metal-Mecânica
 - Comemorações do 1.º de Maio (Dia do Trabalhador)

Nota: Informam-se todos os Delegados Sindicais que os projectos e propostas de Lei para discussão dos trabalhadores se encontram no Sindicato e Delegações para distribuição.

A Direcção apela para uma ampla participação e discussão dos mesmos junto dos trabalhadores.

Lisboa, 18-4-77

A DIRECÇÃO



A turma de andebol júnior do Sporting, campeã lisboeta da categoria

NATAÇÃO

Olímpicos na Cova da Piedade

A campeã nacional brasileira e atleta olímpica dos 100 e 200 metros mariposa, Rosemary Peres Ribeiro, que se encontra de férias em Portugal, tem treinado na piscina da Cova da Piedade. Solicitada pela direcção da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, para participar num festival

de natação, na tarde de amanhã, no qual estarão presentes (além de elementos dos clubes em festa) nadadores dos clubes do Porto, Coimbra e Lisboa e, ainda, dois ex-campeões do mundo e olímpicos da RDA, Roland Matthes e Rosemarie Kother, a campeã brasileira acedeu ao convite.

Recorda-se que a direcção da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense decidiu recentemente, por unanimidade e aclamação, dar o nome de «25 de Abril» à piscina da colectividade, cujas obras de melhoramento (1.ª fase) serão inauguradas na tarde de domingo, seguindo-se provas de natação e um festival gimnodesportivo (que incluirá ginástica, halterofilia e judo) e no qual participarão os clubes da margem sul do Tejo, incluindo os do Barreiro e Seixal. Após o festival, será exibido um filme desportivo da RDA.

A noite, será proferida uma conferência sobre juventude, educação física e desportos, à qual se seguirá um filme sobre várias manifestações desportivas.

No dia 25 pela manhã, terá lugar um encontro de natação na classe de infantis. Terminada a prova de natação, a piscina ficará aberta a toda a juventude.

O traço de Pargana



Mário Campos: entre o estecoscópio e a bola

PUB

SINDICATO DOS OFICIAIS MAQUINISTAS DA MARINHA MERCANTE

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Estatutos convoco a Assembleia Geral do Sindicato dos Oficiais Maquinistas da Marinha Mercante a reunir em 1.ª convocação e em sessão extraordinária no próximo dia 6 de Maio, sexta-feira, pelas 20.30 horas, na Casa do Marinheiro Mercante, sita à Calçada Salvador Correia de Sá, 42 - 2.º, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- I) — Alteração dos Estatutos do Sindicato,
- II) — Estatuto do Centro Cultural,

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocação, convoco desde já, a mesma Assembleia Extraordinária para reunir no mesmo local, na mesma data e com a mesma Ordem de Trabalhos pelas 21 horas, deliberando com qualquer número de sócios.

Lisboa, 19 de Abril de 1977

O Presidente da Assembleia Geral
a) Manuel Vicente Pereira

Deficientes promovem torneio desportivo

O «Torneio de Promoção» que amanhã e depois decorrerá nas instalações do SCP (Alvalade), numa iniciativa da Associação Portuguesa de Deficientes que conta com o apoio da Direcção-Geral dos Desportos e a colaboração do Lar Militar da Cruz Vermelha, do Centro de Trabalho Protegido da Venda Nova e do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, inclui a participação de deficientes daqueles centros em ténis de mesa, basquetebol, atletismo (dardo, disco e peso) e gincana de cadeiras de rodas.

Escusado será referir, após a enunciação das modalidades que constam do programa, a importância da iniciativa, sobretudo num país (o único na Europa) onde ainda não se encontra estruturada em termos organizativos a prática do Desporto para Deficientes. A promoção que com tal empreendimento (no bom sentido) a Associação Portuguesa de Deficientes levará a cabo é aqui realçada, do mesmo modo que

a perspectiva global do que deve ser o desporto para todos, do qual nunca se poderão dissociar todos os cidadãos portugueses nele interessados. Os deficientes têm aí (no conceito de «Desporto para todos») uma palavra a dizer, e vão reforçá-la amanhã e depois, em Alvalade.

É muito vasto o interesse do desporto para os deficientes sob o ponto de vista da sua integração social, porquanto, para além de assentar nos mesmos princípios do desporto para os plenamente válidos, é mais rico quanto aos seus fins. O desporto para deficientes, sobre o qual a APD tem considerações de circunstância e explicação a propósito da realização do «Torneio de Promoção», encerra em si «um imenso valor terapêutico» e contribui para «restaurar ou manter o equilíbrio físico e psicológico do deficiente», além de «melhorar a sua coordenação de movimentos, rapidez e resistência».

O torneio que amanhã e do-

mingo decorrerá em Alvalade será assim uma amostra (ou parte do corolário) do que a prática desportiva representa para os deficientes, aos quais determina o estabelecimento de uma relação social ampla e facilita ou acelera a sua integração social. Estes considerandos são também da APD, e podem ser facilmente comprovados por aqueles que, por razões diversas, mais permanentemente contactam com os deficientes. Como prática pública própria da sua manifestação, o desporto desenvolvido pelos deficientes contribui para a «sensibilização da sociedade para os problemas que na sua vida se defronta».

É ao praticá-lo que o deficiente pode revelar as reais potencialidades, habituando a sociedade a considerá-lo em função das capacidades de que dispõe, e não das que está desprovido. A sua prática leva o deficiente a afirmar-se propriamente, reagindo assim contra «a marginalização a que tem estado votado dentro de

uma sociedade que lhe tem recusado a efectivação dos seus direitos, que apenas o acolhe em qualquer dos «ghettos» que ela mesma reserva aos que não aceita». É, no fundo, um dos aspectos do processo de reabilitação e integração comunitária dos deficientes num todo multidisciplinar.

Após estes considerandos, em parte referidos no programa da APD, acerca da inserção dos deficientes no fenómeno desportivo, que no mesmo se manifesta contra os «aproveitamentos individuais assentes em ideias elitistas», aí vai a ordem do «Torneio de Promoção»: amanhã (no Pavilhão), às 9 horas, ténis de mesa; às 15 e 30 e às 17 e 30, basquetebol (dois jogos). Domingo (Estádio de Alvalade): lançamento do dardo, disco e peso, e «slalom» em cadeira de rodas, entre as 9 e as 11 e 45. À tarde, no Pavilhão, encontros de basquetebol para atribuição dos 3.º e 4.º lugares (às 16 horas) e do 1.º e 2.º lugares (às 17 e 45). As entradas são livres.

BANCO DE PORTUGAL

EMISSION DAS MOEDAS COMEMORATIVAS DO 25 DE ABRIL DE 1974

Não obstante o seu elevado número, é possível satisfazer integralmente todos os pedidos recebidos, formulados dentro das condições inicialmente referidas.

Assim, será iniciado o processo de troca das moedas comemorativas pedidas, por notas ou moedas do Banco de Portugal, para o que se regulamenta o seguinte:

1. A troca far-se-á aos balcões da Tesouraria do Banco de Portugal a partir do próximo dia 2 de Maio, devendo os interessados apresentar-se munidos do respectivo documento de identidade.
2. Tendo em vista evitar aglomerações de público nos primeiros dias de troca, em Lisboa e Porto, só serão atendidas pessoas de acordo com o seguinte regime:

Dias 2 a 6 de Maio	— pessoas cujo primeiro nome comece por A a F
Dias 9 a 13 de Maio	— pessoas cujo primeiro nome comece por G a M
Dias 16 a 19 de Maio	— pessoas cujo primeiro nome comece por N a Z
Dias 20 a 27 de Maio	— não haverá troca de moedas
De 30 de Maio a 3 de Junho	— pessoas cujo primeiro nome comece por A a F
De 6 a 8 de Junho	— pessoas cujo primeiro nome comece por G a M
De 14 a 17 de Junho	— pessoas cujo primeiro nome comece por N a Z
De 20 a 30 de Junho	— não haverá troca de moedas

Depois de 1 de Julho a troca será sem condicionalismos, excepto que nunca haverá troca de moedas, depois do dia 20 de cada mês.

3. Nas Agências do Banco de Portugal, a troca será feita todos os dias, sem qualquer condicionalismo, a partir do próximo dia 2 de Maio.
4. As moedas encontram-se à disposição dos inscritos e poderão ser trocadas até ao dia 28 de Abril de 1978.
5. Para os Portugueses emigrantes e residentes no estrangeiro que escreveram ao Banco de Portugal, está previsto um esquema de troca que lhes será oportunamente comunicado.
6. A troca das moedas far-se-á no Banco de Portugal em Lisboa, na sua Filial no Porto e nas Agências de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Elvas, Estremoz, Évora, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Mirandela, Moura, Portalegre, Portimão, Santarém, Setúbal, Tomar, Viana do Castelo, Vila Real, Vila Real de Santo António, Viseu, Angra do Heroísmo, Funchal, Horta e Ponta Delgada.

Os pedidos das pessoas que indicaram outros locais para troca, foram em princípio encaminhados para uma destas Agências (normalmente a que se encontra mais perto do local pedido).

A distribuição nas Agências da Covilhã, Elvas, Estremoz, Figueira da Foz, Lamego, Mirandela, Portimão, Tomar e Vila Real de Santo António só se fará até ao dia 31/5/77 e na de Moura até ao dia 13/5/77. Após esta data, os pedidos poderão ser satisfeitos na Agência do Banco de Portugal mais próxima.

Apreensão de 324 viaturas

No período que decorreu de 1 de Março a 15 de Abril foram apreendidas 324 viaturas por falta do dístico comprovativo do pagamento do imposto sobre veículos.

Ao longo daqueles 45 dias, foram ainda verificados 700 veículos em transgressão, quer por os seus proprietários não

terem afixado o dístico, quer por este não estar devidamente aposto.

Na circunstância, o Ministério das Finanças alerta os contribuintes para a necessidade de regularizarem a sua situação, a fim de evitarem contratempos, dado que os trabalhos de fiscalização vão prosseguir.



PERGUNTAM DELEGADOS DA JAE

Andar na estrada — mas como?

«Se o Governo não concretizar rapidamente os propósitos já recentemente manifestados pelo Ministério das Obras Públicas no sentido de proporcionar as condições mínimas para o bom funcionamento da JAE, em matéria de estruturas e meios humanos, em breve não se poderá circular nas es-

tradas de Portugal» — afirma-se em moção aprovada na última AG de delegados da Junta Autónoma das Estradas.

A moção afirma ainda que o Plano de Emergência recentemente aprovado pelo Governo, no valor de 500 mil contos, «corre o risco de não ser em boa parte exequível» se entretanto não forem criadas estru-

turas e meios humanos adequados. Recorda-se que já em Novembro de 1974 foi elaborada uma «Proposta de medidas de emergência para assegurar o funcionamento da infra-estrutura rodoviária» na qual se afirmava que «a situação da rede de estradas do País está à beira do colapso».

ABC

Tel. 366745

Não acons. a menores de 18 anos

Hoje, 20.30 e 22.45 horas

Domingos e Feriados às 16 horas

Descanso às 4.ª feia

SERGIO AZEVEDO apresenta

A NOVA E GRANDE REVISTA POPULAR DE LISBOA

EM ÁGUAS DE BACALHAU

com um super-elenco

Heidi (em grande). Uma grande criação de Nicolau Bryner

FLORBELA

NICOLAU BREYNER

OCTÁVIO DE MATOS

(actor convidado)

VERA MÓNICA

(actriz convidada)

SIMONE DE OLIVEIRA

VICTOR MENDES

ABC DANCER'S

Aviso: Devido à grande afluência de público e a empresa não podendo satisfazer todos, pede-se o favor de adquirirem antecipadamente os vossos bilhetes.

A Gerência

Embaixada de Cuba: bomba foi há um ano

Faz hoje um ano que uma bomba deflagrou na Embaixada de Cuba, a meio da tarde. Dois funcionários daquela representação diplomática perderam a vida: Adriano Corcho (25 anos, mãe de três filhos) e Efrén Montegudo (23 anos, pai de duas crianças).

Um anticomunismo primário, servindo-se de um aventureiro que dá pelo nome de Ramiro Moreira, detido para julgamento, está na origem da explosão.

Todos os cidadãos conscientes, verdadeiramente democratas, têm uma pergunta calma e precisa: «Quando são julgados os responsáveis de tão lamentável atentado?»

O processo democrático português unicamente se irá consolidando à medida que se for fazendo justiça aos que morrem no campo do progresso e aos que vivos sofrem a vergonhosa atitude discriminação política.

Embaixada do Brasil: foi mesmo incêndio

De acordo com a Polícia Judiciária o incêndio que, na madrugada do dia 10 de Setembro, do ano passado, destruiu a Embaixada do Brasil em Lisboa, na Avenida Fontes Pereira de Melo, teve carácter accidental «devendo-se a problemas de ordem eléctrica ou a qualquer ponta de cigarro». O comunicado da PJ acrescenta que a «propagação e a exten-

são do incêndio está conforme o tipo de materiais existentes no andar e igualmente com a direcção do vento».

Simultaneamente a Polícia Federal Brasileira divulgou o seu parecer sobre o incidente, cujos prejuízos foram avaliados em mais de 3800 contos, declarando ter sido o incêndio provocado por um curto-circuito.

Cena de tiros no Alto Minho

VIANA, 22 — Experimentaram sensíveis melhoras dois dos intervenientes numa cena de tiros corrida anteontem no centro recreativo da «Electra del Lima» em Britelo, Ponte da Barca: Manuel do Nascimento

Lopes, industrial, radicado em Vigo e Lucion Meireles Garrido, agricultor daquela freguesia.

A GNR de Ponte da Barca tomou conta da ocorrência.

CUSCUS

ESPECIALIDADE ÁRABE

Pratos individuais a 80\$00

JANTE TODOS OS DIAS A PARTIR DAS 20 E 30 NO BONAPARTE — Rua de S. Miguel, 70

ALFAMA — Telef. 872761

se nos permite... a sugestão é nossa!

RESERVE JÁ O SEU HOTEL OU APARTAMENTO NO ALGARVE, SESIMBRA OU NAZARÉ

contacte-nos

Av. Liberdade 233

Tel. 536 121

Lisboa 2

EUROPEIA

PATENTES

Vendem-se ou concedem-se licenças de exploração para Portugal das seguintes patentes de invenção:

N.º 53 222 para «Processo para a preparação duma composição de Herbicida contendo Ésteres de Ácido Amido-fosfórico».

N.º 53 223 para «Processo para a preparação de Ésteres de Ácido Amido-fosfórico com efeito Herbicida».

Trata:

CLARKE MODET & C.ª LD.ª

Patentes e Marcas

Rua Castilho, 201-3.º Esq.º

LISBOA I

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral limpo, o vento era fraco e havia neblina em alguns locais no Litoral Norte.

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima 27º

PENHAS DA SAÚDE

Mínima 5,5º

PREVISÃO GERAL ATÉ AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado de limpo tornando-se temporariamente, muito nublado nas regiões de Nordeste; vento geralmente fraco; neblinas matinais a norte do Cabo Carvoeiro.

TEMPERATURAS DO AR 09.00 H.

PORTO 16º

PENHAS DOU 15º

COIMBRA 16º

PORTALEGRE 20º

LISBOA 19º

SAGRES 18º

FARO 19º

PONTA DELGADA 16º

FUNCHAL 17º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR

5.15 3,7 m 10.40 1,2 m

17.29 3,7 m 23.03 1,3 m

DIA 23

5.49 3,5 m 11.16 1,4 m

18.02 3,6 m 23.43 1,4 m

DIA 24

6.26 3,4 m 11.56 1,5 m

18.40 3,4 m

AMANHÃ

NAScer AS 6.50

OCASO AS 20.21

Dia 26 Dia 3 Dia 10 Dia 18

palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11724

HORIZONTAIS:

1 Fosso, lçavam.

2 Rizo. Bondosa. Acrescentei.

3 Abreviatura de radiano, unidade de ângulo. Fruta seca especialmente uvas. Antigo Testamento.

4 Maquinismo para tecer. Consentimento. Artigo definido.

5 Separar.

6 Erva doce. Sua Senhoria (Inv.).

7 Bolha de ar. Textualmente.

8 O mais. Estica.

9 Pingo. Vazias.

10 Antiga capital da Birmânia. Prefixo de privação. Quarta.

11 Que tem selo. Espírito.

VERTICAIS:

1 Talha. Ondas.

2 Estar em fogo. Gavinha.

3 Verso. Vale espanhol dos Pirineus. Bigorna de ourives.

4 Lastimava.

5 Bário (s.q.). Ninhos. Preposição latina que designa movimento.

6 Preposição e artigo definido (pl.). Cosio (s.q.). Porco.

7 Capital do Tibete, à beira do Quixú. Rosta.

8 Artigo definido. Encoleriza. Ladrão do mar.

9 Vossa Alteza. Ofícios divinos.

10 Nome de mulher. Agarrel. Prefixo de negação.

11 Coisa inacreditável, fabulosa (pl.). Embriaguez (Bras.).

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7784

HORIZONTAIS:

1 Namorados ridículos. Pôr.

2 Estímulo. Chinela.

3 Coisa (ant.) Romeiro de M. ca. Coragem.

4 Sufixo que designa pequena. Agudo.

5 Descer. Épocas.

6 Nota musical. Pronome pessoal. Caminhar.

7 Cidade da Arábia. Utensílio doméstico.

8 O mais. Cimalha. Medida itinerária do Japão.

9 Borrifar. Tostem.

10 Batráquio. O lado do vento. Tragédia de Shakespeare.

11 Equipo. Lavras.

VERTICAIS:

1 Aguardente de medronho. Pândega.

2 Nome de letra. Boas Festas (abrev.). Uma das tragédias de Shakespeare.

3 Examinar.

4 Artigo indefinido. Pronome pessoal. Italiano.

5 Preposição e artigo definido. Relato.

6 Hectograma (abrev.). Junte com o rodo.

7 Seguir. Extremidade do braço.

8 Artigo definido. Nome de letra. Cargo de ministro de Estado.

9 Sensibilizar. Ente.

10 Assanhar. Espécie de ra que vive nas montes.

11 Invulgares. Carinhos.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11723

HORIZONTAIS:

1 Cavaras. Ivã.

2 Abarr. Olear.

3 Alibi.

4 Ajuda. Rança.

5 Lutar. Ema.

6 Rã. És.

7 Casca. Pa.

8 Arrendar.

9 Imã. Odilara.

10 Mã. Mar. Ra.

11 Estar. Acaro.

VERTICAIS:

1 Canal. Crime.

2 Ab. JURA. Mas.

3 VA. Uias.

4 Arada. Cã. Mã.

5 Ralar. Ar. Ir.

6 Roa.

7 SOBRE. PEDRA.

8 Liame. Ni.

9 Iê. Nas. Darã.

10 VA. Parar.

11 Arrancã.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7783

HORIZONTAIS:

1 Arrependida.

2 Aiar. Amar.

3 Ras. Ero. Ana.

4 An. Fias. To.

5 Oásis. Arpes.

6 Om. Eu.

7 Sul. Pau. Ata.

8 Ar. Cioso. Os.

9 Os. Alara.

10 Carão. MCCI.

11 Ossos. Voais.

VERTICAIS:

1 Aarão. Sa. Co.

2 Riana. Urras.

3 Rãs. Sol. Rs.

4 Er. Fim. Coto.

5 Eis. Pias.

6 Erra. Fão.

7 Osa. Usa.

8 Dã. Re. Olmo.

9 Imã. Pua. Aca.

10 Dante. Torci.

11 Araós. Asais.

PROVERBIO: JURA MÃ, SOBRE PEDRA VÃ.



Teatros e Espectáculos

LISBOA

ACOREANA — Largo Conde Barão, 2. Tel. 661330.

ALB — Rua Santana à Lapa, 156. Telefone 663562.

BRANQUINHO — Rua Sapadores, 87. Tel. 842725.

CONDESTÁVEL — Rua Coelho da Rocha, 119. Tel. 666206.

DILENA — Rua Aliança Operária, 49. Tel. 636620.

ESPERANÇA — R. Carlos Mardel, 101-B. Telefone 722868.

ESTADOS UNIDOS — Av. E.U. da América, 16-B. Tel. 725859.

FÁTIMA — Av. 5 de Outubro, 147-A. Tel. 763107.

GOIS, L.D. SUCR — R. Anjos, 12-C-D. Tel. 840101.

IVONE, L.D. — Rua Silva Carvalho, 232-C. Tel. 650760.

LATINA — Av. António Augusto de Aguiar, 17-A. Tel. 42312.

LAVINHA — R. Eng.º Paulo de Barros, 28-A. Tel. 708242.

LEAL DE MATOS — Rua Neves Costa, 33-35. Tel. 780181.

LUSITANA — Av. de Roma, 18-A. Telefone 725443.

MARLUZ — C.ª da Picheleira, 140-B-C. Telef. 720703-728395.

MATOS VEGAS — Av. Rainha D. Amélia, 34-B. Tel. 794174.

MORAO — Rua da Assunção, 17-19. Tel. 321289.

NEOTERAPIA — Campo Grande, 138. Tel. 774682.

NOVA LUZ — Rua D. Domingos Jardo, 28-A. Tel. 843439.

NOVAIS — Av. Luís Bivar, 11-13. Telefone 44324.

PALMA — Av. Duque de Ávila, 25-31. Tel. 547068.

PARIS — Rua Reinaldo Ferreira, 5-A. Tel. 890131.

PATRIA — C.ª dos Mestres, 30-A. Tel. 680627.

PROBIDADE — Rua Alcântara, 14-A-B. Tel. 638588.

ROMANA — Rua Actor Augusto de Melo, 7-A. Tel. 363800.

SACRAMENTO — Rua Actriz Palmira Bastos, lote 42. Tel. 384904.

S. TOMÉ — Estrada do Desvio, lote 12-C. Tel. 790704.

SOUZA — Estrada de Benfica, 429-431. Telef. 780027-789985.

ZILER — Rua S. Tomé, 54-56. Telefone 862835.

ZIRA — P.ª Casas Novas, lote 66 (B.ª Encarnação). Telef. 31216-310172.

PERMANENTE

FÁTIMA — Av. 5 de Outubro, 147-A. Tel. 763107.

BRANQUINHO — Rua Sapadores, 87. Tel. 842725.

IVONE, L.D.ª — Rua Silva Carvalho, 232-C. Tel. 650760.

LUSITANA — Av. de Roma, 18-A. Telefone 725443.

MARLUZ — Calçada da Picheleira, 140-B-C. Tel. 720703-728395.

MATOS VEGAS — Av. Rainha D. Amélia, 34-B. Tel. 794174.

NOVA LUZ — Rua D. Domingos Jardo, 28-A. Tel. 843439.

PARIS — Rua Reinaldo Ferreira, 5-A. Tel. 890131.

ROMANA — Rua Actor Augusto de Melo, 7-A. Tel. 363800.

SOUZA — Estr. de Benfica, 429-431. Tel. 780027-789985.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS — Almeida Nifo, Av. Comb. G. Guerra, 64 (Tel. 2112070).

ALCABIDECHÉ — Carvalho, Até às 21 horas

CARCAVELOS — Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas

S. DOMINGOS DE RANA — Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085). Até às 21 horas

PAÇO DE ARCOS — Trindade Brás, R. Costa Pinto, 184 (Tel. 2432034). Até às 24 e das 0 às 9 horas

DEIRAS — Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (Tel. 2430090). Até às 22 horas

NOVA OBRAS — Leal, Até às 21 horas

PARADE — Guincho, Av. da República, 87 (Tel. 2471204). Até às 24 e das 0 às 9 horas

PARADE — Junqueiro Mendes, Até às 21 horas

S. JOÃO DO ESTORIL — S. João, Quinta da Carreira, 29-A (Tel. 261186). Até às 21 horas

AMOREIRA — Amoreira, (Telefs. 262313/267314). Até às 22 horas

CASCAIS — Nova, Est. de Alde, Fontainhas (Telef. 281044). Até às 21 horas. Marginal, Av. Marginal (Tel. 280078). Até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADO — Flama, R. Elias Garcia, 78-B (Tel. 932485). Serviço permanente; Confinça, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (Tel. 938149). Até às 22 horas; Cavaca, R. Elias Garcia, 208 (Tel. 930019). Até às 22 horas

DAMAIA — Damaia, P. Alexandre Gusmão, 9-A (Tel. 970523)

MERCES — Claro Russo

QUELUZ — Zeller, R. da República, 83 (Tel. 950046)

CACÉM — Central, R. Elias Garcia, 55 (Tel. 2940034)

MEM MARTINS — Rodrigues Rato, (Tel. 2912038)

RIO DE MOURO — Riomouro, Av. Oscar Monteiro Torres, 8 (Tel. 2960194)

SINTRA — Misericórdia, Vila (Tel. 2930391)

COLARES — Abreja, Tel. 299088

OUTRA BANDA

ALCOCHETE — Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Tel. 234137)

ALHOS VEDROS — Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 204020)

BAIXA DA BANHEIRA — Aliança, Est. Nacional, 178-B (Tel. 2040302)

BARREIRO — Central, Av. Alfredo da Silva, 48 (Tel. 2073207)

ALMADA — Galeno, R. Capitão Leitão, 21-A (Tel. 2750076)

COVA DA PIEDADE — Atlântico, R. Padre Manuel Bernardes, 1 (Tel. 2764466)

MOITA — União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (Tel. 239025)

MONTUJO — Diogo, R. Almirante Reis, 13 (Tel. 2233471)

SETUBAL — Normal do Sul, P. do Boca-ge, (Tel. 22116)

SEXAL — Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Tel. 2218560).

PORTO

(De dia e só até às 22 horas)

AMEAL — Rua do Ameal, 1227 — Telefone 483550: **CAMPO ALEGRE** — Rua do Campo Alegre, 723 — Tel. 62245: **FERREIRA DA SILVA** — Rua Mártires da Liberdade, 150 — Tel. 24023: **PENINSULAR** — Rua Chã, 100 — Tel. 20707: **MELO TAVEIRA** — Rua Alcide Faria, 77: **S. ROQUE DA LAMEIRA** — Rua S. Roque da Lameira, 1111 — Tel. 51739: **SÁ DA BANDEIRA** — Rua Sá da Bandeira, 236 — Tel. 22164.

(De dia e toda a noite)

PRELADA — Rua Central de Francos, 316 — Tel. 64312: **MARTINS, SUCR** — Praça Marques de Pombal, 122 — Telefone 480747: **POMBEIRO** — Campo Mártires da Pátria, 152 — Tel. 311295: **S. LAZARO** — Av. Rodrigues de Freitas, 297 — Tel. 27043.

COIMBRA

(Das 9 horas, às 9 do dia seguinte)

M. NAZARÉ — Av. João das Regras, 132 — Tel. 23033: **S. JOSÉ** — Arcos do Jardim — Tel. 24697.

LISBOA/Teatros

TRINDADE — Grupo de Campolide 21.30 (13 anos)

MARIA VITÓRIA — 20.30, 22.45 (18 anos)

BARRACA — R. Alexandre Herculano, 70 21.15 (13 anos)

COMUNA — 21.30 (13 anos)

MONUMENTAL — 21.15 (13 anos)

VARIEDADES — 21.30 (13 anos)

LAURA ALVES — 21.30 (18 anos)

TEATRO DO BAIRRO ALTO — 21.30 (18 anos)

ÁDOQUE — 20.30 e 22.30 (18 anos)

A. B. C. — 20.30 e 22.45 (18 anos)

MARIA MATOS — 21.30 (18 anos)

LISBOA/Cinemas

PARIS — 21.15 (18 anos)

EUROPA — 21.15 (18 anos)

PROMOTORA — 21.15 (13 anos)

LUMIAR — 21.15 (18 anos)

CINEARTE — 21.00 (10 anos)

CAPITOLIO — 21.15 (18 anos)

RESTELO — 21.15 (13 anos)

OLÍMPIA — Sessões Permanentes (18 anos)

CINEBOLSO — 21.30 (18 anos)

CALEIDOSCÓPIO — 21.15 (10 anos)

SATÉLITE

JARDIM — 21.15 (13 anos)

CINE-AUDITÓRIO — 21.15 (10 anos)

VOX — 21.15 (18 anos)

MONUMENTAL — 21.15 (13 anos)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS — 21.30 (13 anos)

PAÇO DE ARCOS — 21.15 (18 anos)

ESTORIL — 21.30 (18 anos)

CASCAIS — 21.15 (18 anos)

LINHA DE SINTRA

AMADORA — 21.15 (13 anos)

AMADORA — 21.15 (13 anos)

AMADORA — 21.30 (13 anos)

MEM MARTINS — 21.15 (18 anos)

OUTRA BANDA

ALMADA — 21.15 (18 anos)

ALMADA — 21.15 (18 anos)

ALMADA — 21.15 (18 anos)

PORTO/Teatros

ANTÓNIO PEDRO — 21.30 (13 anos)

SA DA BANDEIRA

MODESTOS — 21.45 (13 anos)

PORTO/Cinemas

VALE FORMOSO — 21.15 (13 anos)

VALE FORMOSO — 21.15 (13 anos)

BATALHA — 21.15 (13 anos)

OLÍMPIA — 21.15 (18 anos)

TRINDADE — 21.30 (18 anos)

ESTÚDIO 400 — 21.15 (13 anos)

RIVOLI — 21.15 (18 anos)

COLISEU — 21.15 (13 anos)

CARLOS ALBERTO — 21.15 (18 anos)

ÁGUIA DE OURO — 21.15 (13 anos)

S. JOÃO — 21.00 (18 anos)

ESTÚDIO FOCO — 21.15 (13 anos)

JÚLIO DINIS — 21.15 (13 anos)

SALA BEBÉ — 21.15 (18 anos)

PASSOS MANUEL — 21.30 (18 anos)

COIMBRA

GIL VICENTE — 21.15 (13 anos)

S. TEOTONIO — 21.15 (13 anos)

AVENIDA — 21.15 (18 anos)

TIVOLI — 21.15 (18 anos)

Cinemas

ALVALADE

Tel. 897480 15.30, 18.30 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

OS DESTEMIDOS DE NOITE

c/jim Brown

APOLO 70

Tel. 763319 14.15, 17.45 e 21.15

N. Acons. men. 13 anos

BARRY LYNDON

9.ª Semana

um filme de Stanley Kubrick

As 0.30h - Grupo D. m. 18 anos

CHINA VIZINHA

AVIS

Tel. 47163 15.30, 18.30 e 21.15h

int. men. 18 anos

O primeiro e único monstro das artes marciais

2.ª semana

O HÉRCULES CHINES

BERNA

Tel. 776098 15.00, 18.00 e 21.15

Um espectáculo de rara distinção!

A HISTÓRIA DE CINDERELA

5.ª semana

com Richard Chamberlain, Gemma Craven

Para todos

Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Clássicos do Western

O HOMEM QUE MATOU LIBERTY VALANCE

com James Stewart, John Wayne, Lee Marvin

um filme de John Ford

Grupo B (10 anos)

2.º Programa

16.00 Intercâmbio musical: Festival de Verão em Helsínquia, 1976 — gravações cedidas pela Rádio da Finlândia: Parte de um recital de piano por Andras Schiff; 4.º Improvisos, op. 90, de Schubert; 16.30 Música de Rossini: dois quartetos de sopro, por elementos do Quinteto de Sopro «New Art»; 17.00 Música sinfónica: sinfonia n.º 35, em Ré maior, K. 385 («Haffner»), de Mozart; Poema sinfónico «D. Quixote», de Strauss; 18.00 Música de Chopin: Mazurkas; 18.30 «Música ao fim da tarde no Teatro S. Luís», Quarteto, de Johann Christian Bach; Fantasia de Telemann; Quarteto K. 370, de Mozart; intervalo; Madrigais (Vol. II, de Gesualdo da Venosa; 2.ª parte: Prelúdio n.º 8, de Franck Martin; Suite op. 19, de Schöenberg e «L'île joyeuse», de Debussy; 20.00 Concerto em dó menor, p. 440, de Vivaldi; «Le Parnasse», de François Couperin; Quarteto n.º 16, em mi bemol maior, K. 428, de Mozart; 21.00 Ópera: 1.º acto da «La Cheneretola», de Rossini; 22.00 Hoje respondemos por música, por António Vitorino de Almeida; 22.30 Quarteto, de Haydn; Quarteto n.º 81, em sol maior, op. 77, n.º 1; 23.00 As sonatas de Beethoven.

Sonata, em sol menor op. 49 n.º 1; 23.09 Missa Breve, em ré maior, op. 63, de Benjamin Britten; 23.20 Intercâmbio musical: Festival de Berlim de 1976; Quarteto n.º 2, em lá menor, op. 13, de Mendelssohn; tema e variações, op. 81, de Mendelssohn; 00.00 Intercâmbio Musical; Semana Internacional de Órgão em Nuremberga, 1976: 01.00 fecho.

3.º Programa Local (187,5 m)

18.00 Entardecer; 18.15 Sal e pimenta (repetição); 19.30 Romance dum cidade (repetição); 20.15 A Voz da Esperança; 21.00 Fecho.

4.º Programa-Emissão Total em Estereofonia

19.00 Em órbita; 20.00 Programa da noite; 22.00 Auditório; 24.00 «Prisma»; 02.00 Fecho.

Rádio Renascença

16.00 Noticiário; 16.05 Sequência da Tarde; 18.05 Apelo; 18.15 Igreja em Notícia-Palavra do dia; 18.30 Transmissão do Terço do Externato do Parque; 19.00 Programa da Liga dos Amigos da RR; 20.00 Objectivo; 20.54 Apelo; 21.05 Programa da Liga dos Amigos da RR; 22.00 Quando o telefone toca; 22.30 Remas Vivos; 23.05 Última Hora; 23.30 Actualidade económica; 23.55 Meditação; 01.00 Rotação; 02.00 Encerramento da Estação.

Cinemas

CASINO ESTORIL

Tel. 264521 17 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

A FLAUTA MÁGICA

CASTIL

Tel. 630194 15. 17. 19 e 21.15 h.

Annie Girardot é

A FEMINISTA

Com Bernard Fresson. Um filme de Serge Korber

Não acons. a menores de 18 anos

Sábado e domingo antestreias

Hoje às 24 h. int. m/ 18 anos

NA PONTA DO SEXO

(Cenas eventualmente chocantes)

CONDES

Tel. 322523

14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

Kalur Bedi é

O CORSÁRIO NEGRO

2.ª semana

EDEN

Tel. 320768 14. 16.30, 19.00 e 21.15

Roy Scheider, Robert Shaw, Richard Dreyfuss

TUBARÃO (JAWS)

5.ª Semana

Um filme de Steven Spielberg

Não acons. a men. de 13 anos

Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

ESTÚDIO

Tel. 535134 15.00, 17.00, 19.00 e 21.15

Para todos

O PEITO OU A PERNA

8.ª Semana

O novo filme de Claude Zidi

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

2.ª Semana

MULHER SENSUAL

IMPÉRIO

Tel. 555134/5 21.15 Estreia

Não acons. m/ 13 anos

Gene Hackman/ Condição Bergen

DESAFIO À CORAGEM

um filme de Richard Brooks

LONDRES

Tel. 801313 14.15, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

INTRUSO

5.ª semana

c/ Laura Antonelli

7.ª semana

um filme de Luciano Visconti

MUNDIAL

Tel. 538743 15.15, 18.15, 21.30

TAXI DRIVER

Palma de ouro - Grande Prémio Festival de Cannes

NIMAS

Tel. 574362 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 13 anos

Um documento único, real e importante

HOMENS E TUBARÕES

o filme de Bruno Vailati

ODEON

Tel. 326283 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

(Colorido)

2.ª Semana

SURVIVE

PATHE

Tel. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. men. 13 anos

O CORSÁRIO NEGRO

Da célebre novela de Emidio Salgari

2.ª semana

c/ dayle Maddon

POLITEAMA

Tel. 326305 14.15, 16.30, 19 e 21.30

int. men. 18 anos

O MAIS QUENTE ESPECTÁCULO DO MUNDO!

O único circo sexy do Mundo

RESTELO

Tel. 610375 As 21.15

BUGSY MALONE

em 7.ª semana

ROMA

Tel. 727778 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. m/ 18 anos

Um caso verídico!

SURVIVE

2.ª Semana

Epopeia dos Andes

ROXY

Tel. 48560 14.15, 17.45, 21.15

Da Índia uma bela história de amor e aventura!

PASSADO INESQUECÍVEL

Um filme de Nasir Hosain

5.ª Semana

Não acons. a men. de 13 anos

S. JORGE

Tel. 554153/4 15.15, 18.15 e 21.15

Marlon Brando/ Jack Nicholson

DUEL NO MISSOURI

Um filme importante de Arthur Penn

Não acons. a men. de 18 anos

STADIUM (Algés)

Tel. 2112544 15.30, 18.00 e 21.30

Não acons. men. 13 anos

TUDO A POSTOS NADA EM ORDEM

C/Luigi DiBERTI-Lina Polito

TIVOLI

Tel. 570595 15.15 e 21.00

3.ª semana

Não acons. a men. de 13 anos

BEN-HUR

c/ Charlton Heston-Jack Hawkins, Haya Hararelt

5.ª Semana

Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

UNIVERSAL

Tel. 774402 As 15, e 21 h.

A GRANDE FARRA

um filme de Marco Ferreri

(Int. men. 18 anos)

As 18.00 h.

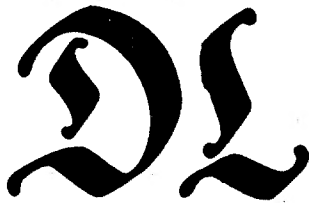
IREI COMO UM CAVALO LOUCO

um filme de Arrabal

(Int. men. 18 anos)

Sexta e sábado as 00.00

A GRANDE FARRA



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 105, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320211/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DBOA TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL

Papel para Imprensa

Continuação da pág. 1

que são apontadas e defendidas as medidas de apoio à imprensa, concretamente as anunciadas na TV, pelo então secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel Alegre. Saliente-se que o pedido de demissão dos quatro membros do CIRIE teve o apoio da maioria das administrações dos jornais estatizados.

Lyon de Castro acusaria a decisão do subsecretário de Estado das Finanças de «altamente inconveniente para a economia nacional» ao mesmo tempo que alertava para a «situação delicada» em que o nosso País, era colocado face aos países do Norte da Europa. A hipótese aventada pelo referido despacho de as empresas portuguesas comprarem papel aos países de leste apresenta-se de todo inviável já que, além do papel ser de pior qualidade é mais caro que o preço obtido por aquele acordo escandinavo. Refira-se até que jornais que habitualmente aise fornecem estariam na disposição de começar a comprar — porque mais compensador — papel aos países do Norte da Europa.

Até ao despacho do subsecretário de Estado das Finanças a dar parecer negativo ao acordo da CIRIE e da Imprensa diária e não diária com a Sodipel muita água correu.

Recordando os termos do acordo ultimado a 14 de Março: Seria válido até dia 31 de Dezembro, podendo o preço fixado sofrer reajustamentos decorrentes de nova desvalorização do escudo ou de subida imprevista nos custos de produção e transporte. Os pagamentos, facturados duas vezes por mês, seriam feitos a dinheiro, no prazo máximo de 15 dias após a data da factura. Em contrapartida, a CIRIE comprometia-se a obter do Governo garantias quanto à forma e rapidez de pagamentos e transferências, liquidação de dívidas e dos casos «República» e «Época». Em 15 de Março o texto do acordo foi entregue a Manuel Alegre seguindo, nesse mesmo dia, para o Ministério das Finanças que o deveria sancionar. Simplesmente das Finanças não veio qualquer resposta. A 15 de Abril o subsecretário de Estado das Finanças, empossado no último reajustamento governamental, dá, através despacho, um parecer negativo ao acordo. Os «stocks» de papel de Imprensa diária estavam quase esgotados. O subsecretário determina então que a empresa Portucel adquira à Sodipel as mil toneladas que tinham sido embarcadas já nos termos do acordo mas que, por falta de um parecer definitivo, não tinham chegado a ser fornecidas às empresas consumidoras de papel. A Portucel negociaria assim as condições quanto à armazenagem e distribuição para satisfazer as encomendas destas mil toneladas. As diligências para encontrar uma saída a este conflito prosseguem. O que venha a ser decidido no Conselho de Ministros terá necessariamente sérias consequências no futuro da Imprensa.

Eanes viu filme do 25 de Abril

Continuação da pág. 1

ou a explosão de minas e transportes de feridos, tudo aparece claramente denunciado no filme onde Paulo Renato lê Camões.

«Fomos de caravelas e viemos de traneiras» é a expressão que passa a relatar o regresso dos retornados. O filme termina com imagens do Conselho das Nações Unidas.

No final, e antes de se retirar, o general Ramalho Eanes percorreu demoradamente as instalações da Telecine Moro e conversou com alguns trabalhadores.

Otelo proibido de revelar verdade histórica do 25 de Abril

Segundo informou a ANOP, o major Otelo Saraiva de Carvalho não foi autorizado pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Vasco Rocha Vieira, a prestar declarações ou conceder entrevistas a propósito do 25 de Abril.

Otelo Saraiva de Carvalho entregara no dia 14 um requerimento ao general Rocha Vieira solicitando autorização para dar entrevistas a jornalistas nacionais e estrangeiros por ocasião do terceiro aniversário do 25 de Abril. No seu requerimento o major Otelo Saraiva de Carvalho citava os jornais estrangeiros e portugueses que lhe tinham solicitado entrevistas ou depoimentos e sublinhava o carácter histórico que essas declarações revestiriam.

O chefe do Estado-Maior do Exército, 24 horas passadas sobre a apresentação daquele requerimento despachou-o negativamente. O major Otelo foi avisado no dia 18 de que estava proibido de conceder entrevistas ou prestar quaisquer declarações. A razão alegada é o facto de estar «suspensão de todas as actividades militares, além de se encontrar apresentado ao Conselho Superior de Disciplina do Exército».

O «Diário de Lisboa» contactou o advogado do major Otelo que confirmou estes factos e a resposta do general CEME e nos declarou: «Na minha opinião a Legislação militar em vigor não justifica esta acusação que se trata de entrevistas sobre o aspecto histórico do 25 de Abril e não sobre questões políticas actuais ou pretéritas».

O major Otelo foi, efectivamente, contactado pelas comissões referidas no jornal «Página Um» mas decidiu não participar nessas comemorações, segundo declarou ao «Diário de Lisboa».

OTELO NÃO PARTICIPARÁ

O major Otelo foi, efectivamente, contactado pelas comissões referidas no jornal «Página Um» mas decidiu não participar nessas comemorações, segundo declarou ao «Diário de Lisboa».

Festival do 25 de Abril anulado no Porto

PORTO, 22 — Em comunicado que nos foi enviado a Comissão Organizadora do Festival do 25 de Abril informa que «devido aos impedimentos de toda a ordem que lhe foram postos» não se realiza o anunciado festival popular «Centralizado» previsto para os dias 23, 24 e 25 do corrente mês.

A citada Comissão «acusava a Comissão Executiva das Comemorações, o Governo, Conselho da Revolução e a Câmara Municipal do Porto de não terem cumprido o que prometeram (...) coordenação e enquadramento, dentro do espírito definido, as iniciativas locais, dinamizando-as e apoiando-as».

denunciaram a castração que a censura fascista exerceu sobre a criatividade popular, salientando certas subtilidades da «censura» actual.

Ontem, à noite, no anfiteatro da Escola Superior de Belas Artes, decorreu um colóquio sobre «Criatividade e censura» no qual participaram: prof. José Augusto Seabra, dr. Nuno Teixeira Neves, José Mário Branco, Augusto Boal e Alves Costa. Todos os intervenientes

denunciaram a castração que a censura fascista exerceu sobre a criatividade popular, salientando certas subtilidades da «censura» actual.

José Augusto Seabra sublinhou que o fascismo português foi herdeiro de todas as censuras, não só nacional mas também da hitleriana e mussoliniana.

Augusto Boal destacou aspectos da censura na América Latina, frisando que o povo luta contra a dominação fascista.

OBJECTIVO: BAIXAR PREÇOS

Bancários formam cooperativa

Uma baixa na média dos preços na ordem dos 20 por cento foi calculada para beneficiar os sócios da COOP-BANCÁRIOS, cooperativa de produção e consumo dos trabalhadores bancários, que vai abrir ao público esta tarde.

Esta cooperativa deverá ser uma das maiores, se não mesmo a maior, neste momento existente e arranca com cinco mil sócios. A curto prazo poderá beneficiar um largo sector da população já que está aberta também a outras organizações de trabalhadores, nomeadamente grupos desportivos, casas do pessoal, etc. As lojas de vendas, escritórios e armazéns situam-se na Rua D. Filipa de Vihena, n.º 6-E e F, ao Arco do Cego, ocupando quatro pisos. A área de exposição e venda quase atinge os dois mil metros, desdobrada em espaços para «snack-bar» supermercado, talho, peixaria, pronto-a-vestir discoteca, livraria, papelaria, sapataria, perfumaria, loja de ferragens, electrodomésticos e acessórios de auto-móveis.

Disse-nos um membro da Direcção:

«Dada a inexistência de um adequado circuito de distribuição cooperativo somos ainda forçados a recorrer ao circuito comercial corrente de grossistas e armazenistas em grande parte dos objectos que vendemos. Mas já temos outros de compra directa ao produtor e vamos intensificar essas compras nomeadamente a cooperativas agrícolas. Também vamos apoiar com toda a força a formação de um circuito de distribuição cooperativo previsto nas decisões do recente Congresso das Cooperativas».

Aliás a comissão permanente saída do Congresso para a

formação da Federação tem as suas reuniões nas instalações da Coop-Bancários.

A inauguração far-se-á esta tarde embora não estejam ainda a funcionar todas as

seccões. Dados os elevados encargos contraindo houve que apressar a abertura e pôr a funcionar, principalmente o supermercado e a zona de abastecimento alimentar.

Sá Carneiro parte terça-feira para Washington

O presidente do PSD, Francisco Sá Carneiro, parte no próximo dia 26 para os Estados Unidos. Vai a convite do «Council» das Relações Externas, de Washington.

Nos Estados Unidos, Sá Carneiro deverá participar num seminário organizado pelo «Council» sobre o tema «Factores da Interdependência Políticas e Económicas» e terá uma intervenção para falar sobre o caso de Portugal.

Além disto, a convite dos co-

mités locais do «Council», Sá Carneiro irá a Saint Paul-Minneapolis, Chicago, e Detroit, onde fará uma série de conferências.

Entretanto, sabendo da visita do presidente do PSD aos Estados Unidos, fez um convite para Sá Carneiro participar de um colóquio sobre o tema «A actual cena política portuguesa».

Sá Carneiro só volta em meados de Maio.

Preso em Grândola evadido de Caxias

A Polícia Judiciária, no prosseguimento das suas diligências, conseguiu capturar ontem à tarde, em Grândola, mais um dos reclusos que, no passado dia 12, conseguiram evadir-se do carro celular. Trata-se de Domingos da Silva Carvalho, de 28 anos, pedreiro, pronunciado por assaltos à mão armada a ouvidaria e por presumível homicídio.

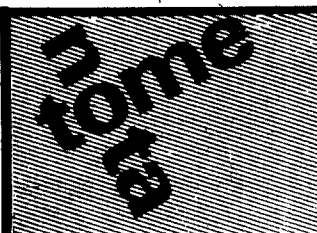
Dos quatro fugitivos falta ainda capturar o argelino Abdel Karidi e Manuel de Araújo Borges de 24 anos conhecido por «Manolito» pintor de automóveis, natural de Santa Marta de Penaguião, que as autoridades admitem já terem conseguido refugiar-se em Espanha.

Entretanto, o ministro da Justiça dr. Almeida Santos, a propósito da notícia publicada pelo jornal «A Luta», segundo a qual os Serviços Prisionais teriam tido conhecimento antecipado do assalto ao carro celular, do que resultou a morte

de um guarda, divulgou um comunicado no qual explica as razões por que mandou instaurar um inquérito, a concluir em 30 dias, para apuramento da verdade.

Falsos agentes da Judiciária

Tendo tido conhecimento de que alguns indivíduos, fazendo-se passar por seus agentes, têm contactado diversas portei-ras na zona de Oeiras, inquirindo quem recebe as rendas dos respectivos prédios (se elas ou os senhorios), a Polícia Judiciária alerta os visados de que na hipótese de novas acções desta natureza, sejam tomadas as precauções adequadas com vista à identificação, se possível por elementos da autoridade, dos presumíveis burlões.



O FUMO E O FOGO

Continua a ser autorizada a importação de tabaco da Rodésia. Só tabaco?

A importação de tabaco da Rodésia, depois do 25 de Abril, poderia inicialmente ser justificada pela existência de contratos anteriores. Hoje, continuar a importar tabaco ou quaisquer outros produtos da Rodésia é activar a fogueira da África Austral e assumir graves responsabilidades internacionais. O fumo do tabaco rodésiano não esconde o fogo que lava, queima e oprime os povos que ainda lutam pela sua independência.

ESQUECIMENTO

O PPD propõe um seguro agrícola do trigo, milho, centeio, cevada, aveia, arroz, vinho e batata. Esqueceu-se, ao que supomos, de uma cultura muito sensível e que constitui um inestimável valor nas nossas exportações: a cultura do tomate.

Mário Castrim em Espinho

PORTO, 22 — O nosso camarada de redacção Mário Castrim, participa amanhã, pelas 22 horas, no salão da piscina de Espinho na sessão comemorativa do 107.º aniversário do nascimento de Lenine, integrada no programa da «Semana da RDA».

PALMA DE MAIORCA E BENIDORM

Partidas todas as 4.ªs-feiras de 8 de Junho a 28 de Setembro

PALMA DE MAIORCA

8 dias desde 6 440.00
15 dias desde 9 500.00

BENIDORM

8 dias desde 6 580.00
15 dias desde 9 800.00

Incluindo viagem aérea LISBOA/PALMA DE MAIORCA/LISBOA ou LISBOA/BENIDORME/LISBOA em aviões TAP. Alojamento em Hotel escolhido em regime de pensão completa em quartos c/banho privativo. Transporte aeroporto/hotel/aeroporto. Descontos especiais para crianças. Assistência permanente por um delegado da BUISSON.

BENIDORME — só estadia, utilizar transporte próprio.

CONSULTE

BUISSON

VIAGENS TURISMO

RUA BRAAMCAMP, 15-D

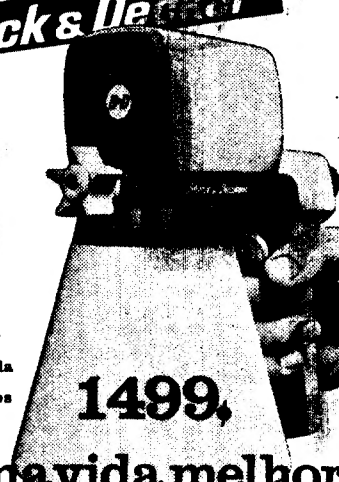
Tels. 56 03 88/4 04 59/4 04 68

Telg. BUISTOUR-TELEX 12762

UMA AGÊNCIA MODERNA COM MAIS DE 50 ANOS DE EXPERIÊNCIA

na primavera
pinte você mesmo

Black & Decker



1499,

e faça uma vida melhor

ALFREDO A. MOREIRA, LDA.
(A Casa dos Berbequins)

Rua Ferreira Borges, 10-18 - Lisboa - Tel. 98 21 48-98 96 56
Loja Hobby no Dragoneiro Apelo 70 - Loja Hobby no Dragoneiro Alvalade
Av. João Dins, 10 - Tel. 77 40 84 - Lisboa - Loja Hobby no Dragoneiro Alvalade - Tel. 98 49 13
Loja Hobby abertas todas as dias até à meia-noite

DOMICIL - Rua Tomaz de Figueiredo, 68 B - LISBOA -
QUEIRAM ENVIAR MEU PISTOLA ELÉCTRICA B. S. D. POR 1499.000 MAIS POSTOS

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM FEVEREIRO: 46.233
(Hoje 20 páginas)